

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2024

PERFIL DA POBREZA NO ESPÍRITO SANTO:

FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO 2022

Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia
e Planejamento





IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2024

PERFIL DA POBREZA NO ESPÍRITO SANTO:

FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADÚNICO 2022

Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia
e Planejamento



Instituto Jones dos Santos Neves

Perfil da pobreza no Espírito Santo: Famílias inscritas no CadÚnico 2022.
Vitória, ES, 2024. 101p.; il. tab.

1. Pobreza. 2. Extrema pobreza 3. Renda. 4. Família. 5. Domicílios.
6. Educação. 7. Mercado de Trabalho. 8. CadÚnico. 9. Mapas. 10. Espírito
Santo (Estado).

I. Bertolani, Marlon Neves. II. da Rocha, Antonio Ricardo Freislebem.
III. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(os) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Renato Casagrande

VICE-GOVERNADOR

Ricardo Ferraço

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Álvaro Rogério Duboc Farjado

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

DIRETOR PRESIDENTE

Pablo Silva Lira

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Pablo Medeiros Jabor

DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO E PROJETOS ESPECIAIS

Latussa Laranja Monteiro

DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Katia Cesconeto de Paula

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS

Sandra Mara Pereira

Equipe Técnica

Características Gerais e Renda;

Domicílios;

Educação;

Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGDM;

Índice de Desenvolvimento da Família – IDF

Marlon Neves Bertolani

Mercado de Trabalho

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

COLABORAÇÃO

Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

BIBLIOTECÁRIO

Jair Rosário Fiho

EDITORAÇÃO

Arthur Ceruti Quintanilha

Foto Capa e Contracapa

Isabella Muniz Batalha



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 08

CARACTERÍSTICAS GERAIS E RENDA 11

Famílias inscritas.....	12
Responsável pela família por microrregião	13
Arranjos familiares	14
Renda média domiciliar <i>per capita</i>	15
Percentual e estimativa de pobreza e de extrema pobreza com base no CadÚnico, 2022	16
Pobreza e extrema pobreza por situação do domicílio	25
Pobreza e extrema pobreza na primeira infância	27
Pobres e extremamente pobres inscritos no CadÚnico por raça/cor	29
Pobreza e extrema pobreza por sexo da população cadastrada no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões	31
Pobres e extremamente pobres inscritos no Cadastro Único no Espírito Santo entre os diferentes segmentos étnico raciais e sexo.....	33
Pobres e extremamente pobres por faixa etária.....	35
População em situação de rua.....	37
Hiato de pobreza e de extrema pobreza e volume de recursos anual para erradicar a pobreza e a extrema pobreza com base no CadÚnico.....	39

DOMICÍLIOS 47

Situação do domicílio	48
Espécie de domicílio	49
Tipo de material usado na construção das paredes do domicílio	50
Coleta de lixo	51
Esgotamento sanitário.....	53
Iluminação	55
Abastecimento de água	56
Água canalizada	58

EDUCAÇÃO 59

Taxa de Analfabetismo	60
Escolaridade	62
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais.....	63
Frequência escolar (4 a 17 anos)	65
Educação Infantil (0 a 3 anos).....	67
Educação Infantil (4 e 5 anos).....	68
Rede escolar	69
Educação inclusiva	70

MERCADO DE TRABALHO	71
População em idade ativa (PIA)	72
Distribuição da população em idade ativa ocupada, por sexo	74
População em idade ativa ocupada por setor formal e informal	75
Situação dos jovens no mercado de trabalho	77
Trabalho Infantil na família	78
Rendimento do trabalho	80
Mercado de trabalho e escolaridade	82
ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL (IGD-M)	84
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) COM BASE NO CADÚNICO	89
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	96

Lista de Mapas

CARACTERÍSTICAS GERAIS E RENDA

- Mapa 01 – Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião, 2022
- Mapa 02 – Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por município, 2022
- Mapa 03 – Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião, 2022
- Mapa 04 – Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por município, 2022
- Mapa 05 – Número de pessoas em situação de rua no CadÚnico, Espírito Santo, por município, 2022
- Mapa 06 – Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2022
- Mapa 07 – Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por Município, 2022
- Mapa 08 – Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por Microrregião, 2022
- Mapa 09 – Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por município, 2022
- Mapa 10 – Volume anual de recursos necessários para erradicar a pobreza no Espírito Santo, por município, 2022
- Mapa 11 – Volume anual de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza no Espírito Santo, por município, 2022

DOMICÍLIOS

- Mapa 12 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com coleta inadequada de lixo, por município, 2022
- Mapa 13 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com esgotamento sanitário inadequado, por município, 2022
- Mapa 14 – Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com o abastecimento de água inadequado, por município, 2022

EDUCAÇÃO

- Mapa 15 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no CadÚnico, por município, 2022
- Mapa 16 – Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico, por município, 2022
- Mapa 17 – Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico de 4 a 17 anos que não frequentam escola, por município, 2022

MERCADO DE TRABALHO

- Mapa 18 – Percentual da população em Idade Ativa Ocupada (14 anos ou mais de idade) por município, 2022
- Mapa 19 – Percentual da PIA Inscrita no CadÚnico com ocupação informal por município, 2022
- Mapa 20 – Número de famílias inscritas no CadÚnico com trabalho infantil, por município, 2022
- Mapa 21 – Rendimento médio do trabalho da PIA inscrita no CadÚnico, por município, 2022
- Mapa 22 – Percentual da população de 25 anos ou mais de idade ocupada inscrita no CadÚnico que frequentou e concluiu até o Ensino Fundamental, por município, 2022

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL (IGD-M)

- Mapa 23 – Índice de Gestão Descentralizada Municipal, março de 2022

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA (IDF) COM BASE NO CADÚNICO

- Mapa 24 – Índice de Desenvolvimento da Família, por município, 2022
- Mapa 25 – Índice de Desenvolvimento da Família, por município, 2021

ANEXOS

- Mapa 26 – Microrregiões do Espírito Santo



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) tem como missão prover e ampliar conhecimento econômico, social e territorial acerca do Espírito Santo realizando estudos e pesquisas, articulando redes de informação, subsidiando e avaliando as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

A publicação “Perfil da Pobreza no Espírito Santo: famílias inscritas no Cadastro Único” destaca aspectos relevantes como pobreza, características dos domicílios, educação e mercado de trabalho, além de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Família-IDF e o Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGD-M, importantes ferramentas para aferir o desenvolvimento da família e a qualidade da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Os indicadores foram construídos com base nas informações contidas no Cadastro Único que subsidiam Programas Sociais do governo federal (Cadastro Único, base: janeiro de 2022). Este cadastro é um instrumento fundamental para a identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda e seleção de beneficiários de programas federais e estaduais.

Na elaboração do presente estudo, tendo em vista garantir a maior consistência das informações e análises, foram utilizados os dados das famílias e pessoas que tiveram o seu cadastro atualizado entre os anos de 2019 e 01/2022, ou foram cadastradas nesse período.

Importante ressaltar que o acesso a esse Cadastro só foi possível a partir da parceria com a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES). Os procedimentos adotados pela SETADES para a disponibilização dos dados ao IJSN, bem como para a utilização das informações obtidas, foram pautados pelas determinações contidas na PORTARIA Nº 10, de janeiro de 2012 e respeitam a dignidade do cidadão e a sua privacidade.

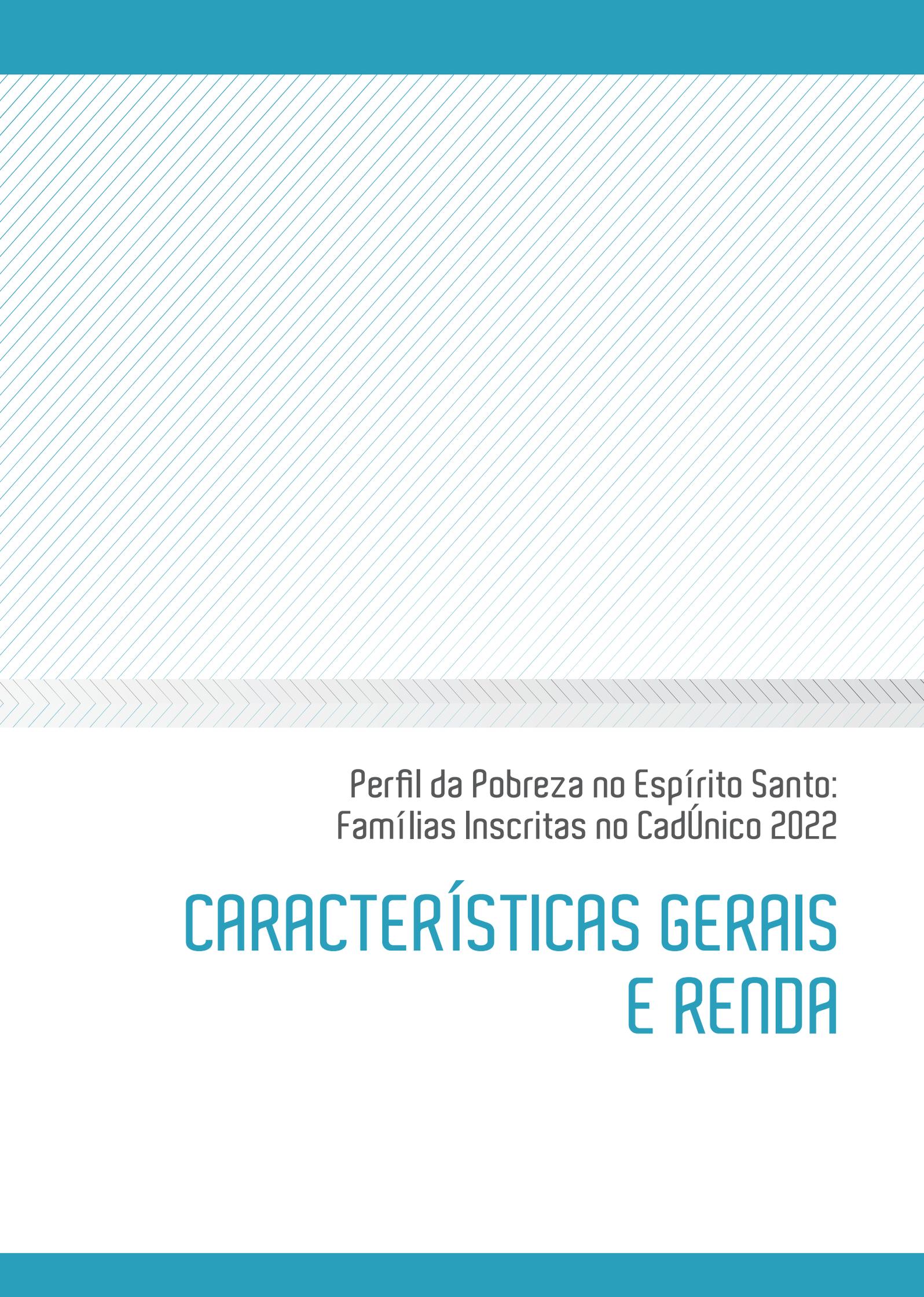
O Cadastro Único incorpora dados de famílias que tenham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até 03 salários mínimos. Não obstante, famílias com renda superior a meio salário mínimo *per capita* poderão ser incluídas no cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, pelos estados ou pelos municípios.

O cadastramento de cada família caracterizada como pertencente à camada de baixa renda é realizado pelos municípios, por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas, sendo os dados coletados e anotados em formulário específico para este fim. Os cadastros são processados pela Caixa Econômica Federal (CEF), órgão responsável por atribuir a cada pessoa da família cadastrada um Número de Identificação Social (NIS), de caráter único, pessoal e intransferível. O NIS permite aos operadores do Cadastro Único localizar os indivíduos cadastrados, atualizar seus dados cadastrais, verificar e controlar a situação do benefício, se existente, bem como proceder à realização de ações de gestão de benefícios.

Em suma, a principal contribuição do Cadastro Único — que consiste em permitir o acesso das famílias aos programas sociais — se deve a duas características. Primeiro, sua abrangência é quase censitária, cobrindo grande parte da população pobre do estado. Além disso, sua natureza cadastral (inclui o nome e o endereço das famílias) permite selecionar as famílias de acordo com uma ampla variedade de critérios. Assim, no CadÚnico é possível identificar informações como: famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; coleta de lixo; abastecimento de água; taxa de analfabetismo; escolaridade da população de 25 anos ou mais, média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, trabalho informal entre outras características.

Embora não seja o padrão do estudo, em razão do contexto de aumento da vulnerabilidade e escassez de renda resultante da crise econômica, foi feita, no decorrer do presente trabalho uma comparação entre o ano de 2021 e o ano de 2022, envolvendo alguns indicadores de pobreza.

Os dados trabalhados nesse Perfil serão disponibilizados em um compêndio de dados em Excel publicado no site do IJSN. O link para o compêndio estará disponível na apresentação do Perfil da Pobreza feita no site.



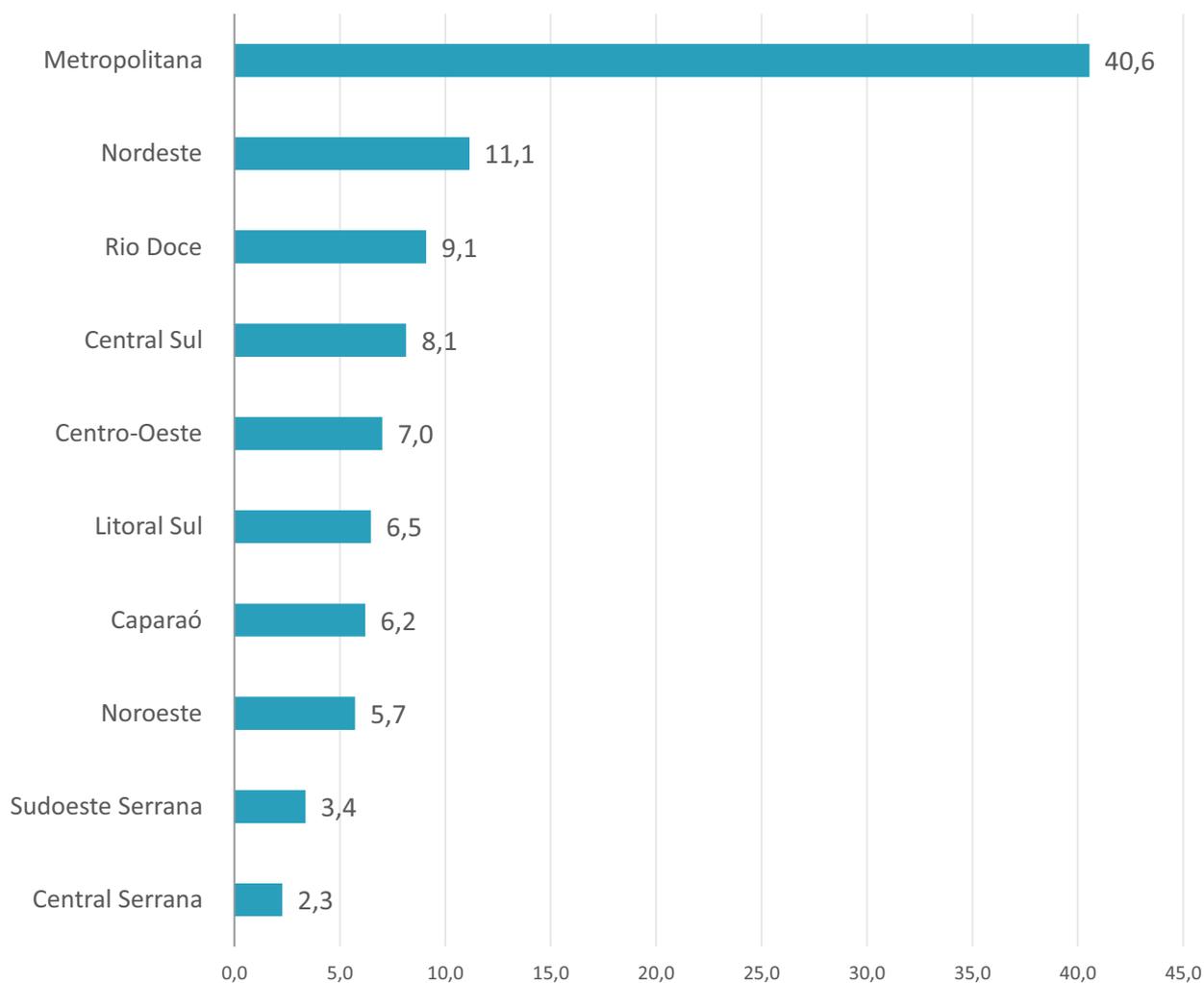
Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2022

CARACTERÍSTICAS GERAIS E RENDA

Famílias inscritas

O número de famílias cadastradas no Espírito Santo em 2022, corresponde a 497.789 (Gráfico 1). Um aumento de 46.135 famílias se comparado ao ano de 2021 (451.654). Esses números refletem o aumento da pobreza e da extrema pobreza que ocorre no país em função da crise econômica, do desemprego, da inflação e da escalada de preços de itens da cesta básica e gás de cozinha. Entre as microrregiões do estado, a Metropolitana apresenta o maior percentual de famílias inscritas no CadÚnico (40,6%), totalizando, 201.872 famílias. As microrregiões Sudoeste Serrana e Central serrana somadas representam menos de 6% das famílias inscritas no Cadastro Único no estado.

Gráfico 01
Percentual de famílias inscritas no CadÚnico por microrregião, 2022

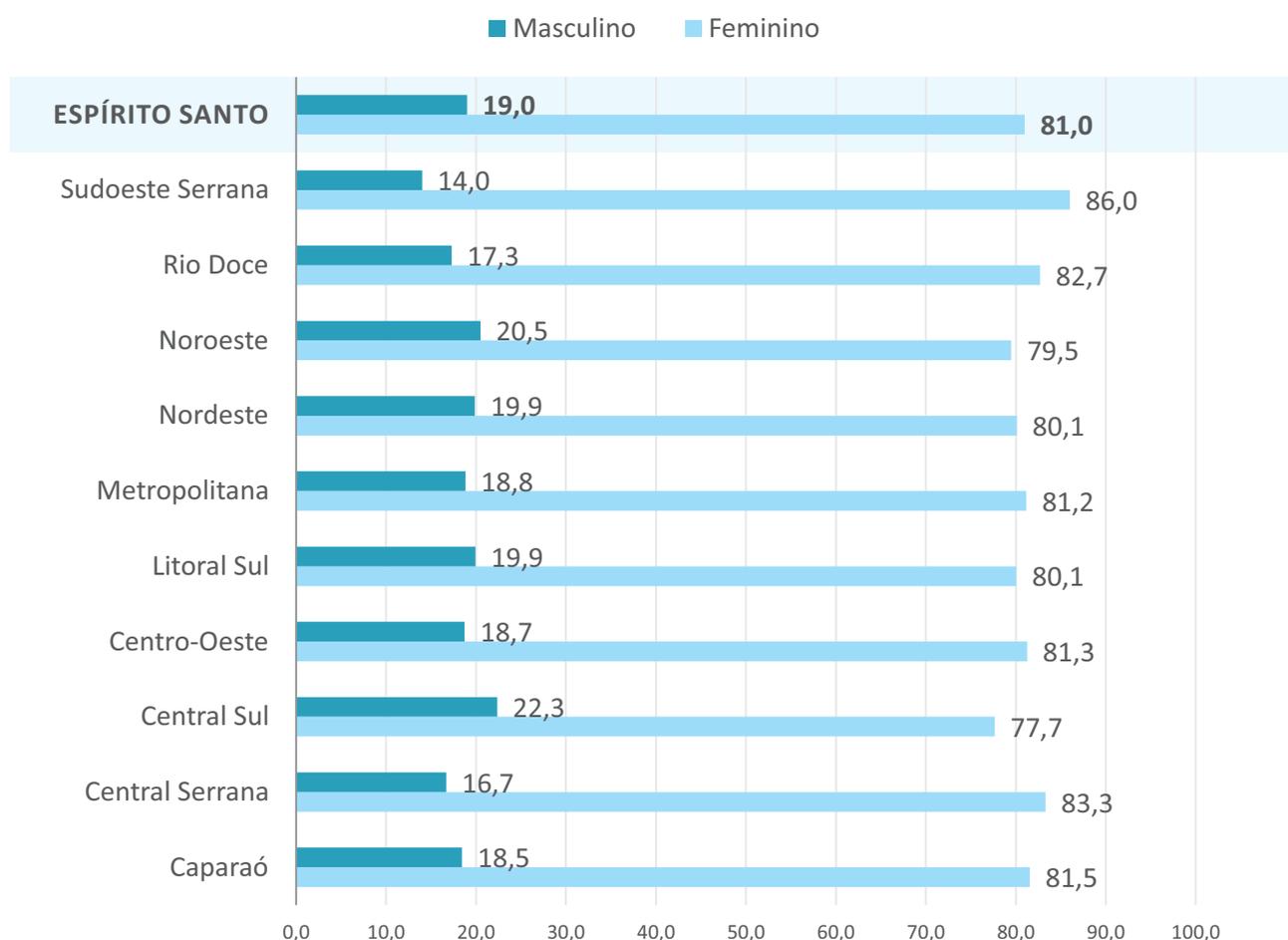


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Responsável pela família por microrregião

No Espírito Santo, 81,0% dos responsáveis pelas famílias inscritas no CadÚnico são do sexo feminino (Gráfico 2). Essa proporção de mulheres ocupando a posição de responsáveis pela família deve ser compreendida à luz da indicação contida já no antigo Programa Bolsa Família, atual Auxílio Brasil, para que o benefício seja repassado para as mulheres.

Gráfico 02
 Percentual de responsáveis pela família por sexo, Espírito Santo e microrregiões, 2022



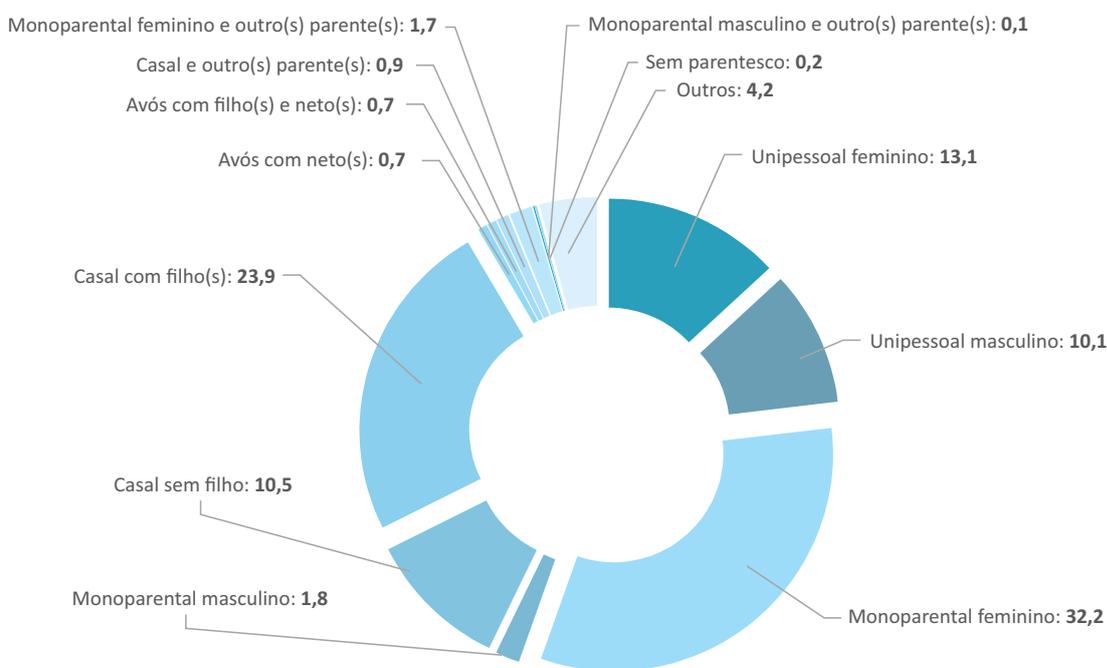
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Arranjos familiares

A análise dos dados dos arranjos familiares traz elementos importantes para compreensão das vulnerabilidades socioeconômicas das famílias cadastradas. As possibilidades de inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente a condição de pobreza e de extrema pobreza são diretamente impactadas pela existência ou não de outras pessoas no domicílio voltadas para a divisão das tarefas domésticas, de cuidado e de manutenção econômica da família.

No Espírito Santo entre as famílias cadastradas predomina o arranjo monoparental feminino (32,3%). Casais com filho(s) correspondem a 23,9% dos arranjos familiares (Gráfico 3). Os arranjos unipessoais femininos e masculinos correspondem a 13,1% e 10,1%, respectivamente. Arranjos familiares formados por casal sem filho correspondem a 10,5% das famílias cadastradas.

Gráfico 03
Percentual de arranjos familiares das famílias cadastradas no Espírito Santo, 2022



Arranjo Familiar	Composição do arranjo
Unipessoal feminino ou masculino	Só o responsável
Monoparental feminino ou masculino	Mãe ou pai, ou Avo ou Avó, com ao menos um filho(a), enteado(a) ou neto(a)
Casal sem filhos	Apenas o responsável mais o cônjuge
Casal com filho(s)	Responsável mais cônjuge e ao menos um filho(a) ou enteado(a)
Avós com neto(s)	Responsável mais cônjuge com ao menos um neto(a)
Avós com filho(s) e neto(s)	Responsável mais cônjuge com ao menos um filho(a) ou enteado(a) e neto(a)
Casal e outros parentes	Responsável mais cônjuge com ao menos um filho(a) ou enteado(a) e qualquer outro parente
Monoparental feminino ou masculino e outros parentes	Apenas o responsável com ao menos um filho(a), enteado(a) ou neto(a) e qualquer outro parente
Sem parentesco	Pessoas que não possuem relação de parentesco
Outros	Que não se enquadram nas demais categorias listadas.

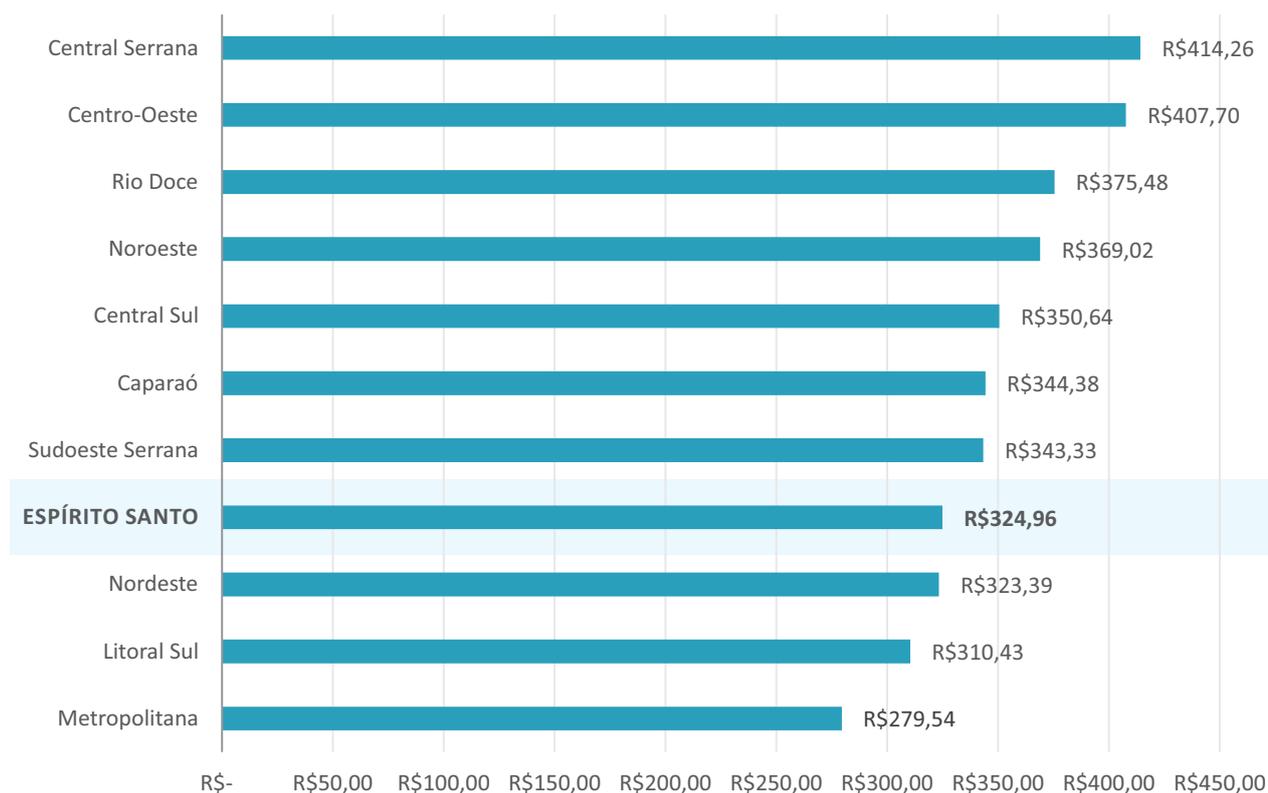
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Renda Média familiar *per capita*

A renda familiar *per capita* consiste na soma dos rendimentos das pessoas que compõem o mesmo grupo familiar dividido pelo total de pessoas dessa família.¹ Esse indicador foi calculado desconsiderando a renda obtida por meio de transferência de renda. Conforme se observa no Gráfico 4, em 2022 a microrregião com a média de renda familiar *per capita* mais elevada entre as pessoas inscritas no CadÚnico foi a Central Serrana (R\$414,26), a microrregião com a segunda maior média de renda entre foi Centro-Oeste (R\$407,70). A média do estado foi R\$ 324,96. A microrregião com a menor média foi a Metropolitana (R\$ 279,54). Outra microrregião que também apresentou média de renda inferior à do estado foi a Litoral Sul (R\$310,43).

A renda média *per capita* das pessoas cadastradas sinaliza que em média o Cadastro Único abrange uma parcela considerável da população vulnerável, que em sua maioria corresponde aos beneficiários dos programas de transferência de renda dos governos federal e estadual,² entretanto, para melhor aferir o grau de focalização desses programas são necessários estudos mais aprofundados.

Gráfico 04
Renda média familiar *per capita* das pessoas cadastradas no CadÚnico por microrregião, 2022 (R\$/mês)



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

¹ Família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores de um mesmo domicílio. Mesmo as pessoas que não sejam parentes, mas dividam rendas e despesas de um mesmo domicílio, são consideradas uma família para o Cadastro Único. A pessoa que mora sozinha também é considerada uma família (família unipessoal).

² Programa Auxílio Brasil do Governo Federal e Bolsa Capixaba do Governo do estado do Espírito Santo.

Percentual e estimativa de pobreza e de extrema pobreza com base no CadÚnico, 2022

Mensurar a pobreza é tarefa indispensável na elaboração, na avaliação e monitoramento das políticas públicas que pretendem impactar essa questão social. Qualquer análise acerca da pobreza no âmbito das políticas públicas exige de imediato que se responda à seguinte questão: quem é considerado pobre?

Nos órgãos de planejamento e institutos de pesquisa aplicada do Brasil - seja em nível federal, estadual ou municipal - e em organizações internacionais, como o Banco Mundial, de maneira geral, essa questão vem sendo abordada principalmente por meio da definição de uma linha de pobreza, usada para delimitar o número de pessoas com renda inferior a um determinado nível.

Em qualquer sociedade o indivíduo que não tenha condições de alimentar-se adequadamente será considerado pobre. Essa premissa serviu de base para a construção de linhas de extrema pobreza. As necessidades calóricas fornecem o parâmetro que tem sido utilizado para estabelecer a linha de indigência. Outras necessidades como moradia, vestuário, transporte, saúde, educação etc. entraram no cálculo da linha de pobreza. De acordo com Rocha (2006) o indivíduo que, com sua renda familiar per capita, não consegue garantir o valor necessário para própria sobrevivência e da família é considerado pobre, ao passo que indigente, é aquele indivíduo cuja renda familiar per capita não é suficiente nem para cobrir os gastos com a alimentação.

O conceito de pobreza remete a uma questão social multifacetada, portanto, não se restringe à renda. Entretanto, isso não reduz a importância dos indicadores baseados na renda para mensurar a pobreza, uma vez que a renda consiste no principal determinante do nível de bem-estar da população.

As instituições empregam diferentes metodologias ao definirem suas linhas de pobreza. O programa de transferência de renda Auxílio Brasil do Governo Federal considera que estão em situação de extrema pobreza as famílias com renda familiar mensal *per capita* inferior a R\$105,00 e em situação de pobreza as famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00.

Mantendo a metodologia usada desde a elaboração do perfil da pobreza de 2019 a linha de pobreza adotada no presente estudo é a de US\$5,50 *per capita* dia, indicada pelo Banco mundial como limite abaixo do qual as pessoas não conseguem obter os recursos necessários para sobreviver em países de renda média alta.

Por sua vez a linha de extrema pobreza adotada neste perfil é a de US\$ 1,90 *per capita* dia, estabelecida pelo Banco Mundial tomando como base os países extremamente pobres. O objetivo institucional do Banco Mundial de acabar com a extrema pobreza até 2030 e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 1.1, são estabelecidos em relação a essa linha.

Os Valores são convertidos pela paridade poder de compra (PPC) de 2011³ que equivale a R\$ 1.66 para US\$ 1,00 e corrigidos pela Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio até a data de referência do banco do Cadastro Único. Assim os valores mensais das linhas de pobreza (US\$5,50) e extrema pobreza (US\$ 1,90) obtidos foram respectivamente R\$ 487,29 e R\$ 168,34.⁴

³ Foi utilizada a taxa de conversão da PPC para consumo privado calculada pelo Programa de Comparação Internacional (ICP na sigla em inglês) de 2011.

⁴ A metodologia adotada é semelhante a utilizada na Síntese dos indicadores sociais do IBGE com algumas adaptações necessárias devido as características do banco de dados do Cadastro Único.

O percentual de pobreza e de extrema pobreza consistem no percentual de pessoas na população cadastrada, com renda domiciliar per capita inferior às linhas de pobreza e extrema pobreza estabelecidas. Esse indicador mede o grau de pobreza na população cadastrada e sinaliza o alcance do Cadastro Único em relação a população em situação de pobreza e extrema pobreza monetária.

$$\text{Percentual de pobreza (ou de ext. pobreza)} = \frac{\text{Nº pobres (ou extr. pobres) inscritos no CadÚnico (renda < a linha)} \times 100}{\text{Total da população inscrita no CadÚnico (estado, município ou micro.)}}$$

A partir dos dados do Cadastro Único é possível estimar o percentual que o número de pobres e extremamente pobres cadastrados representa na população do estado, microrregião e município. Esse indicador mede o grau de pobreza e extrema pobreza na população estimada do estado, microrregião e município, ou seja, indica em termos percentuais a parcela da população que se encontra em situação de pobreza ou de extrema pobreza monetária.

$$\text{Estimativa de pobreza (ou de ext. pobreza)} = \frac{\text{Nº pobres (ou extr. pobres) inscritos no CadÚnico (renda < a linha)} \times 100}{\text{Total da população estimada (estado, município ou micro.)}}$$

A análise das taxas de pobreza e extrema pobreza da população capixaba com base no CadÚnico requer alguns esclarecimentos. Inicialmente, deve-se considerar que se trata de um cadastro composto em sua maioria por beneficiários do programa de transferência de renda do Governo Federal, Auxílio Brasil, que declararam sua renda antes de receberem o benefício, uma vez que é esse o critério de inclusão no programa. Portanto, os percentuais de pobreza e extrema pobreza, calculadas com essa base, serão necessariamente mais altos do que, por exemplo, os percentuais que são calculadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que inclui em seu universo pessoas com rendimentos mais elevados, além disso, captam o efeito das políticas de transferência de renda.

No Espírito Santo, em 2022, o percentual de pobreza entre pessoas inscritas no CadÚnico foi de 75,4% e o de extrema pobreza foi de 48,9%. A partir desses dados estima-se que 23,8% da população do estado vive na pobreza e 15,4% na extrema pobreza. Esses números são elevados mesmo considerando que não captam os efeitos das políticas de transferência de renda estadual e federal. São aproximadamente 978 mil pessoas vivendo com menos de R\$ 487,29 e aproximadamente 634 mil vivendo com menos de R\$ 168,34.

O Quadro 1 apresenta alguns indicadores-chaves para comparar a situação do Espírito Santo em 2022 com a situação em que o estado se encontrava em 2021.

A população cadastrada no Estado aumentou em cerca de 80,7 mil e o percentual da população capixaba inscrita no CadÚnico teve alta de 1,64 p.p. Entre 2021 e 2022, o número de pobres cadastrados aumentou em 61.555 e o de extremamente pobres aumentou em 48.252.

Os percentuais de pobreza e de extrema pobreza que medem o grau de pobreza na população cadastrada aumentaram em 0,1 e 0,8 p.p. respectivamente no período.

As estimativas de pobreza e extrema pobreza que medem o grau de pobreza e extrema pobreza na população do estado também aumentaram no período, alta de 1,2 p.p. na pobreza e de 1,0 p.p. na extrema pobreza.

Quadro 01
Comparação dos indicadores do Espírito Santo nos anos de 2021 e de 2022

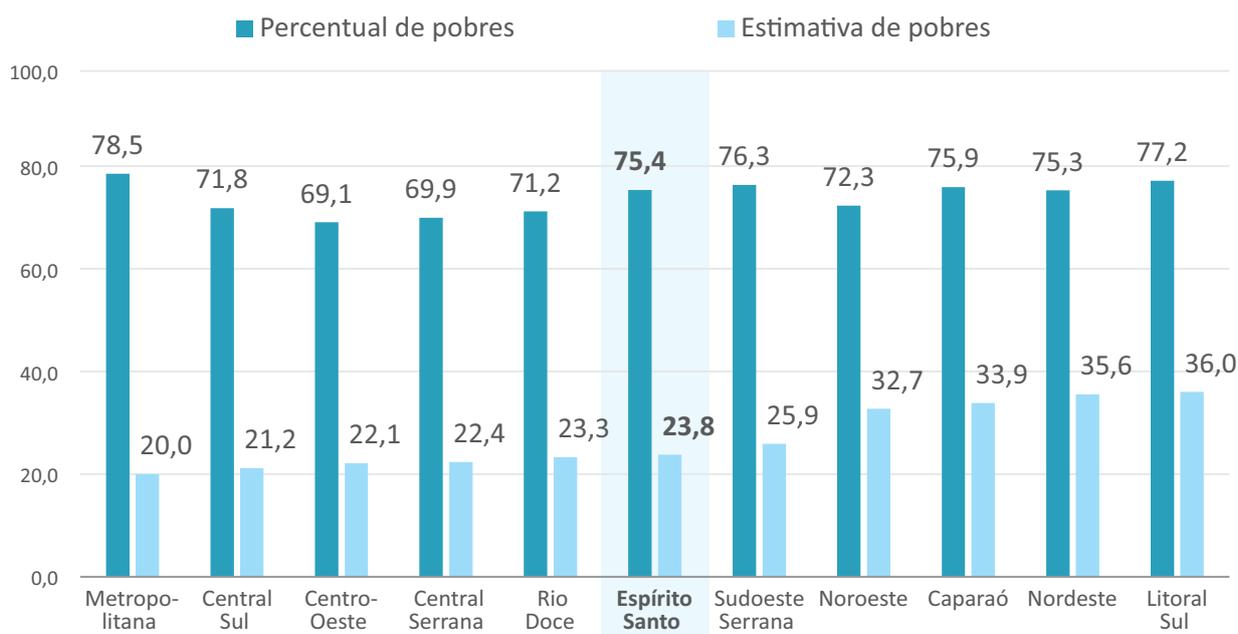
	2021	2022	Varição 21-22
População Cadastrada	1.216.544	1.297.325	80.781
Percentual da população inscrita no CadÚnico	29,9	31,6	1,64
Nº Pobres CadÚnico	916.487	978.042	61.555
Nº Ext. pobres CadÚnico	585.705	633.957	48.252
Percentual de Pobreza	75,3	75,4	0,1
Estimativa de pobreza	22,6	23,8	1,2
Percentual de extrema pobreza	48,1	48,9	0,8
Estimativa de extrema pobreza	14,4	15,4	1,0

Fonte: CadÚnico. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Conforme observa-se no Gráfico 5, de acordo com os dados de 2022 as microrregiões que apresentaram os percentuais de pobres entre a população cadastrada mais elevados foram: Metropolitana (78,5%), Litoral Sul (77,2%), Sudoeste Serrana (76,3%) e Caparaó (75,9%). Os menores percentuais de pobres foram apresentados por: Centro-Oeste (69,1%), Central Serrana (69,9%), Rio Doce (71,2%) e Central Sul (71,8%).

As maiores estimativas de pobres na população foram apresentadas pelas microrregiões Litoral Sul (36,0%), Nordeste (35,6%), Caparaó (33,9%) e Noroeste (32,7%). As menores estimativas de pobres na população foram apresentadas pelas microrregiões Metropolitana (20,0%), Central Sul (21,2%), Centro-Oeste (22,1%) e Central Serrana (22,4%). Embora a microrregião metropolitana possua a menor estimativa de pobres na população, comparado as demais microrregiões, ela concentra 41,7% do total de pobres cadastrados que vivem no estado, o que corresponde aproximadamente 407 mil pessoas, a maior concentração de pobres do estado.⁵

Gráfico 05
Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por microrregião, 2022



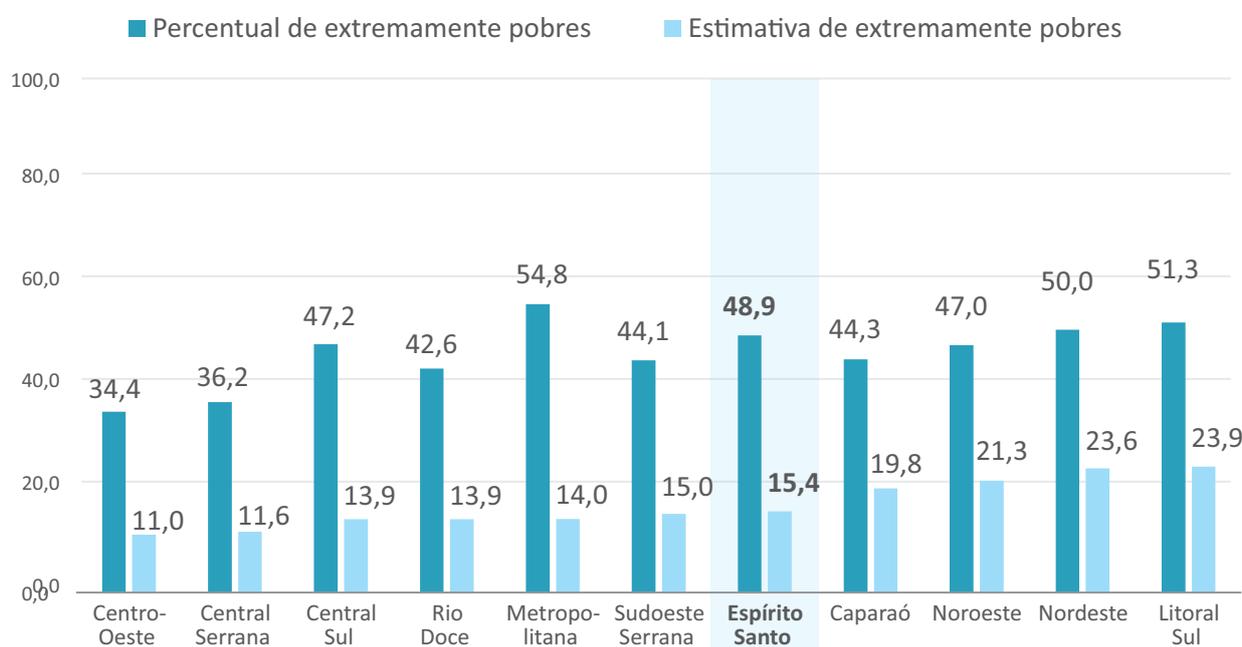
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

⁵ Isto ocorre porque a estimativa expressa uma correlação com a população total de cada região, e a microrregião Metropolitana apresenta uma considerável diferença em termos absolutos da sua população para as demais microrregiões.

De acordo com o Gráfico 6 as microrregiões Metropolitana (54,8%), Litoral Sul (51,3%) e Nordeste (50,0%) apresentaram percentuais de extrema pobreza na população cadastrada superiores à média do estado (48,9%). As microrregiões Centro-Oeste (34,4%), Central Serrana (36,2%) e Rio Doce (42,6%) apresentaram os menores percentuais de extremamente pobres cadastrados no estado.

As microrregiões Litoral Sul (23,9%), Nordeste (23,6%), Noroeste (21,3%) e Caparaó (19,8%) apresentaram as estimativas de extremamente pobres na população mais elevadas. De outro lado, Centro-Oeste (11,0%), Central Serrana (11,6%), Central Sul (13,9%) e Rio Doce (13,9%) apresentaram as menores estimativas.

Gráfico 06
Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população dos municípios por microrregião, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

O Mapa 1 apresenta simultaneamente a estimativa e o percentual de pobreza em cinco classes por microrregião e o Mapa 2 por municípios. Na sequência, o Mapa 3 apresenta a estimativa e o percentual de extrema pobreza em cinco classes por microrregião e o Mapa 4 por município.

No Mapa 1, destacam-se as microrregiões Litoral Sul (36,0%) e Nordeste (35,6%) com as estimativas de pobreza mais elevadas do estado. Com a terceira e quarta maior estimativa aparecem as microrregiões Caparaó (33,9%) e Noroeste (32,7%). A microrregião Metropolitana apresentou a menor estimativa de pobres na população (20,0%).

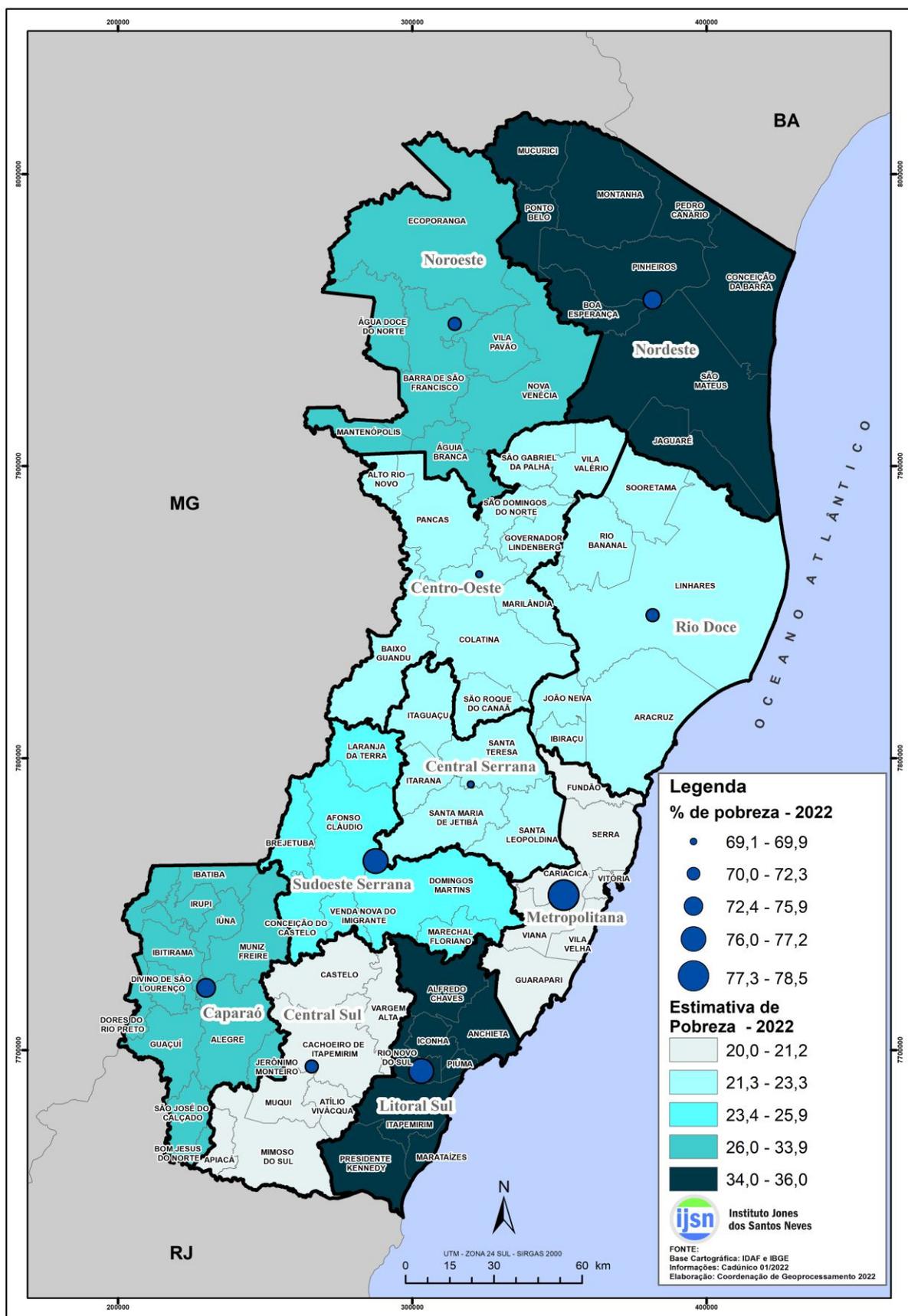
O Mapa 2 apresenta a estimativa e o percentual de pobres por município. As maiores estimativas de pobres foram apresentadas pelos municípios de Ibitirama (56,5%), Presidente Kennedy (54,4%), Água Doce do Norte (53,2%), Alto Rio Novo (47,1%), Montanha (47,0%), Itapemirim (46,5%) e Ponto Belo (46,4%). Os municípios com as cinco menores estimativas de pobres na população foram Vila Velha (13,6%), Castelo (15,6%), Iconha (16,1%), Santa Teresa (16,6%) e São Gabriel da Palha (16,7%). Entre os cinco percentuais de pobreza mais elevados estão os municípios de Brejetuba (88,4%), Ibitirama (86,8%), Água Doce do Norte (83,8%), Muqui (83,2%) e Apiacá (83,1%). Os municípios com os menores percentuais de pobres foram Iconha (58,5%), Ibirapu (62,5%), Alfredo Chaves (62,5%), Vargem Alta (62,8%) e Castelo (63,1%).

No Mapa 3 destacam-se as microrregiões Litoral Sul (23,9%), e Nordeste (23,6%) com as mais elevadas estimativas de extrema pobreza. Noroeste (21,3%) e Caparaó (19,8%) apresentam respectivamente a terceira e quarta maior estimativa de extrema pobreza do estado. A microrregião Metropolitana (14,0%), que concentra o maior número de extremamente pobres do estado, apresentou a sexta maior estimativa e o percentual de extremamente pobres na população cadastrada mais elevado do estado (54,8%).

Conforme observa-se no Mapa 4 os municípios capixabas com as maiores estimativas de extrema pobreza foram: Água Doce do Norte (43,8%), Ibitirama (42,8%), Presidente Kennedy (41,7%), Ponto Belo (34,8%), Alto Rio Novo (34,3%), Itapemirim (34,2%), Montanha (32,3%), Brejetuba (32,2,7%), Boa Esperança (31,5%), Apiacá (31,0%) e São José do Calçado (30,9%). Entre as cinco menores estimativas de extremamente pobres do estado estão os municípios de Marechal Floriano (6,3%), Colatina (6,8%), Iconha (6,8%), Venda Nova do Imigrante (6,9%) e Ibatiba (8,0%). Os cinco municípios com percentuais de extrema pobreza mais elevados do estado foram Água Doce do Norte (69,0%), Ibitirama (65,7%), São José do Calçado (64,6%), Brejetuba (64,2%) e Apiacá (63,2%). De outro lado, os cinco menores percentuais de extremamente pobres no Cadastro Único foram apresentados pelos municípios de Venda Nova do Imigrante (23,5%), Colatina (23,7%), Marechal Floriano (24,0%) Iconha (24,7%) e Ibatiba (26,6%).

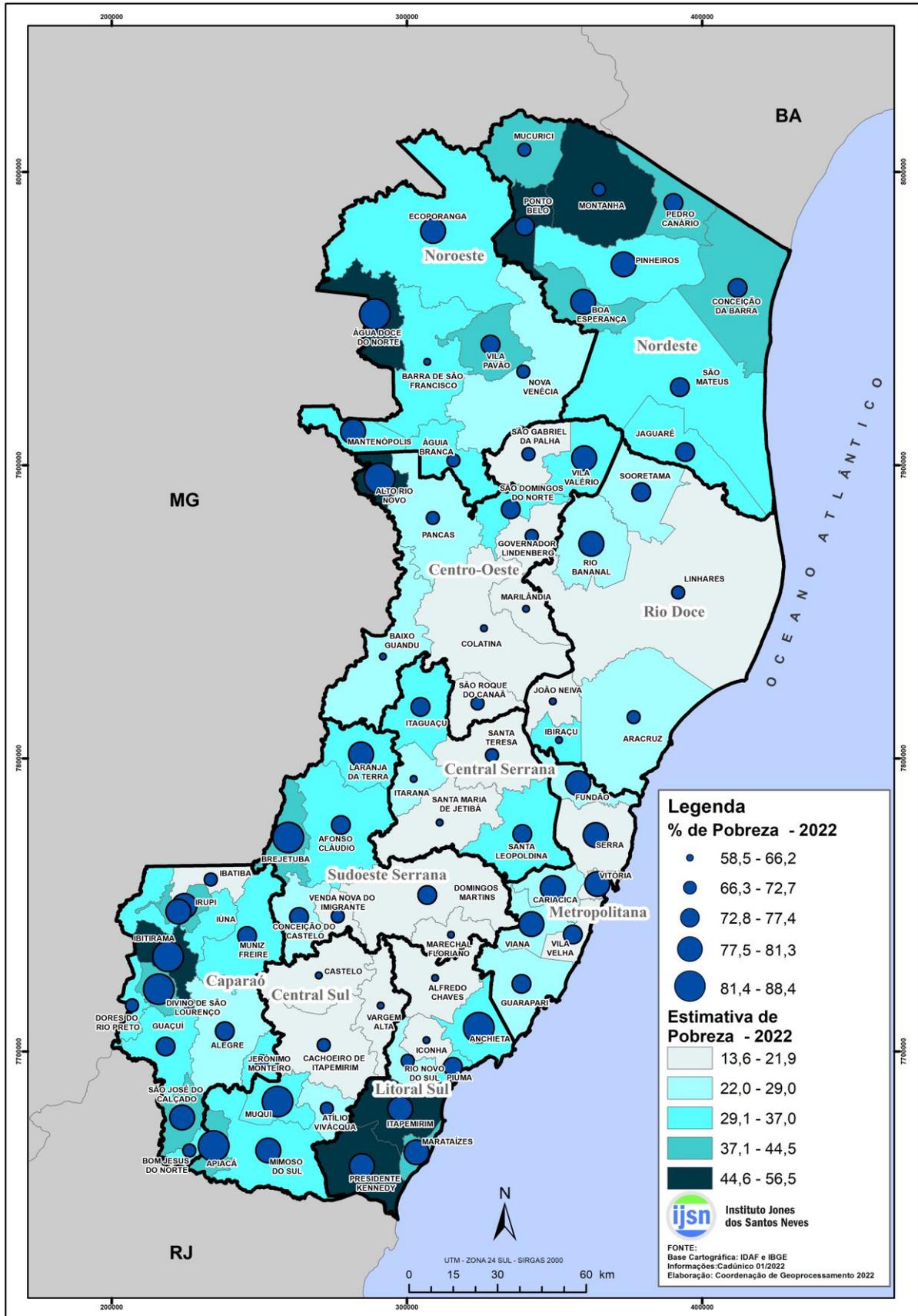
Observação: O Cadastro Único foi utilizado em função do seu elevado grau de cobertura da população pobre do Espírito Santo e pela ampla variedade de informações sobre condições de vida. O CadÚnico figura certamente entre as mais importantes fontes de informação sobre a população pobre, no entanto, é importante frisar que sua abrangência não é total e depende dentre outros fatores, do gerenciamento do Cadastro pelas Prefeituras.

Mapa 01
 Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião, 2022



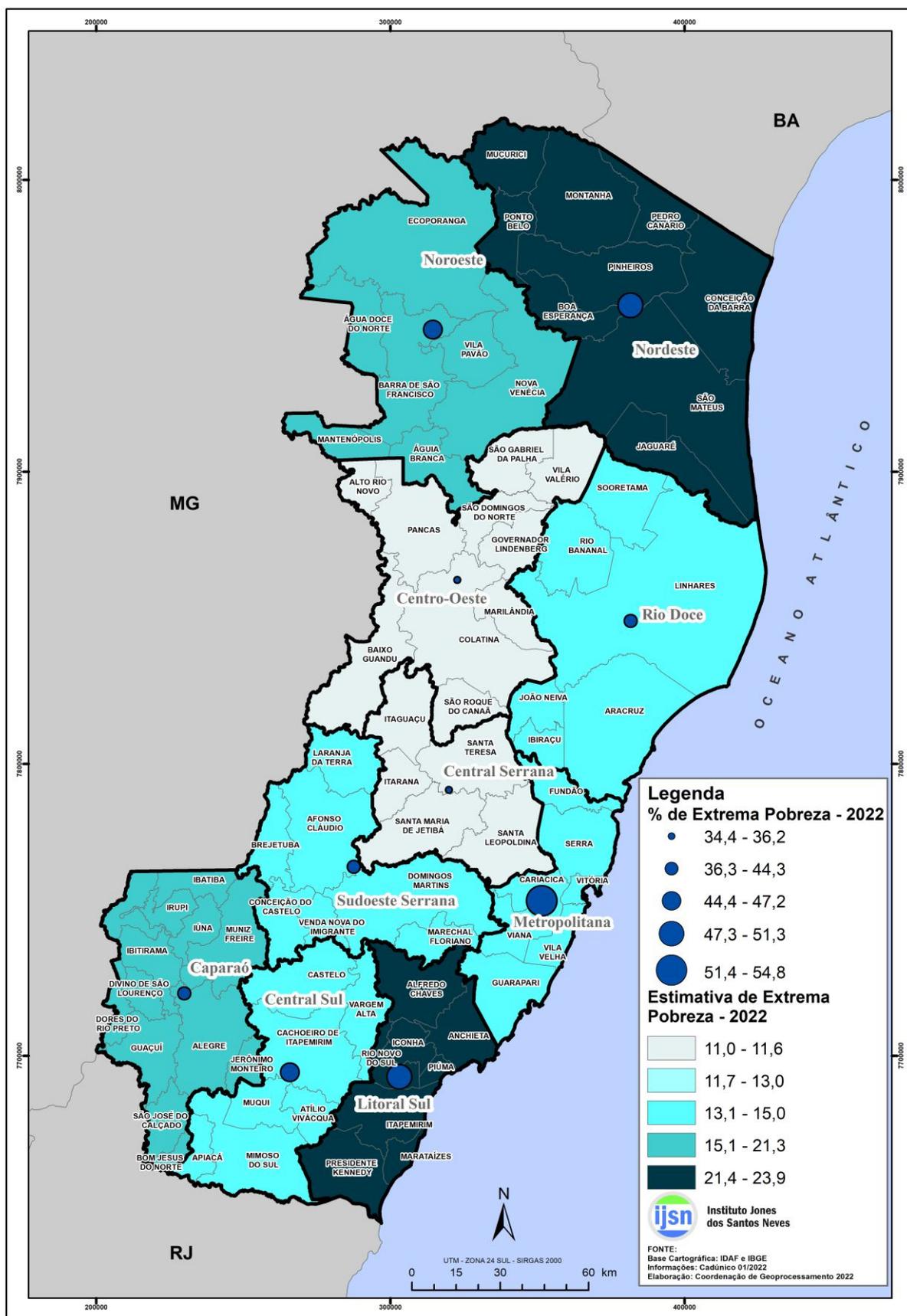
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 02
 Percentual de pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de pobreza na população do Espírito Santo, por município, 2022



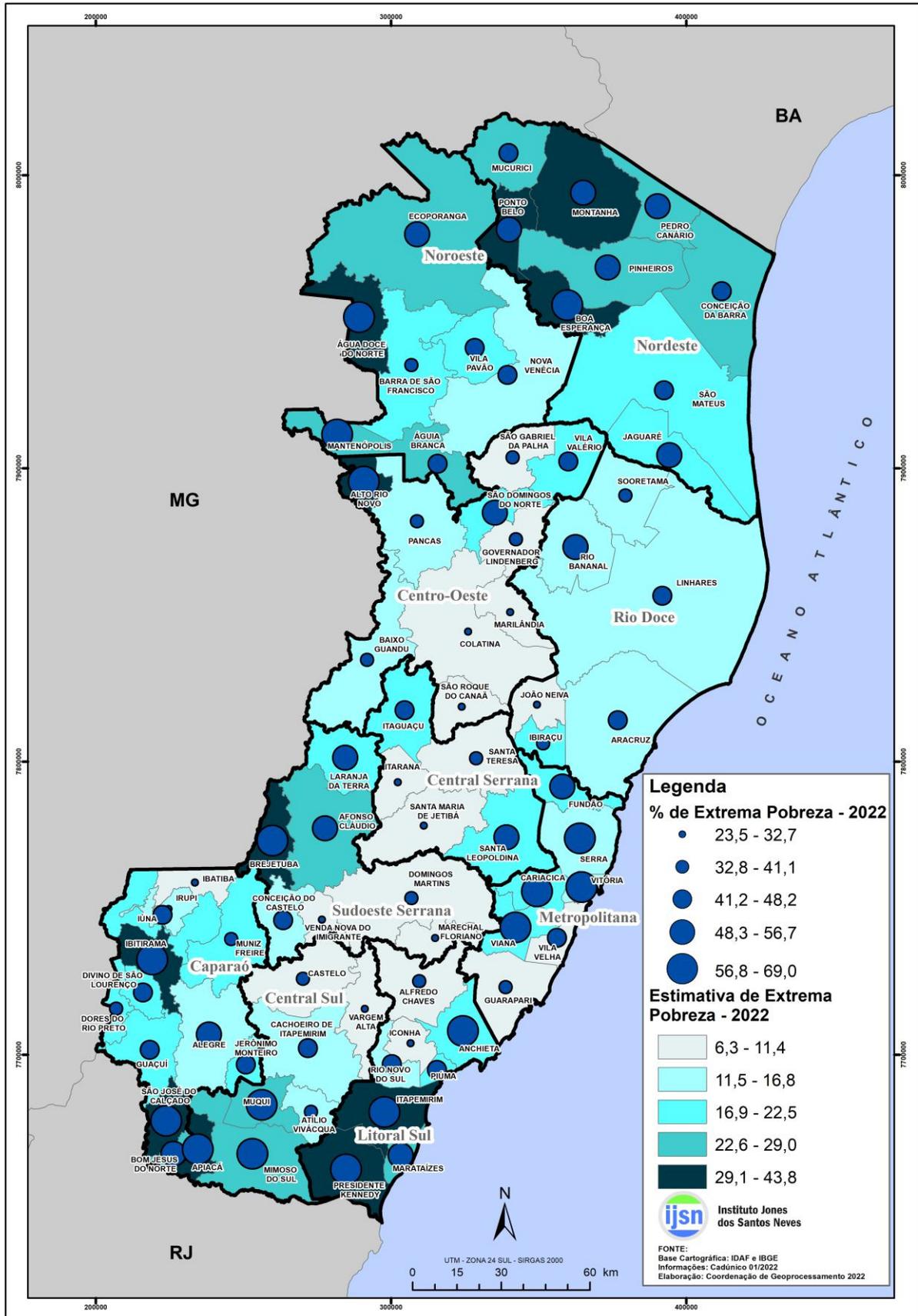
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 03
 Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por microrregião, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 04
 Percentual de extrema pobreza na população inscrita no Cadastro Único e estimativa de extrema pobreza na população do Espírito Santo, por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Pobreza e extrema pobreza por situação do domicílio

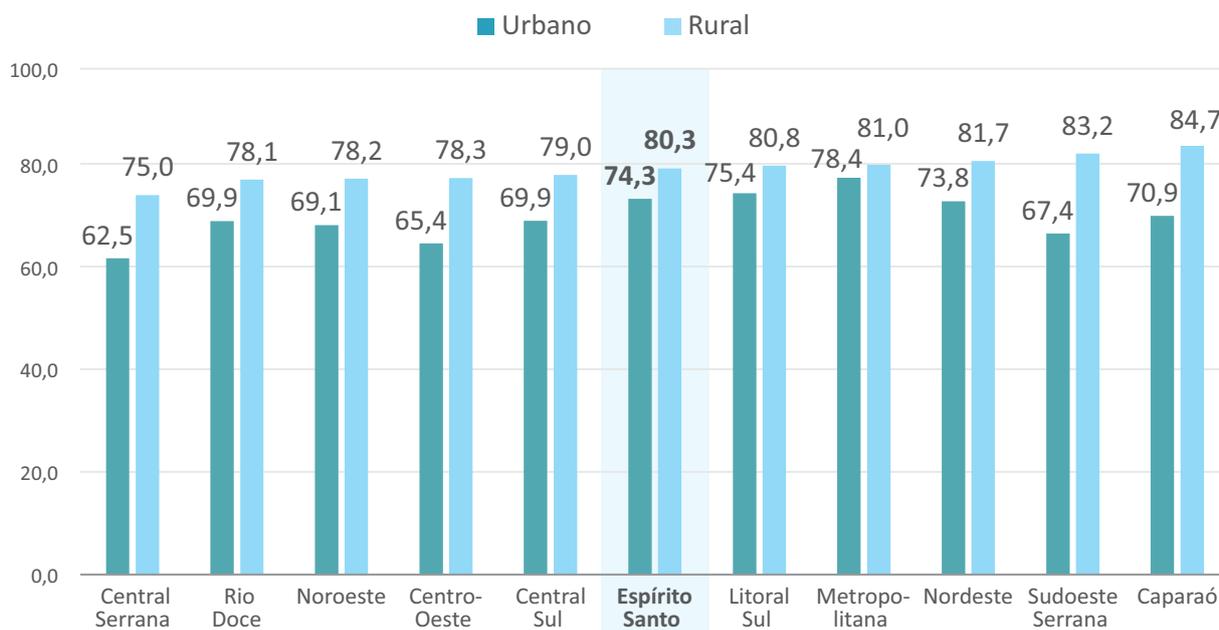
A pobreza rural possui especificidades em relação a urbana embora no geral se assemelhem como formas de privações. Estudos têm apontado que a pobreza no Brasil se apresenta de forma ainda mais severa nas áreas rurais, face as maiores dificuldades de acesso a serviços públicos básicos como saúde, assistência, educação e a maior precariedade observada no tocante a habitação (MALUF; MATTEI, 2011; COSTA; COSTA, 2016)

Além da ampliação do acesso à serviços básicos, em abordagens multidimensionais da pobreza sobressaem a questão do acesso à terra, considerado um fator fundamental de exclusão (MALUF; MATTEI, 2011).

Outros fatores também são primordiais na redução da pobreza em áreas rurais como a modernização e diversificação econômica, o aumento da qualidade da produção, a ampliação e o incremento da agricultura familiar. Nessas áreas em que as oportunidades de inserção no mundo do trabalho pela via formal ou informal não são tão amplas quanto nas zonas urbanas os desafios de reduzir a pobreza e a extrema pobreza tornam-se ainda maiores. Nesse cenário as recomendações para a superação da pobreza rural têm adotado como estratégia central a ampliação das políticas de segurança alimentar tendo em vista manter ou reativar as cadeias de produção fundamentais para o desenvolvimento local.

No Espírito Santo, conforme se observa no Gráfico 7, a proporção de pobres entre pessoas inscritas no CadÚnico que vivem em áreas rurais (80,3%) é 6,0 p.p. superior a proporção de pobres entre pessoas que vivem em áreas urbanas (74,3%). Em todas as microrregiões do estado a proporção de pobres foi superior nas áreas rurais, a maior diferença foi registrada na microrregião Sudoeste Serrana 15,8p.p. As microrregiões com maior proporção de pessoas cadastradas vivendo em áreas rurais em situação de pobreza foram Caparaó (84,7%), Sudoeste Serrana (83,2%) e Nordeste (81,7%). A microrregião metropolitana apresentou as proporções mais próximas entre as áreas rurais e urbanas.

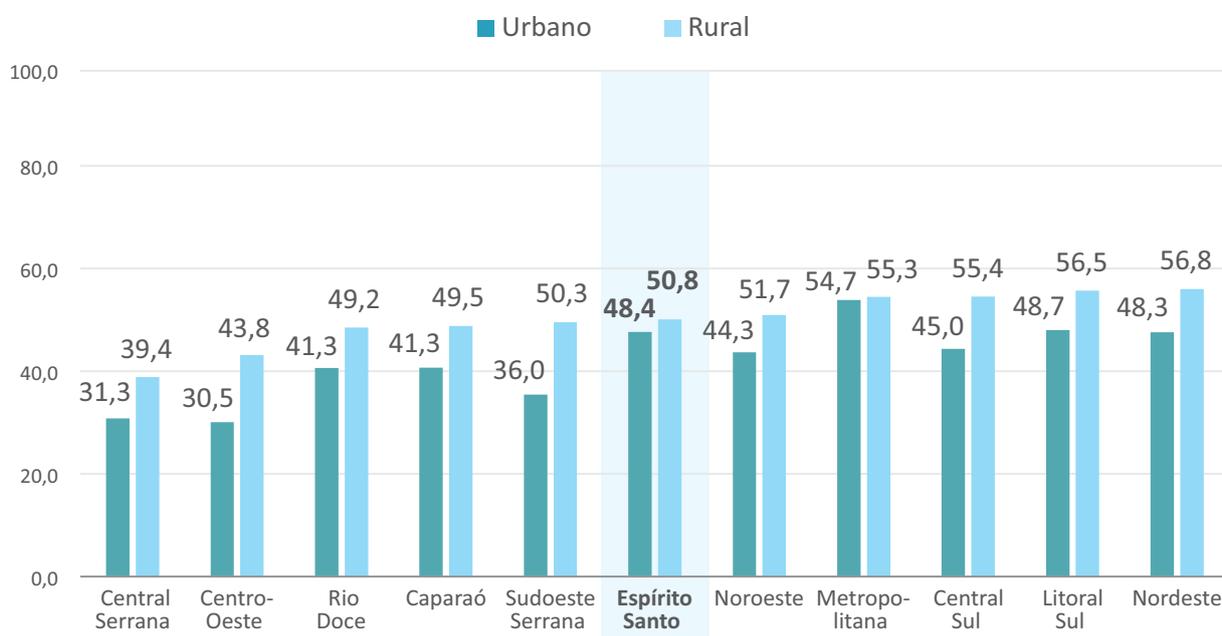
Gráfico 07
 Percentual de pobres cadastrados, por localização do domicílio, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

De acordo com o Gráfico 8, a proporção de pessoas extremamente pobres entre pessoas cadastradas que vivem em áreas rurais foi de 50,8%, 2,4p.p. acima da proporção de pessoas extremamente pobres vivendo em áreas urbanas (48,4%). Tal como ocorre com a pobreza a proporção de extremamente pobres na população cadastrada que vive em áreas rurais é superior em todas as microrregiões, a maior diferença também ocorreu na Sudoeste Serrana 14,3p.p. As microrregiões que apresentaram as maiores proporções de pessoas cadastradas em situação de extrema pobreza dentre as que vivem em áreas rurais foram Nordeste (56,8%), Litoral Sul (56,5%) e Central Sul (55,4%). A microrregião metropolitana registou uma diferença na proporção de extremamente pobres em área rural de 0,6p.p. acima da urbana.

Gráfico 08
Percentual de extremamente pobres cadastrados, por localização do domicílio, 2022

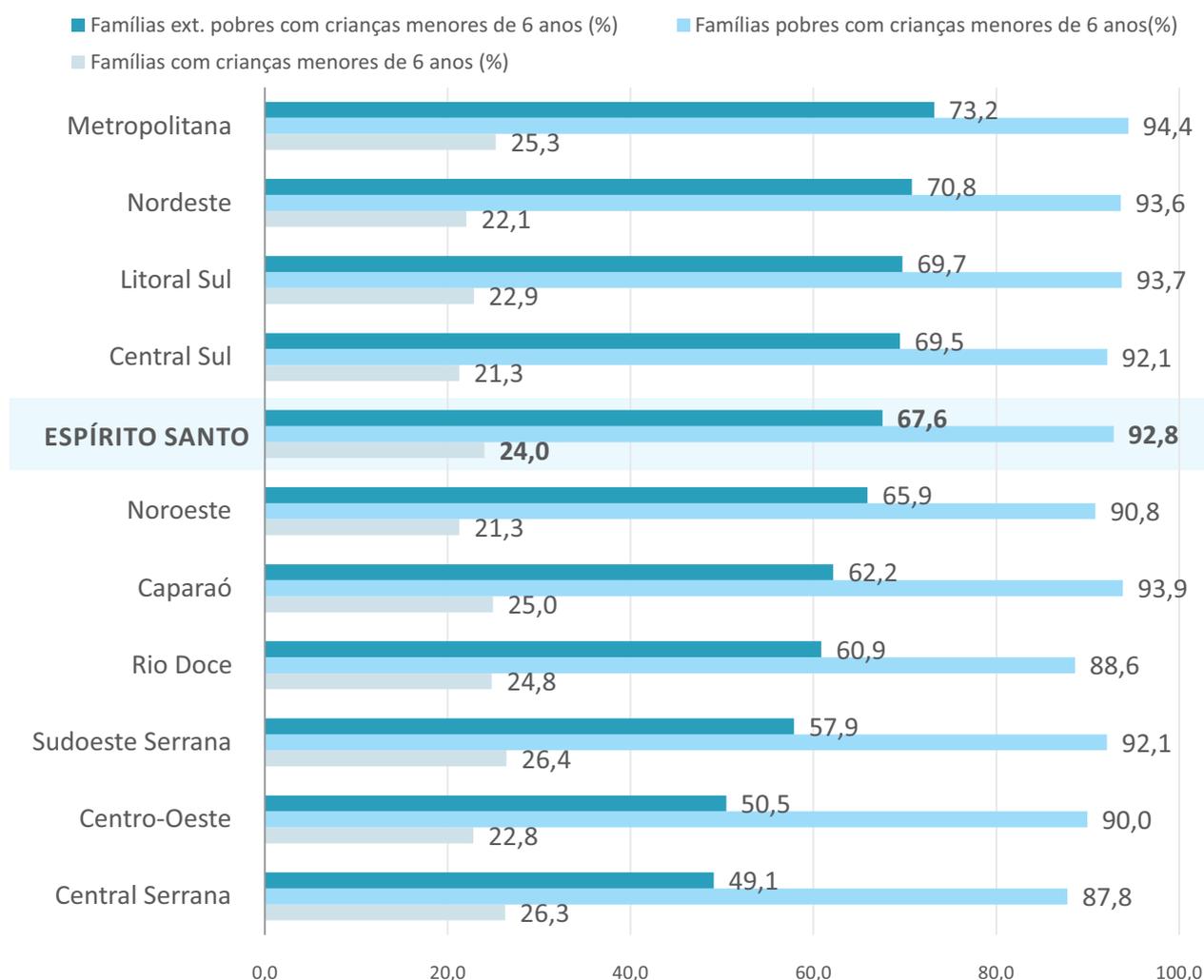


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Pobreza e extrema pobreza na primeira infância

A primeira infância, período que corresponde aos 6 primeiros anos de vida, é considerada uma faixa etária prioritária para investimentos públicos face aos seus impactos em escala, capazes de reduzir gastos futuros em saúde e segurança e melhorar o desempenho educacional. Os dados do Cadastro Único apontam que crianças na primeira infância são as mais afetadas pela pobreza e extrema pobreza no estado (Gráfico 9). No Espírito Santo 24,0% das famílias cadastradas possuem ao menos uma criança na primeira infância. Dessas famílias 92,8%, possuem renda familiar per capita inferior a linha de pobreza e 67,6% possuem rendimentos inferior a extrema pobreza. As microrregiões que apresentaram percentuais de famílias com membros na primeira infância em situação de pobreza e extrema pobreza, respectivamente, superiores aos do estado: Metropolitana (94,4% e 73,2%), Nordeste (93,6% e 70,8%) e Litoral Sul (93,7% e 69,7%).

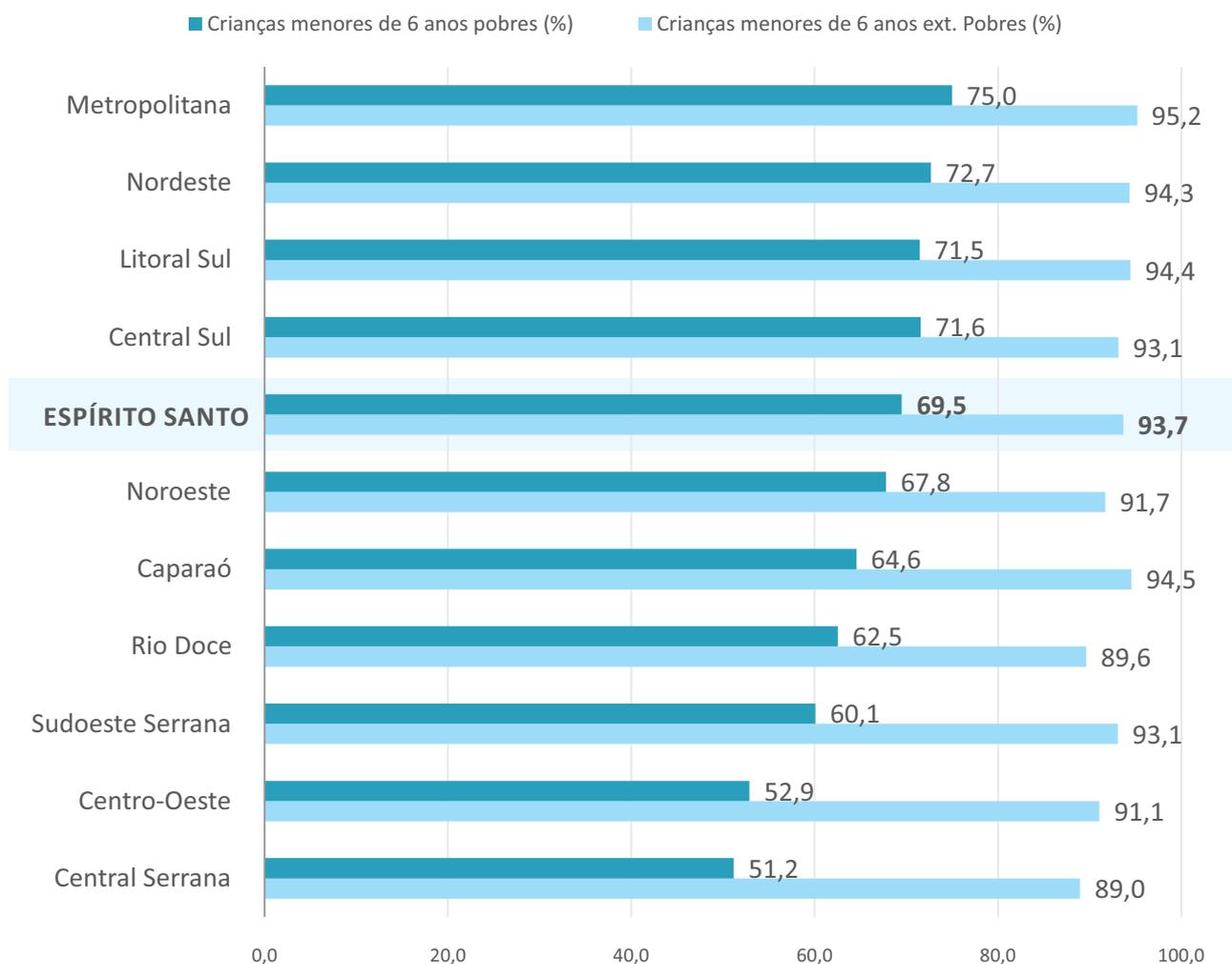
Gráfico 09
 Percentual de famílias inscritas com crianças menores de 6 anos, pobres e extremamente pobres, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

O Gráfico 10 apresenta o percentual de crianças pobres e extremamente pobres. No Espírito Santo 93,7 % das crianças menores de 6 anos inscritas no Cadastro Único vivem em situação de pobreza e 69,5% em situação de extrema pobreza. A primeira infância corresponde a faixa etária com maior proporção de pobres e de extremamente pobres cadastrados no estado. As microrregiões que apresentaram percentuais de pobres e extremamente pobres nessa faixa etária superiores aos do estado foram: Metropolitana (95,2% e 75,0%), Nordeste (94,3% e 72,7%) e Litoral Sul (94,4 e 71,5).

Gráfico 10
Percentual de crianças menores de 6 anos pobres e extremamente pobres, Espírito Santo e microrregiões, 2022



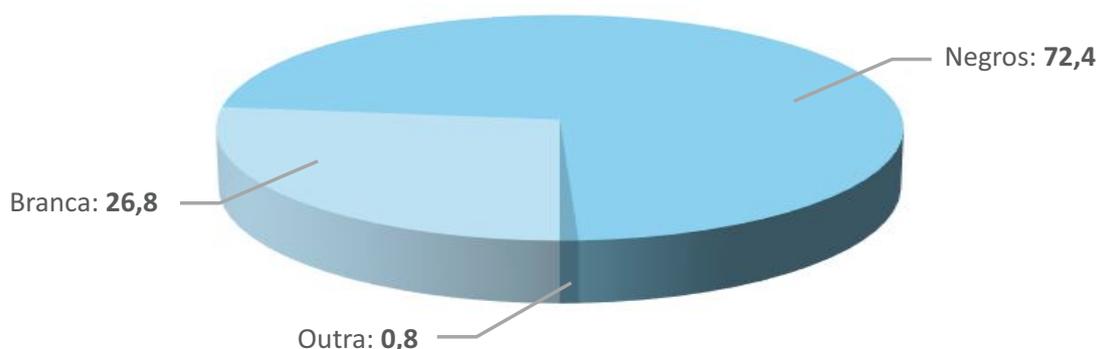
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Pobres e extremamente pobres inscritos no CadÚnico por raça/cor.

A análise dos dados de pobreza por raça/cor (Gráfico 12) revela que no Espírito Santo a maior proporção de pessoas com renda per capita inferior a linha de pobreza ocorreu entre amarelos (79,1%). Negros apresentaram 77,6%, brancos 69,5% e indígenas 64,0%.

Esses dados podem ser melhor analisados a luz de outro dado que corresponde a distribuição de pessoas inscritas no Cadastro Único por raça/cor (Gráfico 11). Dentre as pessoas inscritas no CadÚnico, a distribuição por raça/cor, aferida por autodeclaração, configura-se: 72,4% negros, 26,8% brancas e 0,8% outra. A categoria negro, corresponde ao somatório de pretos e pardos. A categoria “Outra” com 0,8%, abrange 0,55% de amarelos e 0,27% de indígenas.

Gráfico 11
 Percentual de pessoas por raça/cor, Espírito Santo, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

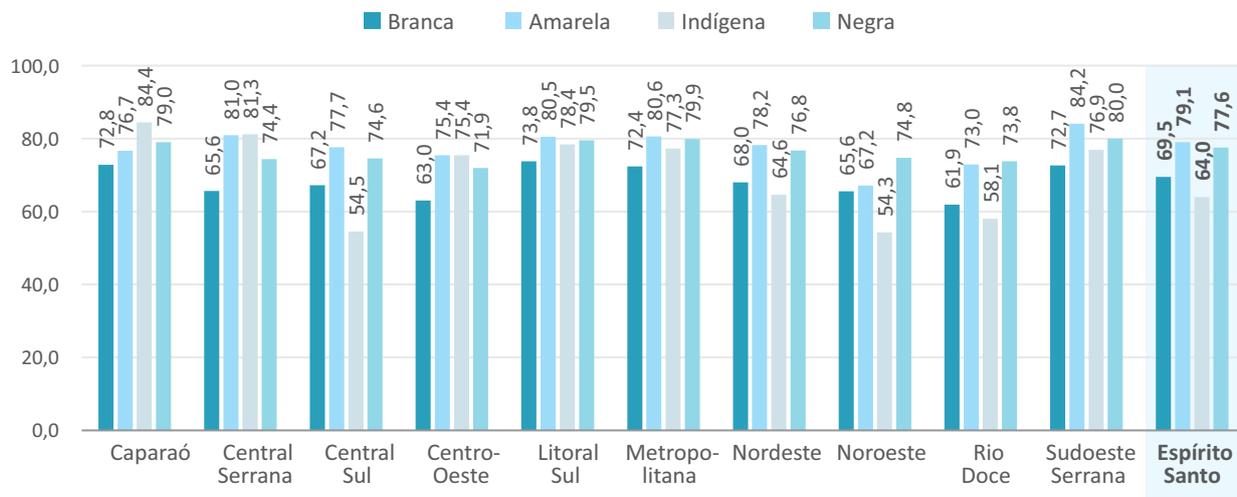
De acordo com a PNAD contínua trimestral (2º Trimestre de 2022) a distribuição da população por raça/cor configura-se: negros 63,6%, brancos 35,8% e outra 0,6%.⁶ A comparação entre os dois universos revela que o percentual de negros na população cadastrada no Cadastro Único no estado (72,4%) foi 8,8 p.p. superior ao percentual observado na população do estado (63,6%), o que denota uma sobrerrepresentação destes no cadastro. A categoria “outra” no cadastro (0,8%) foi 0,2 p.p. superior ao percentual observado na população do estado (0,6%). De outro lado, a população de brancos no Cadastro Único (26,8%) foi 9,0 p.p. inferior ao percentual de brancos na população do estado.

Comparando negros e brancos, que correspondem às categorias mais representativas entre os inscritos, nota-se que os negros apresentam proporções mais elevadas de pobres nas dez microrregiões do Espírito Santo. A maior diferença nessa comparação ocorre na microrregião Rio Doce (11,9 p.p.) e a menor na Litoral Sul (5,8 p.p.) Na microrregião metropolitana observam-se as seguintes proporções de pobres entre os grupos por raça/cor: 80,6% dos amarelos, 79,9% dos negros, 77,3% dos indígenas e 72,4% dos brancos.

A microrregião Rio Doce apresenta a maior concentração de indígenas no Espírito Santo. As etnias Tupiniquim e Guarani, que são as mais representativas do estado, encontram-se aldeadas no município de Aracruz. Nessa microrregião a proporção de indígenas com renda per capita inferior a linha de pobreza alcança 58,1%. Além do enfrentamento da questão da pobreza monetária os indígenas ainda lutam pela efetiva demarcação e respeito a suas terras, seus sistemas tradicionais de saúde, educação, tradições e modos de vida considerados entre os indígenas como ainda mais fundamentais do que o acesso à renda.

⁶ Nos dados da PNAD a categoria outra é formada pela soma de indígenas e amarelos ou sem declaração.

Gráfico 12
 Percentual de pobres no CadÚnico por raça/cor, Espírito Santo e microrregião, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

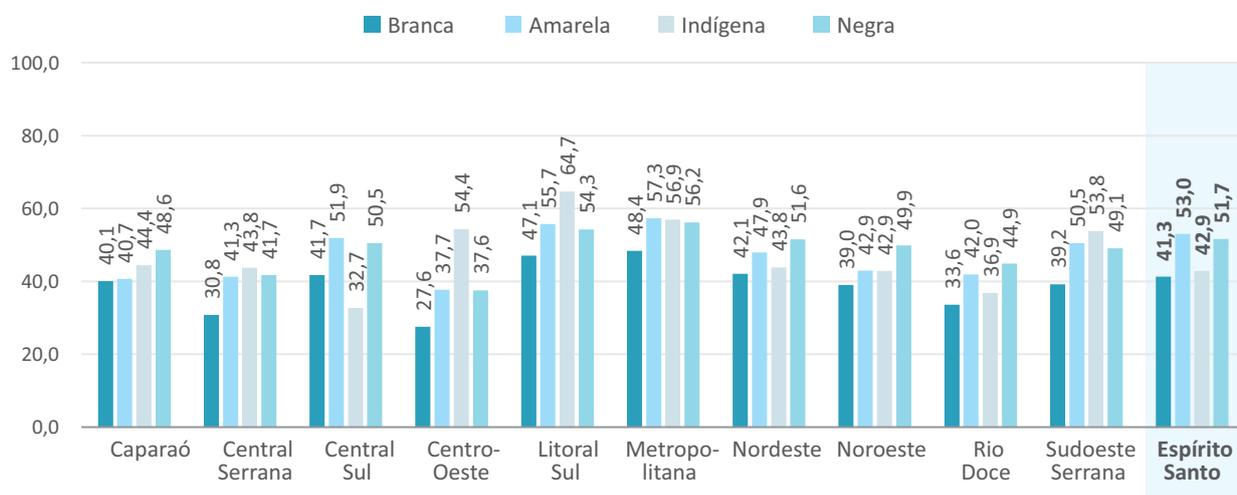
A maior proporção de extremamente pobres na população cadastrada no Cadastro Único no Espírito Santo também ocorreu entre amarelos (53,0%). Entre os negros cadastrados no estado 51,7% vivem em situação de extrema pobreza. A proporção de indígenas na extrema pobreza é de 42,9%. Entre brancos 41,3% também se encontram nessa condição (Gráfico 13).

A comparação do percentual de extremamente pobres entre cada uma das duas categorias mais representativas em termos quantitativos no estado revela que a proporção de extremamente pobres entre negros é 10,4p.p. superior à proporção observada entre brancos. Os negros também apresentaram proporção de extremamente pobres superior à dos brancos em todas as microrregiões do estado.

Na microrregião Rio Doce, onde está a maior concentração de indígenas aldeados do estado, a proporção de indígenas com renda per capita inferior à linha de extrema pobreza alcança 36,9%.

As proporções de extremamente pobres entre pessoas cadastradas na microrregião metropolitana por raça/cor configura-se da seguinte forma: amarelos 57,3%, indígenas 56,9%, negros 56,2% e brancos 48,4%.

Gráfico 13
 Percentual de extremamente pobres no CadÚnico por cor ou raça, Espírito Santo e microrregião, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

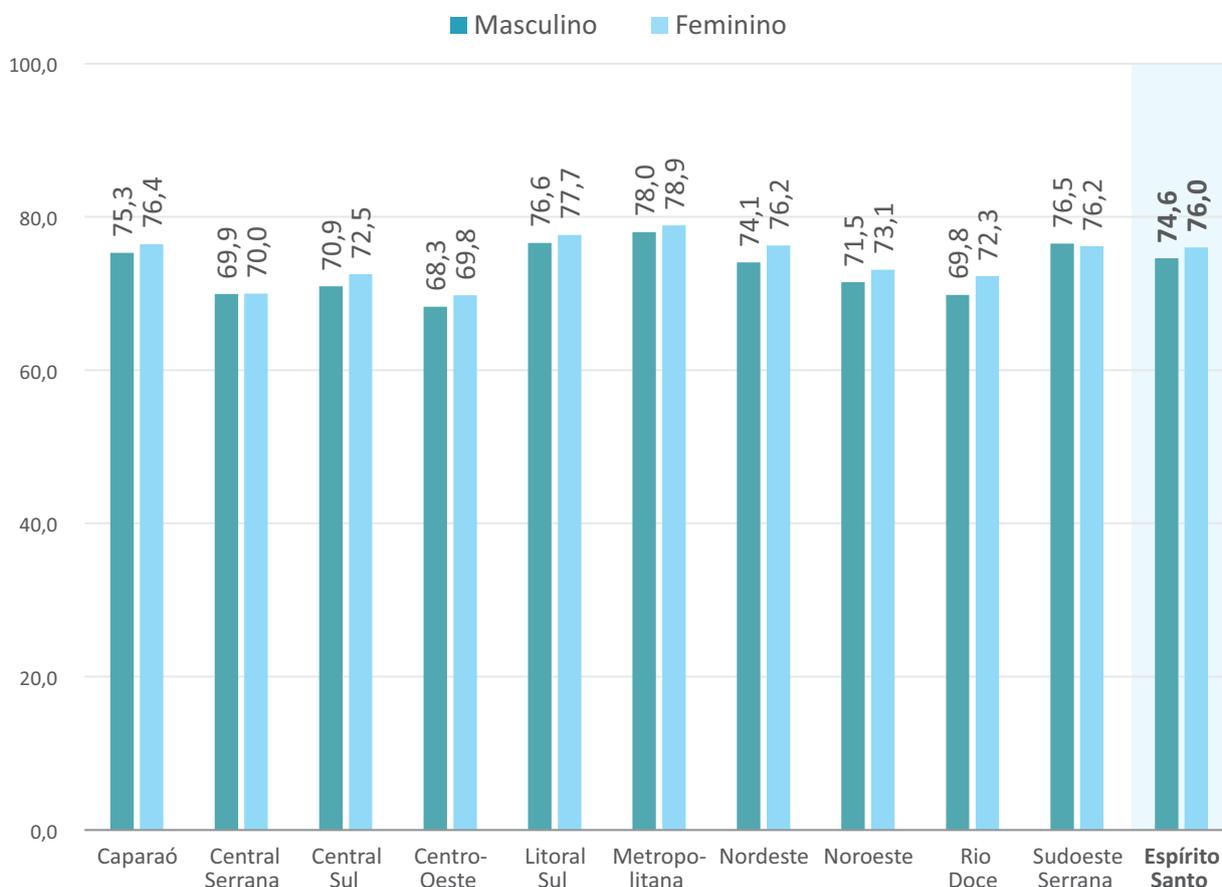
Pobreza e extrema pobreza por sexo da população cadastrada no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões

A análise da distribuição dos pobres por sexo na população cadastrada no CadÚnico precisa ser feita de forma mais cuidadosa para evitar interpretações rasas que possam subestimar a desigualdade de sexo e os efeitos que ela acarreta.

Inicialmente é preciso observar que a renda familiar per capita variável utilizada nos estudos de pobreza por si só já dificulta uma análise mais aprofundada da desigualdade entre os sexos, uma vez que essa renda é dividida entre os membros da família, especificamente no caso do Cadastro Único entre indivíduos que a partilham independente de relações de parentesco. Isso inviabiliza captar a desigualdade entre os indivíduos de sexo oposto tal como se observa nas variáveis de renda de todos os trabalhos ou de todas as fontes presentes na PNAD-Contínua anual.

Os dados expostos no Gráfico 14 revelam que no Espírito Santo entre as pessoas cadastradas do sexo feminino 76,0% são pobres, ao passo que entre pessoas do sexo masculino esse dado corresponde a 74,6%. A maior diferença na proporção de pessoas do sexo feminino pobres comparativamente as do sexo masculino ocorreu na microrregião Rio doce (2,5p.p.). Apenas a microrregião Sudoeste Serrana registrou proporção de pessoas do sexo masculino pobres mais elevada que de pessoas do sexo feminino (+0,3p.p.).

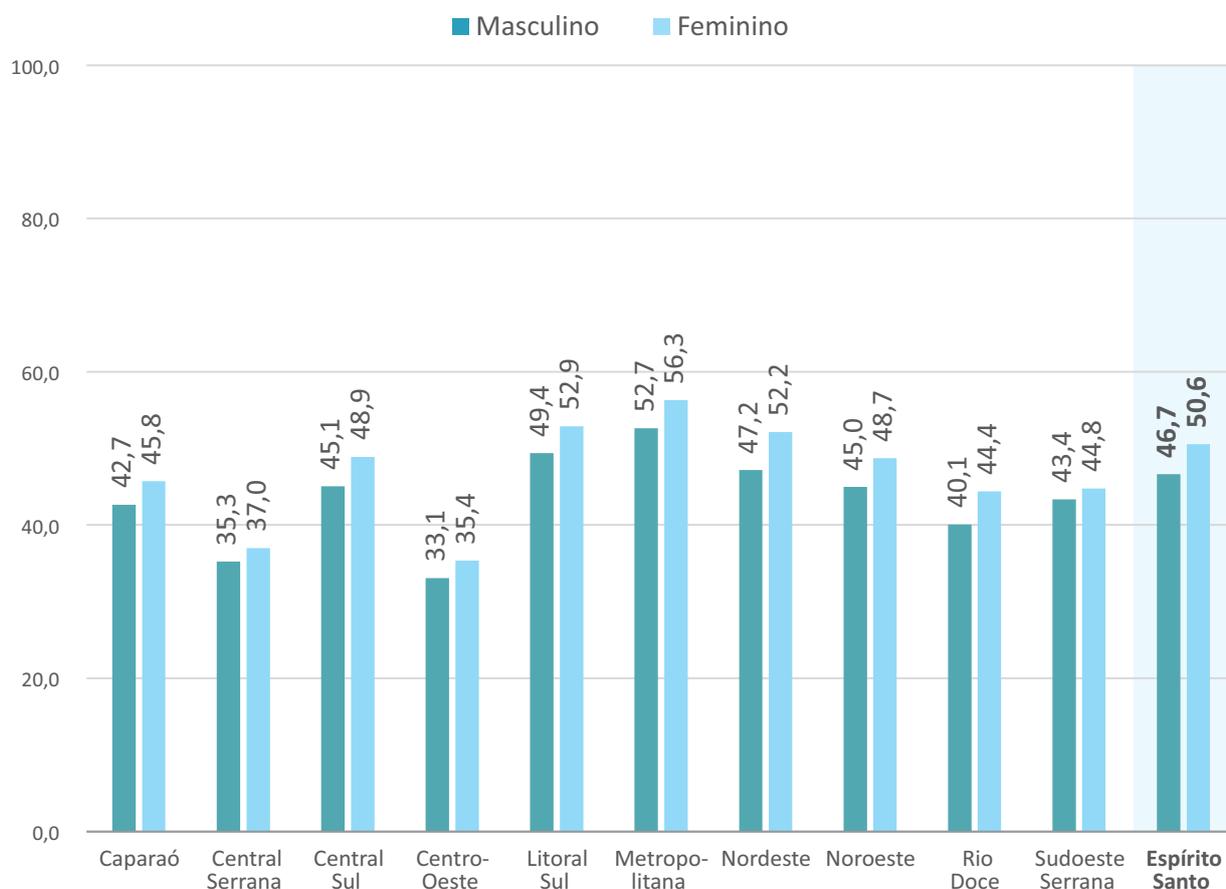
Gráfico 14
 Percentual de pobreza por sexo, Espírito Santo e microrregião, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Conforme se observa no Gráfico 15, o percentual de pessoas do sexo feminino entre os extremamente pobres cadastrados no estado foi 50,6%, 3,3p.p. maior que a proporção de pessoas do sexo masculino entre os extremamente pobres (46,7%). Nota-se que a diferença no percentual de extremamente entre os sexos (3,9p.p.) é superior àquela observada na proporção de pobres (1,4p.p.). Ou seja, a proporção de pessoas do sexo feminino é ainda maior entre aqueles que vivem com menos de US\$ 1,90 (PPC 2011) dia por pessoa. A proporção de pessoas do sexo feminino vivendo na pobreza extrema foi superior à de pessoas do sexo masculino em todas as microrregiões do estado. As maiores diferenças foram observadas nas microrregiões Nordeste (+5,0p.p.) e Rio Doce (4,3p.p.).

Gráfico 15
 Percentual de extrema pobreza por sexo, Espírito Santo e microrregião, 2022



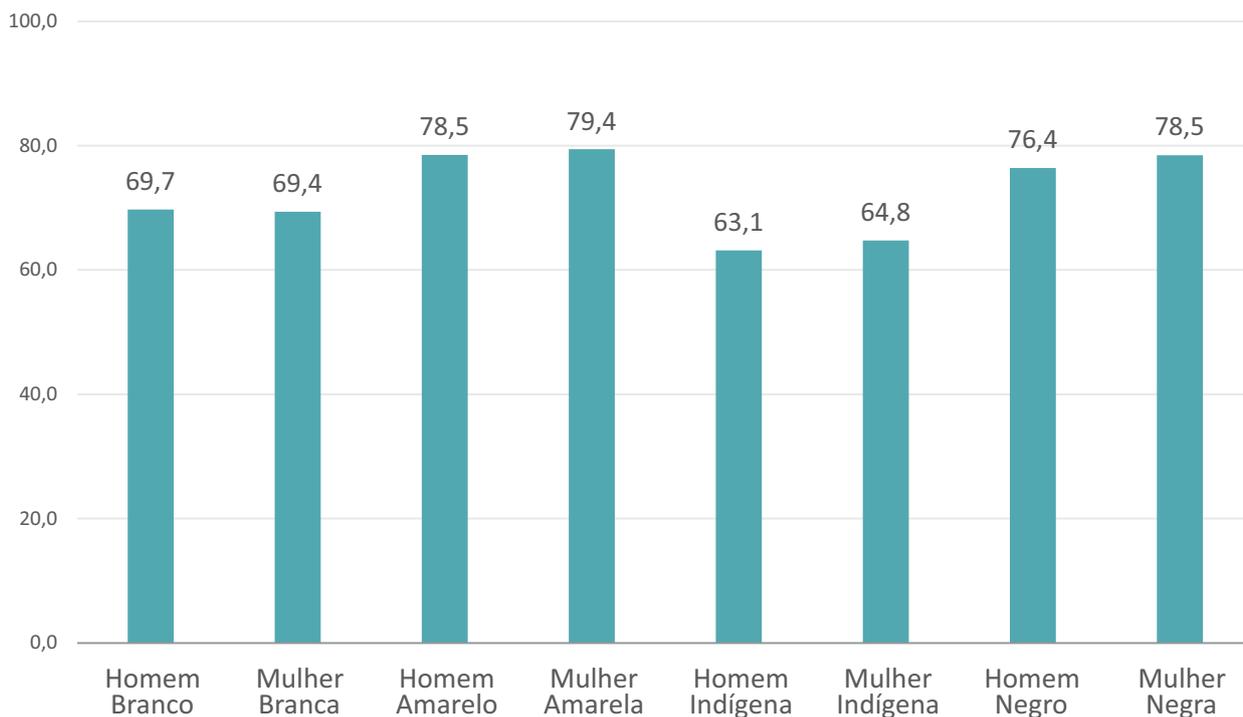
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Pobres e extremamente pobres inscritos no Cadastro Único no Espírito Santo entre os diferentes segmentos étnico raciais e sexo

A análise dos dados de pobreza e extrema pobreza a partir do cruzamento das variáveis de cor ou raça e sexo traz evidências importantes acerca dessa questão multifacetada (Gráfico 16). A questão étnico racial e de gênero produzem efeitos que se somam e revelam a face mais cruel das desigualdades inclusive entre os mais pobres.

As pessoas do sexo feminino apresentaram a maior proporção de pobres no estado entre negros (+2,1p.p.), indígenas (+1,6p.p.) e amarelos (+0,9p.p.). A maior proporção de pobres foi observada entre as pessoas amarelas e negras do sexo feminino (79,4%, e 78,5% respectivamente). Entre as pessoas de sexo feminino e raça/cor negra observou-se uma proporção de pobres (78,5%) 9,1p.p. superior à notada entre pessoas do sexo feminino de raça/cor branca.

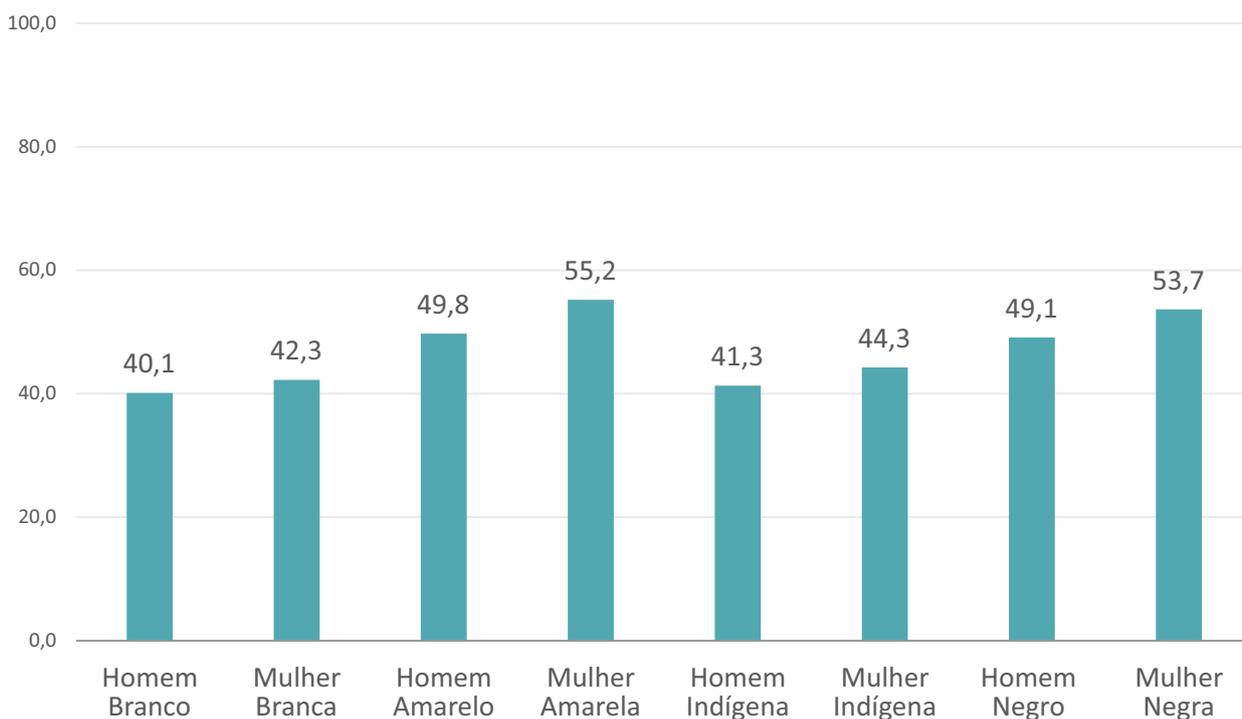
Gráfico 16
Percentual de pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Os efeitos da condição de mulher se ampliam quando a renda observada é a da linha de extrema pobreza. Conforme se observa no Gráfico 17, as pessoas de sexo feminino apresentaram proporções mais elevadas em todas as categorias de raça/cor. As maiores diferenças na proporção de extremamente pobres entre os sexos da mesma categoria de cor ou raça foi registrada entre amarelos 5,5p.p. e negros 4,0p.p. Pessoas do sexo feminino de cor amarela também apresentaram a maior proporção de extremamente pobres 55,2%. As mulheres negras apresentaram a segunda maior proporção de extremamente pobres (53,7%), na comparação com o homem branco que apresentou o menor percentual entre todas as categorias (40,1%) a diferença foi de +13,6p.p. A proporção de pessoas do sexo feminino de raça/cor indígena vivendo na extrema pobreza alcançou 44,3%, a proporção de mulheres brancas extremamente pobres foi de 42,3%. Observa-se que as mulheres, amarelas, negras e indígenas sentem ao mesmo tempo os efeitos de pertencer a um determinado grupo étnico e racial e da condição social de serem mulheres.

Gráfico 17
Percentual de extremamente pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2022



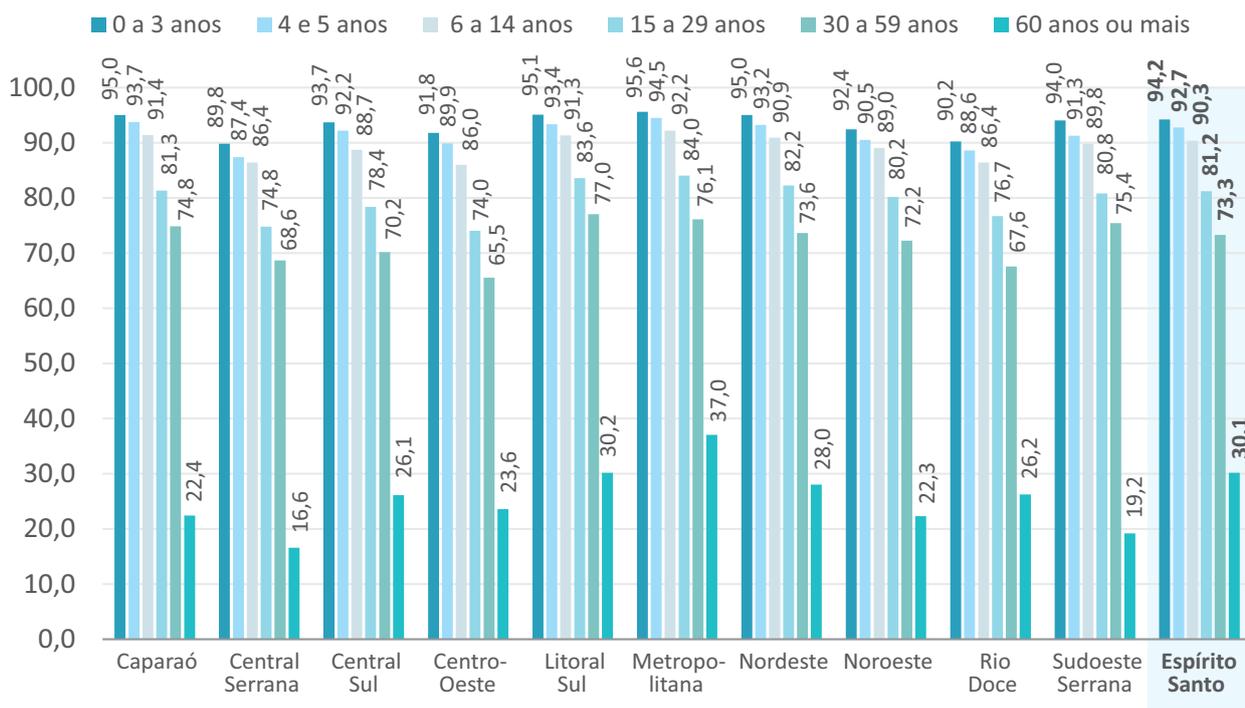
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Pobres e extremamente pobres por faixa etária

No Espírito Santo, conforme se observa no Gráfico 18, a faixa etária com a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios com renda familiar inferior a US\$ 5,50 per capita dia (PPC 2011) é a de 0 a 3 anos (94,2%), que corresponde a Primeiríssima Infância, e 4 a 5 anos (92,7%). Essas duas faixas compõem a Primeira Infância, período no qual a alimentação balanceada, o afeto e os estímulos cognitivos adequados são mais necessários e apresentam efeitos positivos ou negativos cujos impactos serão notados por todas as demais etapas da vida.

Esse dado aponta para um desafio considerável em termos de políticas públicas, uma vez que ele abrange a maioria do seu público elegível face a ampla cobertura no Cadastro Único da população pobre e extremamente pobre do estado. As microrregiões Metropolitana (95,6%), Litoral Sul (95,1%), Nordeste (95,0%) e Caparaó (95,0%) apresentaram as proporções de crianças na primeiríssima infância vivendo na pobreza mais elevadas do estado. Na faixa etária de 4 a 5 anos os percentuais mais elevados foram apresentados pelas microrregiões Metropolitana (94,5%), Caparaó (93,7%), e Litoral Sul (93,4%). A faixa etária com a terceira maior proporção de pobres entre as pessoas cadastradas no estado foi a de 6 a 14 anos 90,3%. Nessa faixa as microrregiões Metropolitana (92,2%), Caparaó (91,4%) e Litoral Sul (91,3%) apresentaram os percentuais mais elevados. A proporção de pobres diminui nas faixas etárias a medida em que elas atingem a idade que permite o ingresso no trabalho formal ou informal. A proporção de pessoas pobres de 15 a 29 e de 30 a 59 anos cadastradas no estado foi de 81,2% e 73,3%, respectivamente. Essa proporção diminui ainda mais na faixa de 60 anos ou mais, quando as pessoas são alcançadas pelos direitos previdenciários e pelo benefício de prestação continuada BPC. A proporção de pobres entre as pessoas de 60 anos ou mais no Espírito Santo é de 30,1%. A microrregião Metropolitana apresentou a maior proporção de pobres com 60 anos ou mais (37,0%) ao passo que a microrregião Central Serrana apresentou a menor proporção 16,6%.

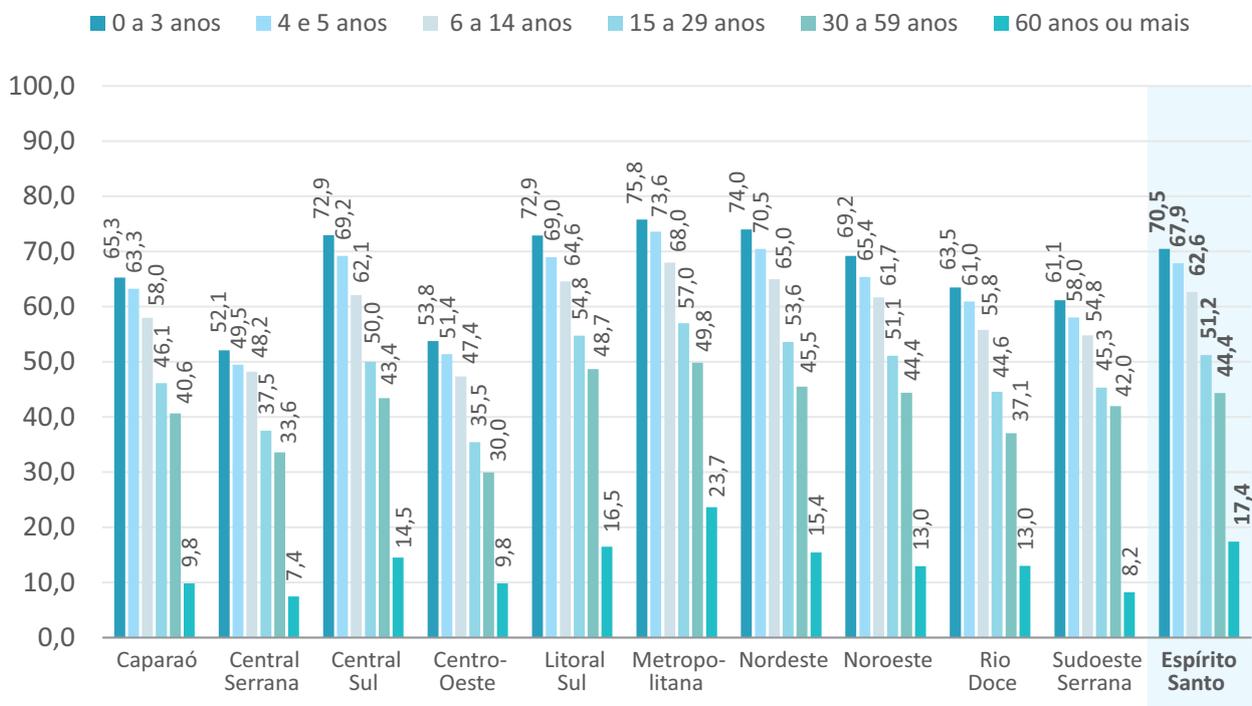
Gráfico 18
 Percentual de pobres no CadÚnico por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Segundo o Gráfico 19, a faixa etária de 0 a 3 anos também apresenta a maior proporção de pessoas com renda inferior a linha de extrema pobreza de US\$ 1,90 per capita dia, (PPC, 2011) no estado (70,5%). A microrregião Metropolitana apresentou o maior percentual (75,8%), na sequência aparecem as microrregiões Nordeste (74,0%), Litoral Sul (72,9%) e Central Sul (72,9%). No Espírito Santo 67,9% das crianças de 4 a 5 anos cadastradas vivem na extrema pobreza. O percentual mais elevado de extremamente pobres nessa faixa de idade ocorreu nas microrregiões Metropolitana (73,6%), Nordeste (70,5%), e Central Sul (69,2%). Esse dado expõe uma realidade desafiadora para o estado do Espírito Santo e revela a importância das políticas públicas de transferência de renda com foco prioritário nas famílias com crianças na primeira infância. A faixa de 6 a 14 anos apresenta a terceira maior proporção de pessoas cadastradas vivendo na extrema pobreza no estado (62,6%). As microrregiões com os percentuais mais elevados nessa faixa foram, Metropolitana (68,0%), Nordeste (65,0%) e Litoral Sul (64,6%). Tal como ocorre com a pobreza os percentuais de pessoas na extrema pobreza diminuem a medida em que as faixas de idade aumentam. Entre os jovens, de 15 a 29 anos, 51,2% das pessoas inseridas no Cadastro Único são extremamente pobres, entre as pessoas de 30 a 59 anos corresponde a 44,4% e entre as pessoas de 60 anos ou mais o percentual de extremamente pobres no estado foi de 17,4%. Tanto a pobreza como a extrema pobreza diminuem consideravelmente entre as pessoas com 60 anos ou mais, pois a partir dessa idade as pessoas são alcançadas, seja pelos benefícios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada, seja pelas aposentadorias. A microrregião Central Serrana apresentou o menor percentual de pessoas com 60 anos ou mais vivendo na extrema pobreza (7,4%) enquanto a Metropolitana apresentou o maior (23,7%).

Gráfico 19
Percentual de extremamente pobres no CadÚnico, por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJNS

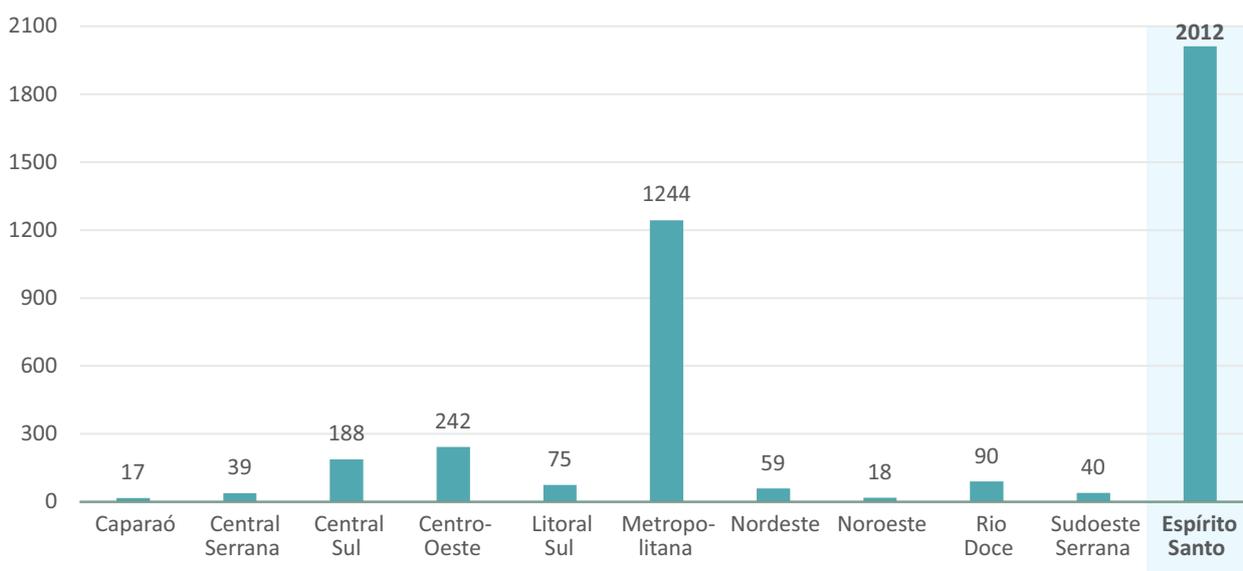
População em situação de Rua

O decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, define população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Ainda segundo o referido decreto essa população utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

No Espírito Santo 2012 pessoas cadastradas no Cadastro Único vivem em situação de rua (Gráfico 20). A microrregião Metropolitana concentra o maior número de pessoas em situação de rua do estado, 1244 pessoas, o equivalente a 61,8% da população de rua do estado. As microrregiões Centro-Oeste e Litoral Sul comparativamente as demais microrregiões também apresentam números elevados (242 e 188, respectivamente). Face a vulnerabilidade em que se encontra, a população de rua sofre de forma mais acentuada os impactos do aumento da extrema pobreza e da insegurança alimentar. O investimento na rede de proteção social, com a ampliação do atendimento e do acompanhamento é fundamental para fazer chegar até essa parcela da população as políticas ofertadas pelo estado.

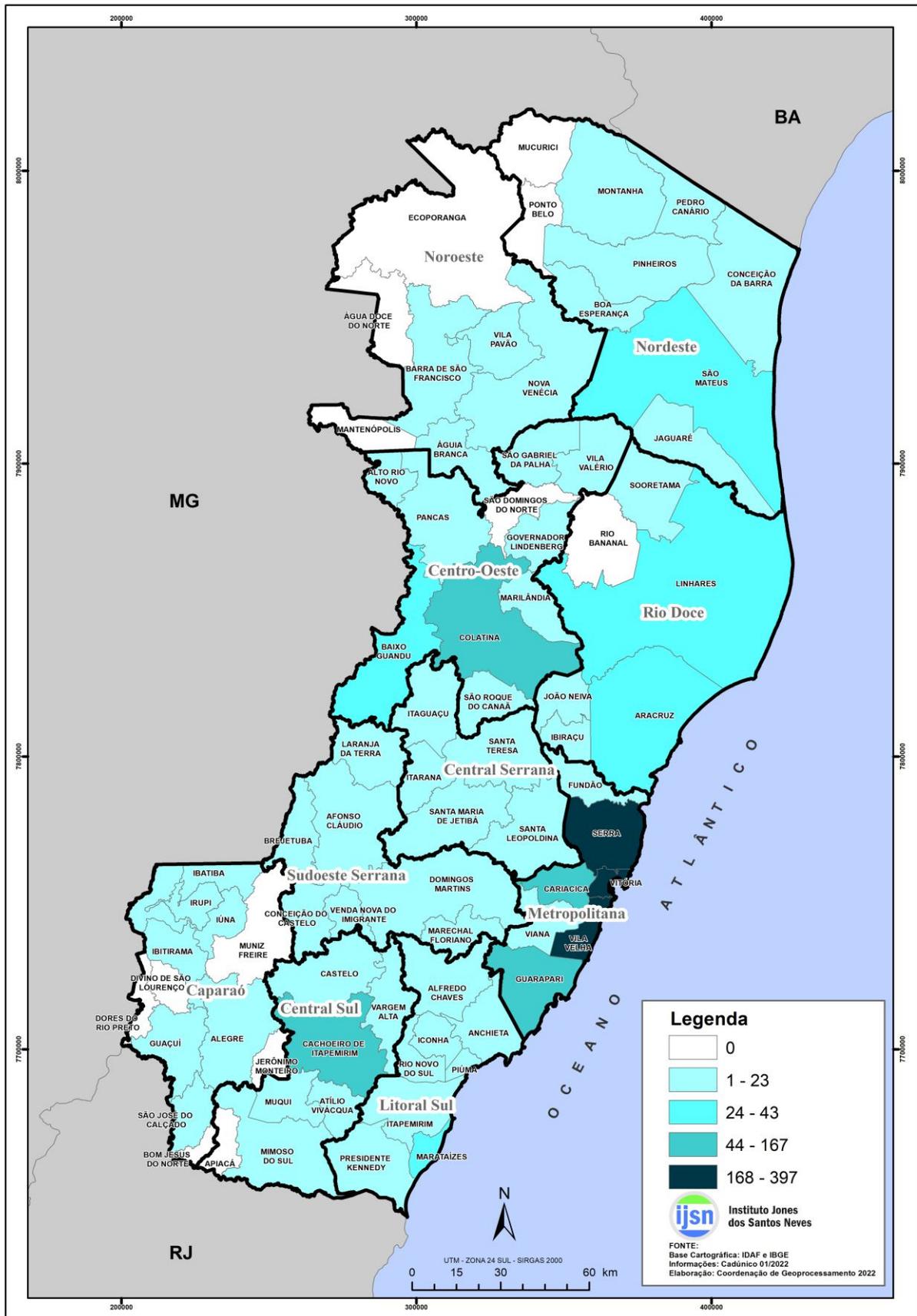
A nível de município (Mapa 5) observa-se que os municípios de Vitória (397), Vila Velha (292) e Serra (251) apresentaram os números de pessoas cadastradas em situação de rua mais elevados do estado. Os municípios de Colatina (167), Cachoeiro de Itapemirim (159), Cariacica (141) e Guarapari (136) apresentaram números de pessoas em situação de rua acima de 100.

Gráfico 20
Número de pessoas em situação de rua no CadÚnico, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 05
Número de pessoas em situação de rua no CadÚnico, Espírito Santo, por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Hiato de pobreza e de extrema pobreza e volume de recursos anual para erradicar a pobreza e a extrema pobreza com base no CadÚnico, 2022

O hiato de pobreza (P1) (ou extrema pobreza) é calculado levando em consideração a quantidade de recurso adicional que cada indivíduo abaixo da linha de pobreza (ou extrema pobreza) precisaria receber para que alcance a referida linha. O indicador é expresso como porcentagem da linha. Dessa forma, para um indivíduo com renda *per capita* de R\$200 em um contexto em que a linha de pobreza é R\$400, o valor de P1 seria $(400-200) / 400 = 0,5$. O hiato de pobreza de determinado grupo indica quanto falta em média para que cada indivíduo alcance a linha de pobreza.

Se de um lado a taxa de pobreza (ou proporção de pobres) é mais simples e facilmente compreendida, o hiato de pobreza consiste em um indicador importante, pois além de mensurar a profundidade da pobreza em determinado território ou sociedade, fornece o custo de um programa de combate à pobreza, com base em uma transferência perfeitamente focalizada e sem considerar os gastos com a burocracia.

Em 2022, o hiato de pobreza e extrema pobreza da população cadastrada no estado foram 53,2% e 33,4%, respectivamente. Em relação aos dados de 2021 (52,8% e 32,2%) houve alta nos hiatos de pobreza (+0,4%) e de extrema pobreza (+1,2%). Os dados de 2022 apontam que os capixabas em média em termos monetários estão mais próximos de deixar a extrema pobreza do que a pobreza. Fazer com que as políticas públicas atinjam de fato essa parcela da população tem sido, em razão do elevado grau de vulnerabilidade e risco social que ela apresenta, o grande desafio enfrentado pelos gestores dessas políticas. Para tanto faz necessário ampliar a busca ativa e atualização cadastral da parcela da população que apresenta maior vulnerabilidade de renda.

Conforme observa-se no Mapa 6, em 2022 a microrregião Metropolitana apresentou o maior hiato de pobreza entre as microrregiões do estado (58,8%). Por outro lado, a microrregião Centro-Oeste possui o menor hiato de pobreza (41,5%).

No Mapa 7, observa-se o hiato de pobreza por município. Os municípios de Iconha (32,5%), Colatina (34,3%) e Venda Nova do Imigrante (35,2%), possuem os três menores hiatos de pobreza do estado. Os municípios que apresentaram os maiores hiatos de pobreza foram: São José do Calçado (65,4%), Água Doce do Norte (65,2%), Muqui (64,7%), Ibitirama (63,8%), Viana (63,4%), Apiacá (62,5%), Cariacica (62,5%), Vitória (62,4%), Brejetuba (61,9%), Serra (61,6%), Anchieta (61,5%), Presidente Kennedy (61,1%), Itapemirim (61,1%), Boa Esperança (60,4%), Mimoso do Sul (60,3%), Alto Rio Novo (60,2%), Mantenedópolis (59,8%), Ponto Belo (59,6%), Pinheiros (58,6%).

O Hiato de extrema pobreza (obtido da mesma forma) é apresentado no Mapa 8 por microrregião. A microrregião Metropolitana também possui o maior hiato de extrema pobreza dentre as microrregiões do estado (41,9%). Por outro lado, a microrregião Centro-Oeste (17,3%) possui o menor hiato de extrema pobreza.

O Mapa 9 apresenta o hiato de extrema pobreza por município. Entre os três menores hiatos de extrema pobreza do estado estão os municípios de Venda Nova do Imigrante (7,3%), Colatina (8,6%) e Ibatiba (9,8%). Os municípios que apresentaram os maiores hiatos de extrema pobreza foram: São José do Calçado (49,7%), Vitória (49,3%), Muqui (48,4%), Viana (47,7%), Cariacica (47,0%), Ponto Belo (46,7%), Serra (45,5%), Presidente Kennedy (43,1%), Água Doce do Norte (43,0%), Anchieta (42,9%).

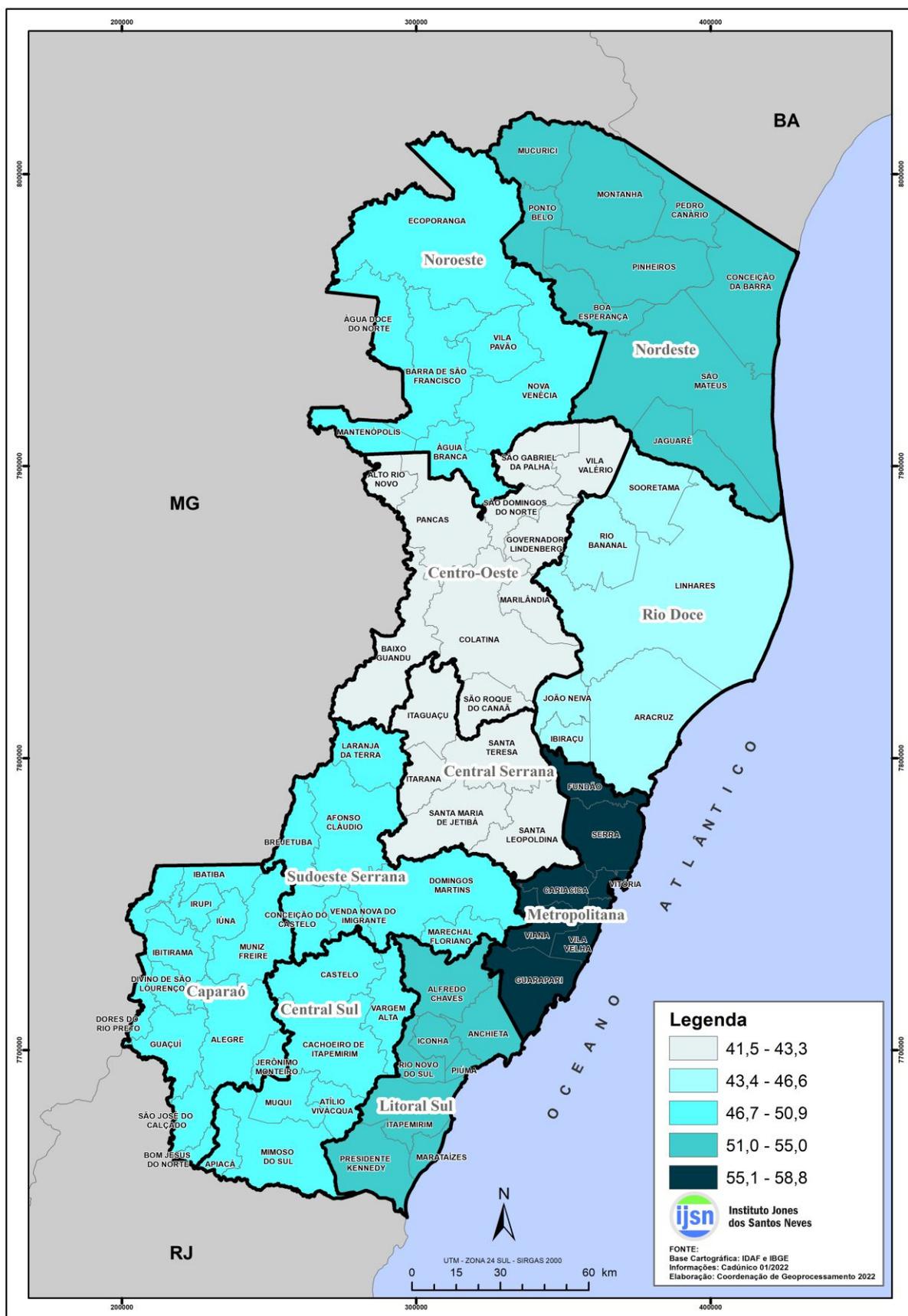
O volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza (e extrema pobreza) é medido pela soma dos recursos que seriam necessários adicionar à renda *per capita* dos indivíduos para que estes alcancem a linha de pobreza (ou extrema pobreza). Como o valor do rendimento é mensal e a linha de pobreza (ou extrema pobreza) é definida para o intervalo de 1 mês, é necessário multiplicar o somatório obtido por 12 para estimar o volume anual necessário.

O volume de recursos anual necessário para erradicar a pobreza e a extrema pobreza no Espírito Santo, de acordo com os dados do CadÚnico, corresponde a aproximadamente R\$4,038 bilhões e R\$ 874,5 milhões respectivamente. Ressalte-se que o valor calculado se refere ao volume total e não ao adicional de recursos necessários, uma vez que não considera o que já é gasto com os programas de transferência de renda dos governos federal e estadual.

O Mapa 10 aborda o volume de recursos anual para erradicar a pobreza por município. Os municípios nos quais os custos de um programa destinado à erradicação da pobreza seriam mais elevados são: Cariacica (R\$ 493,48 milhões), Serra (R\$ 469,83 milhões), Vitória (R\$ 309,67 milhões) e Vila Velha (R\$ 279,88 milhões).

Conforme observa-se no Mapa 11, esses municípios são também os que requerem maior volume de recursos anual para se erradicar a extrema pobreza: Cariacica (R\$ 128,11 milhões), Serra (R\$ 119,96 milhões), Vitória (R\$ 84,53 milhões) e Vila Velha (R\$ 60,56 milhões).

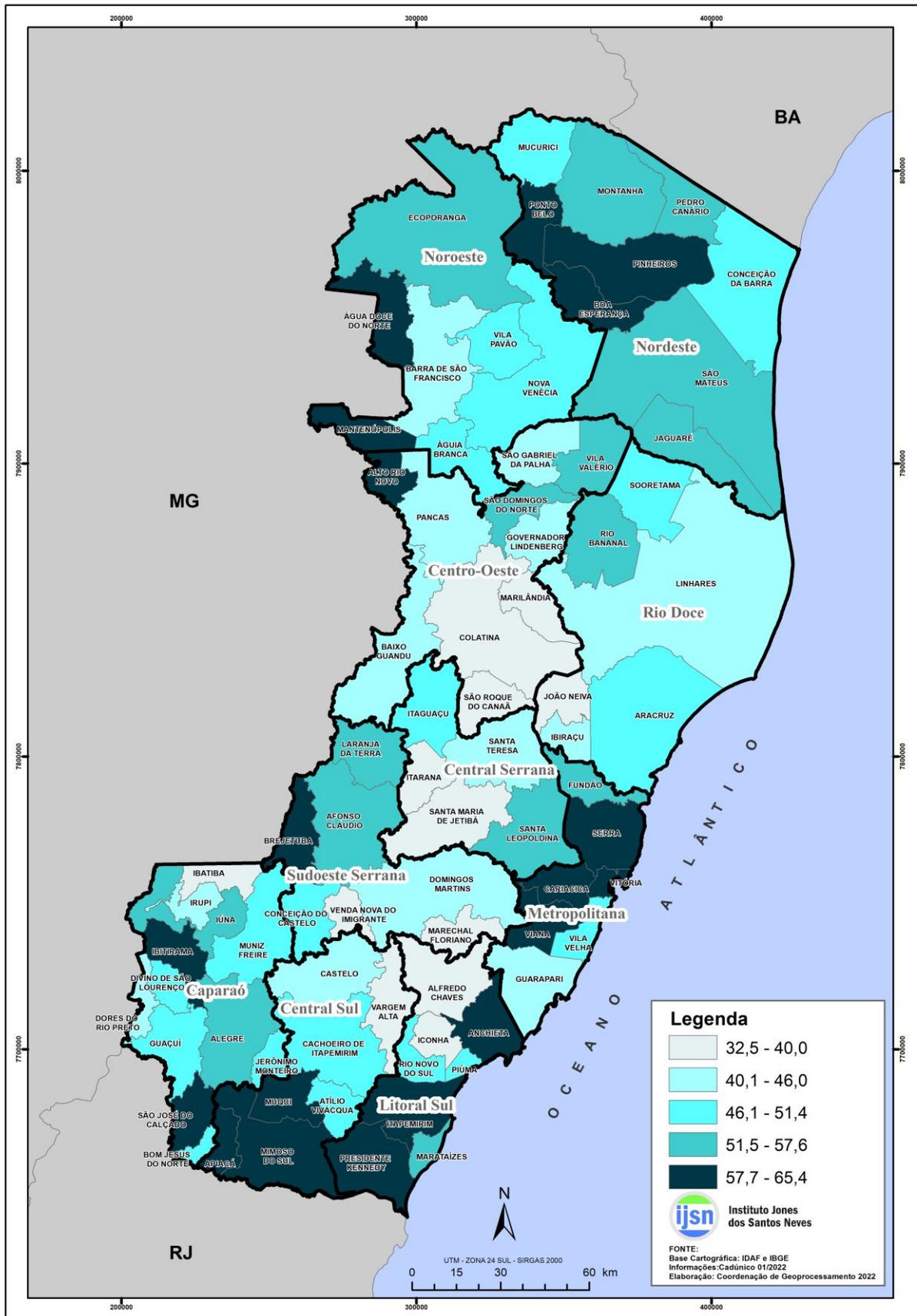
Mapa 06
 Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

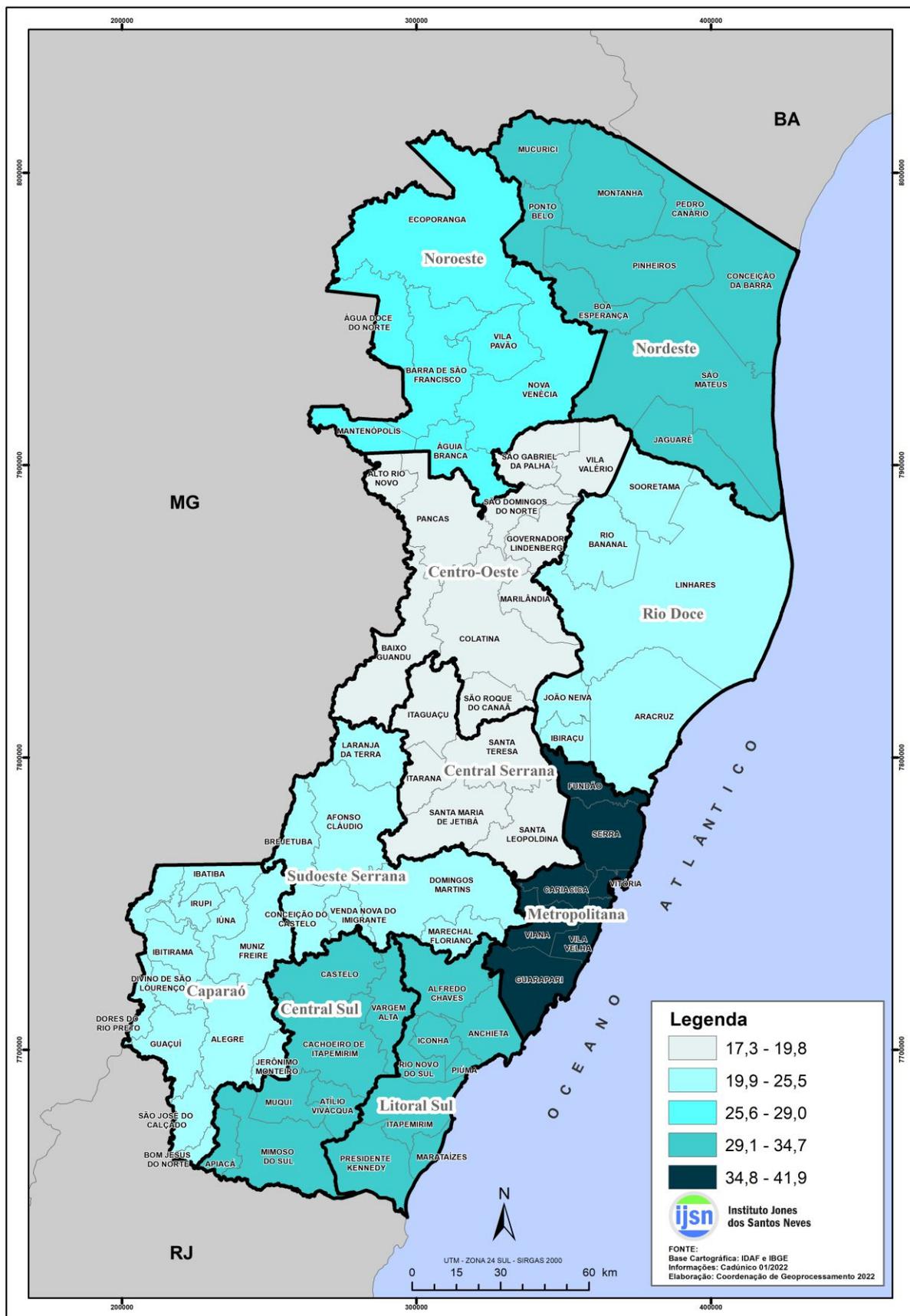
Mapa 07

Hiato de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por Município, 2022



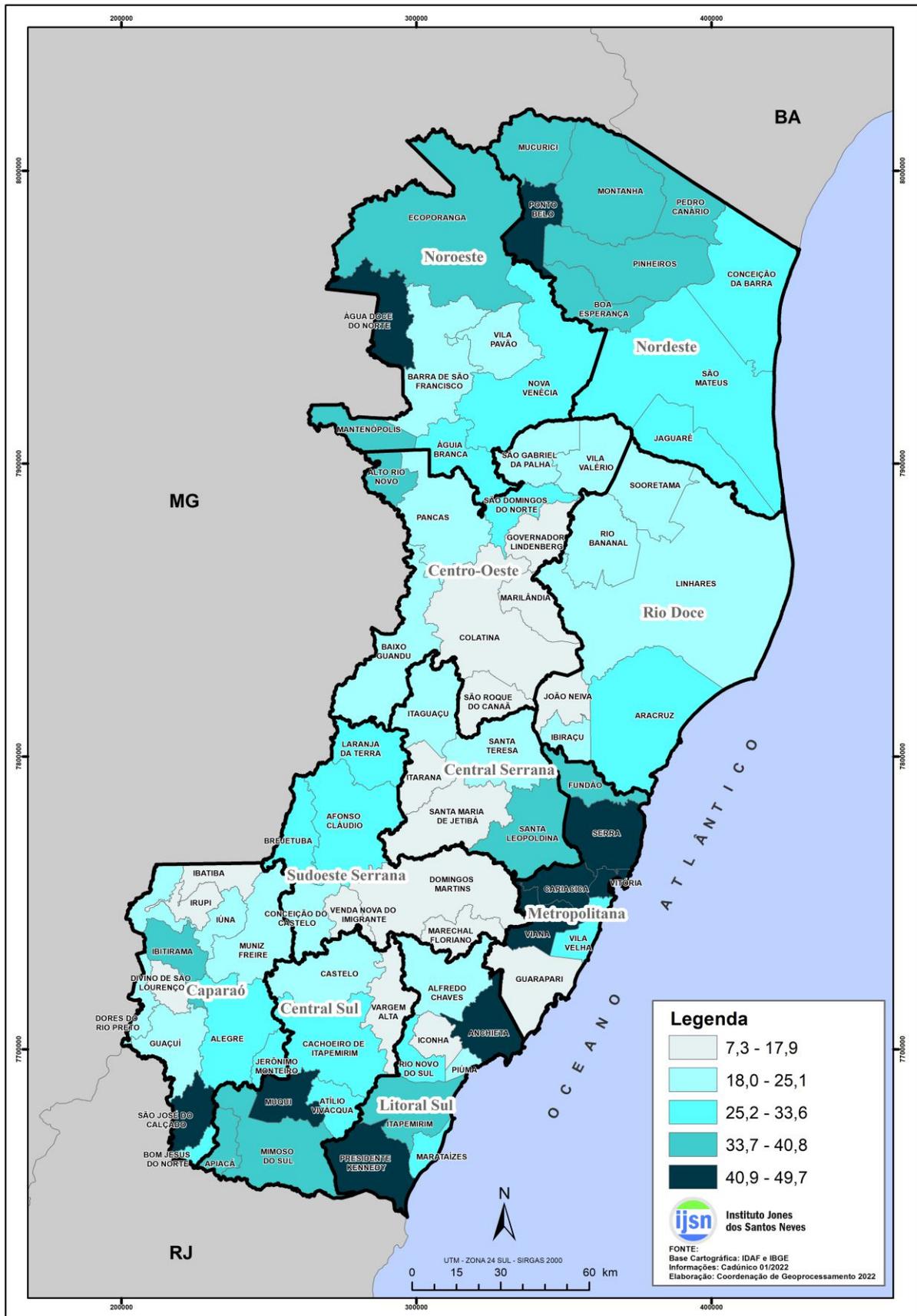
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 08
 Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por
 Microrregião, 2022



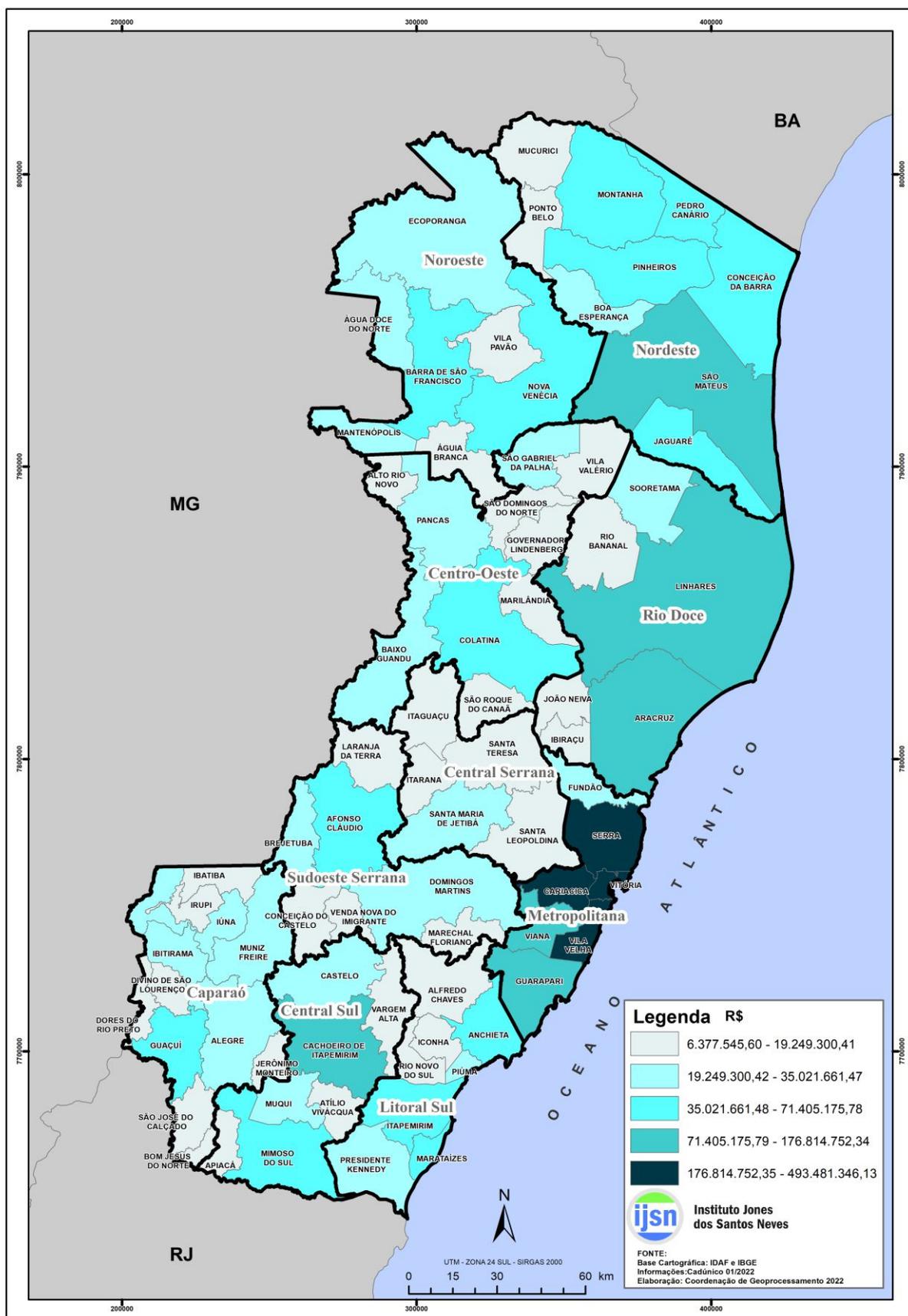
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 09
 Hiato de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por município, 2022



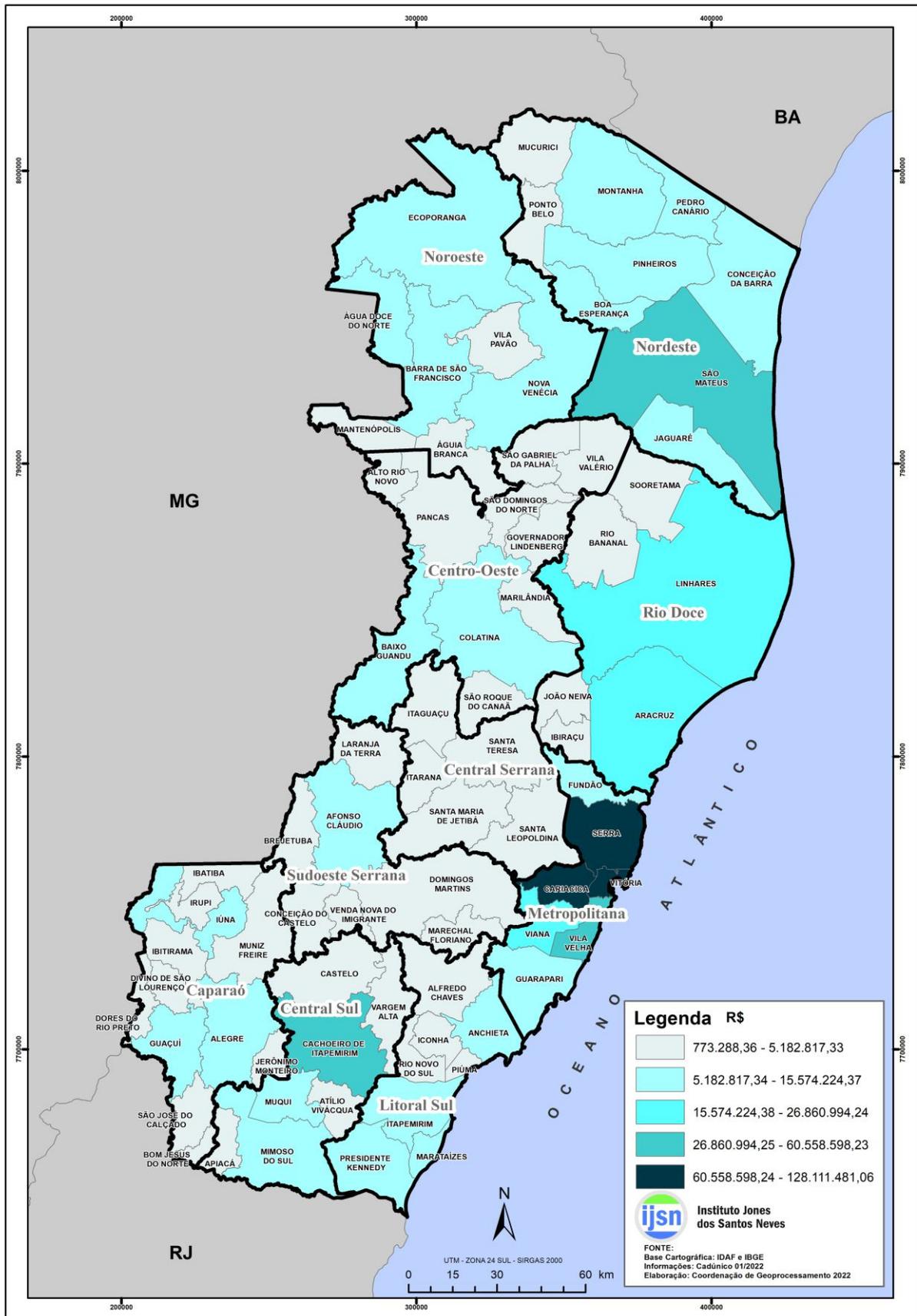
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 10
 Volume anual de recursos necessários para erradicar a pobreza no Espírito Santo,
 por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 11
 Volume anual de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza no Espírito Santo, por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2022

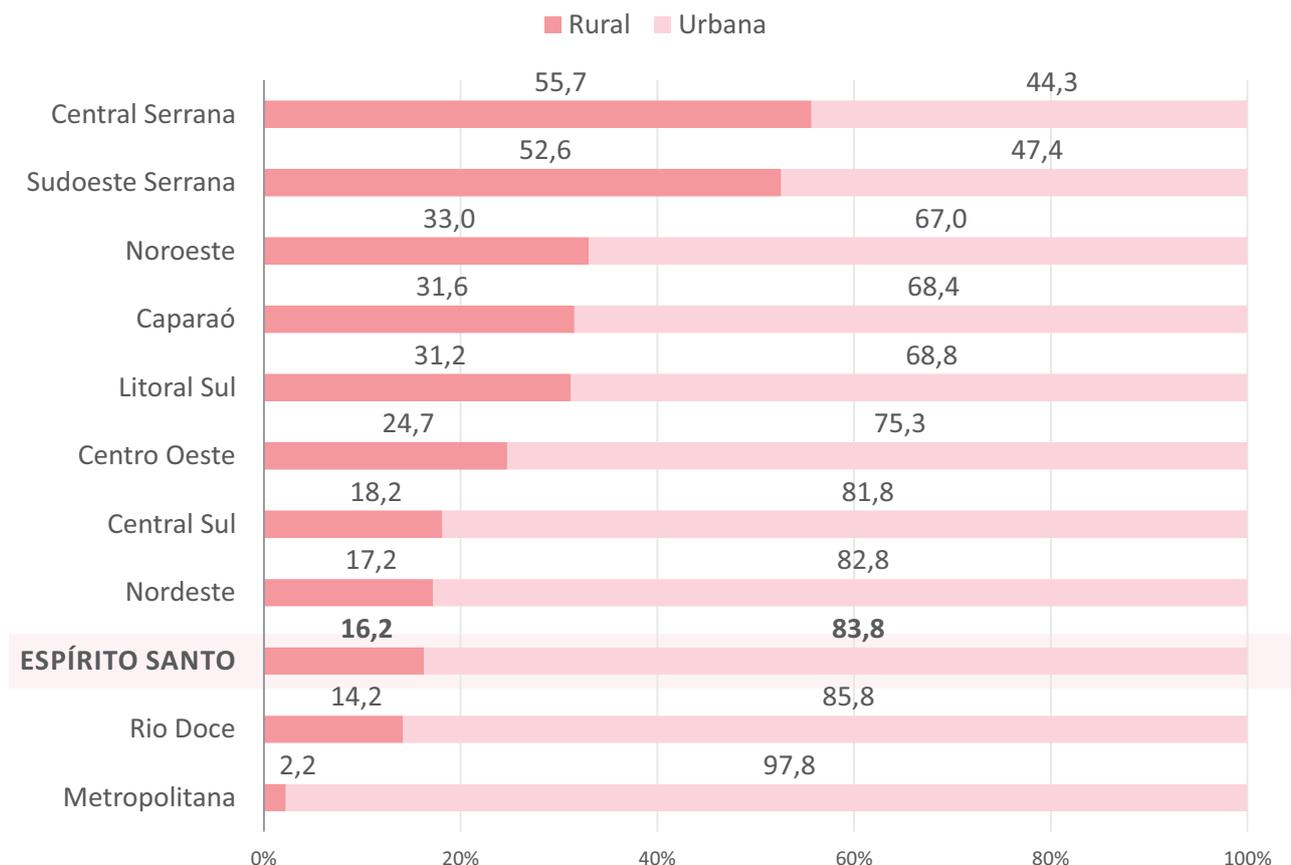
DOMICÍLIOS

Situação do domicílio

No Espírito Santo, os dados do Cadastro Único de 2022 revelam que 83,8% das famílias inscritas vivem em área urbana e 16,2% em área rural (Gráfico 21). Em relação ao ano de 2021 houve aumento de 0,4 p.p. na proporção de famílias que viviam em área urbana (83,4%) e queda de -0,4 p.p. na proporção de famílias que viviam em área rural (16,6%).

Em 2022, as microrregiões do estado que apresentaram maior concentração de famílias que vivem em área rural foram: Central Serrana (55,7%) e Sudoeste Serrana (52,6%). Por outro lado, as microrregiões com maiores concentrações de famílias que vivem em área urbana foram: Metropolitana (97,8%) e Rio Doce (85,8%). A maior predominância das famílias cadastradas vivendo em áreas urbanas da microrregião metropolitana reforça a importância das políticas sociais destinadas a essa população que devido à forte especulação imobiliária é forçada a morar em locais mais afastados dos centros comerciais em grande parte desprovidos de serviços públicos e condições de infraestrutura adequados, além de enfrentar fortes problemas de mobilidade.

Gráfico 21
Percentual de famílias por situação do domicílio – Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Espécie de domicílio

Todas as microrregiões apresentam um percentual de famílias cadastradas que vivem em domicílio particular permanente acima de 95,0% (Gráfico 22). No Espírito Santo, 98,8% das famílias vivem em domicílio particular permanente. A microrregião com o percentual mais elevado de famílias que vivem em domicílio particular improvisado é a Rio Doce (3,6%) seguida da Centro-Oeste (1,7%) e Noroeste (1,3%). Em relação aos domicílios coletivos, as microrregiões com maior número de famílias são Metropolitana e Caparaó (0,6 e 0,5%, respectivamente).

Gráfico 22
**Percentual de famílias por espécie do domicílio,
 Espírito Santo e microrregiões, 2022**

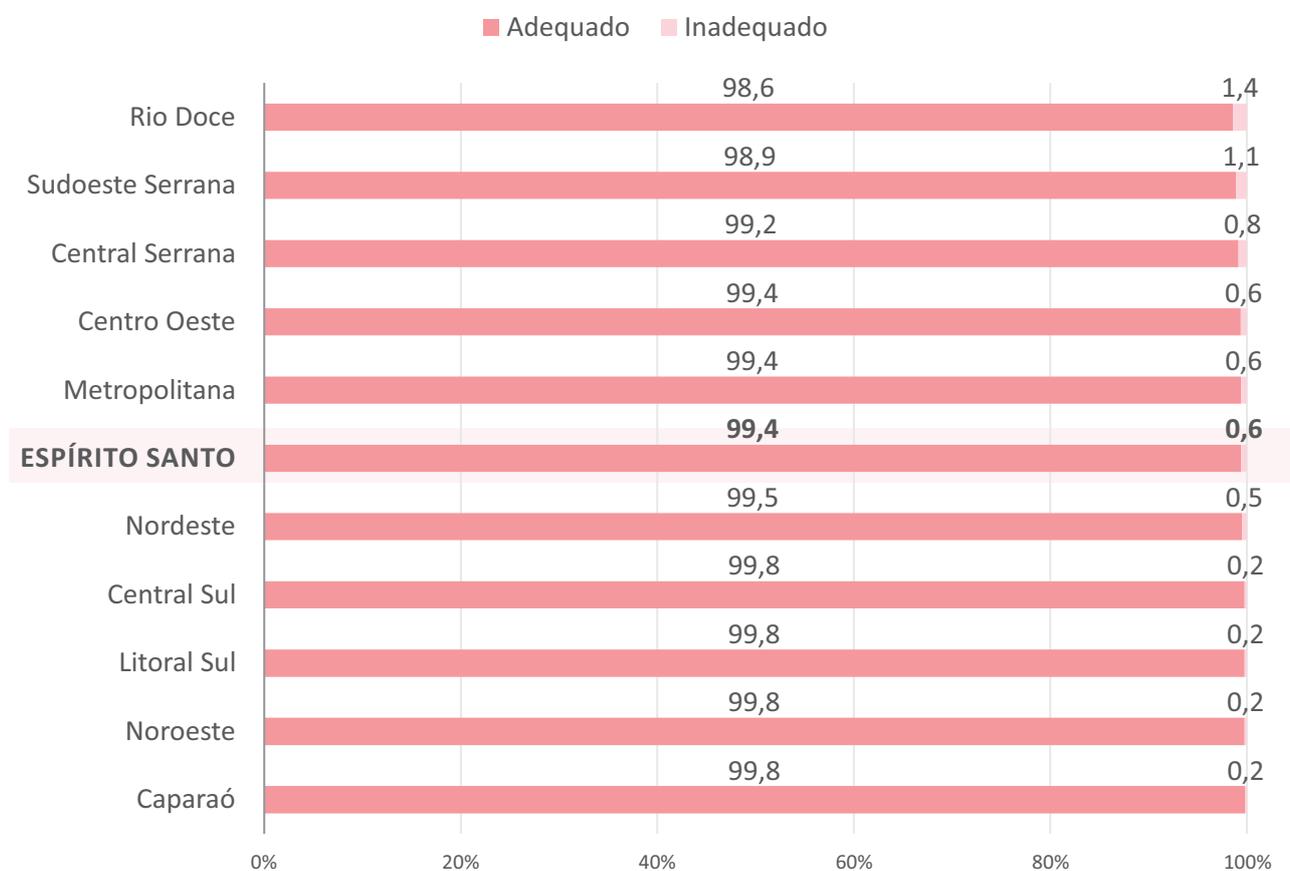


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tipo de material usado na construção das paredes do domicílio

No Espírito Santo 99,4% das famílias inscritas no Cadastro Único vivem em domicílios com paredes construídas de material adequado (Gráfico 23). O percentual de famílias que vivem em residências com paredes construídas com material adequado é superior a 98,0% em todas as microrregiões, chegando a atingir 99,8% nas microrregiões Caparaó, Noroeste, Litoral Sul e Central sul. As microrregiões que apresentam o maior percentual de domicílios com paredes construídas com materiais considerados inadequados são Rio Doce (1,4%) e Sudoeste Serrana (1,1%).

Gráfico 23
Percentual de famílias por condição de adequação do material usado na construção das paredes do domicílio, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

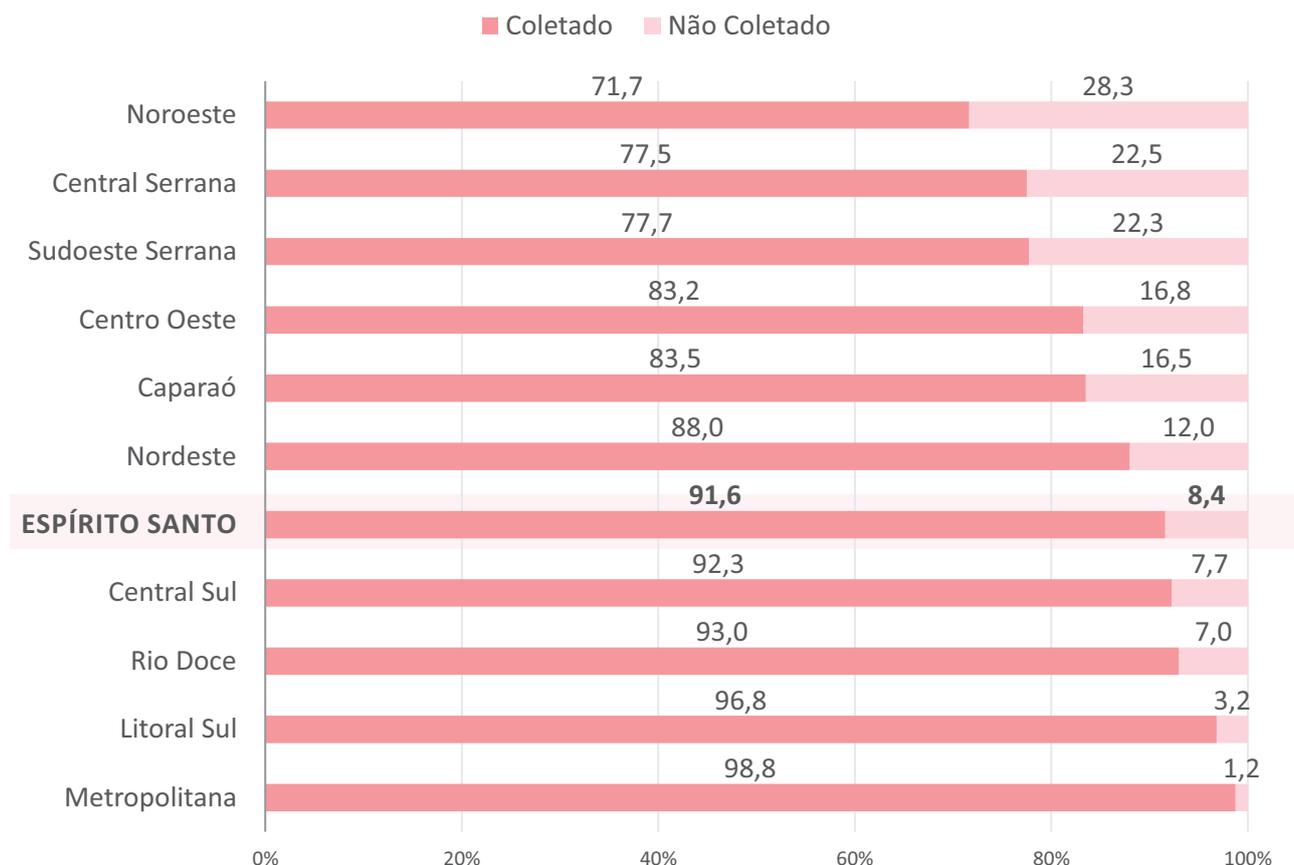
Os materiais usados na construção das moradias que foram agrupados na categoria inadequado (segundo a caracterização usada pela Fundação João Pinheiro para o cálculo do déficit habitacional) são taipa revestida, taipa não revestida, madeira aproveitada, palha, outro material. Os materiais considerados adequados são alvenaria e madeira aparelhada.

Coleta de lixo

A coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos de saneamento, fundamentais para o bem-estar da população. A universalização desses serviços contribui para melhorar as condições de saúde e majorar o bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade. No Espírito Santo 8,4% das famílias no Cadastro Único não possuem acesso à serviço de coleta de lixo (Gráfico 24). Na microrregião Noroeste, o percentual de famílias que não possui acesso à coleta de lixo é de 28,3%. A necessidade de expandir o serviço a essas famílias é mais urgente também nas microrregiões Central Serrana (22,5%), Sudoeste Serrana (22,3%), Centro Oeste (16,8%) e Caparaó (16,5%). Na microrregião Metropolitana, 98,8% das famílias cadastradas possuem acesso ao serviço de coleta.

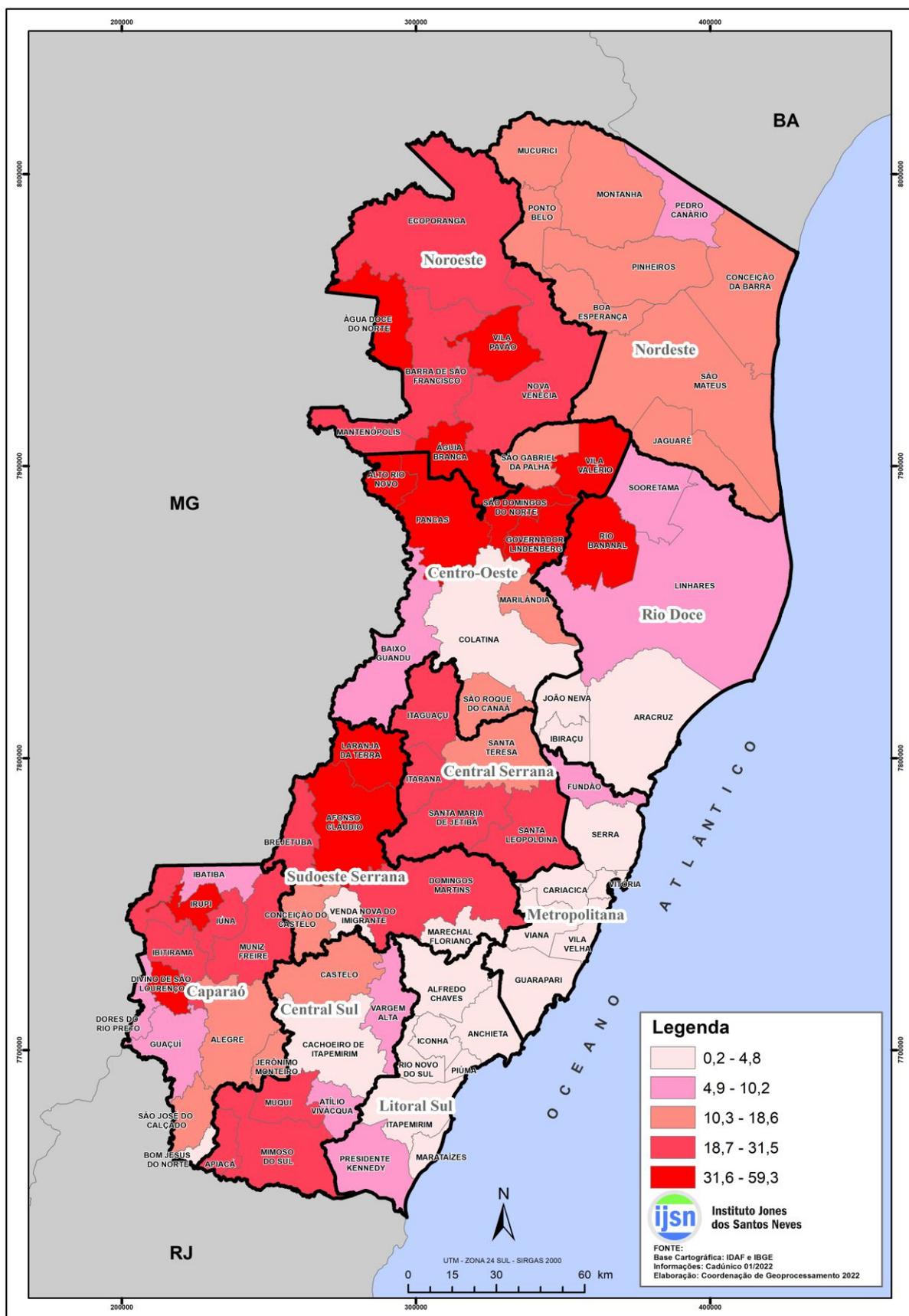
A nível de município (Mapa 1), treze têm coleta inadequada (queimado ou enterrado, jogado em terreno baldio ou rua, jogado em rio ou mar) com percentuais superiores a 31,6%.

Gráfico 24
Percentual de famílias que vivem em domicílios com acesso à coleta de lixo, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 12
 Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com coleta inadequada de lixo,
 por município, 2022



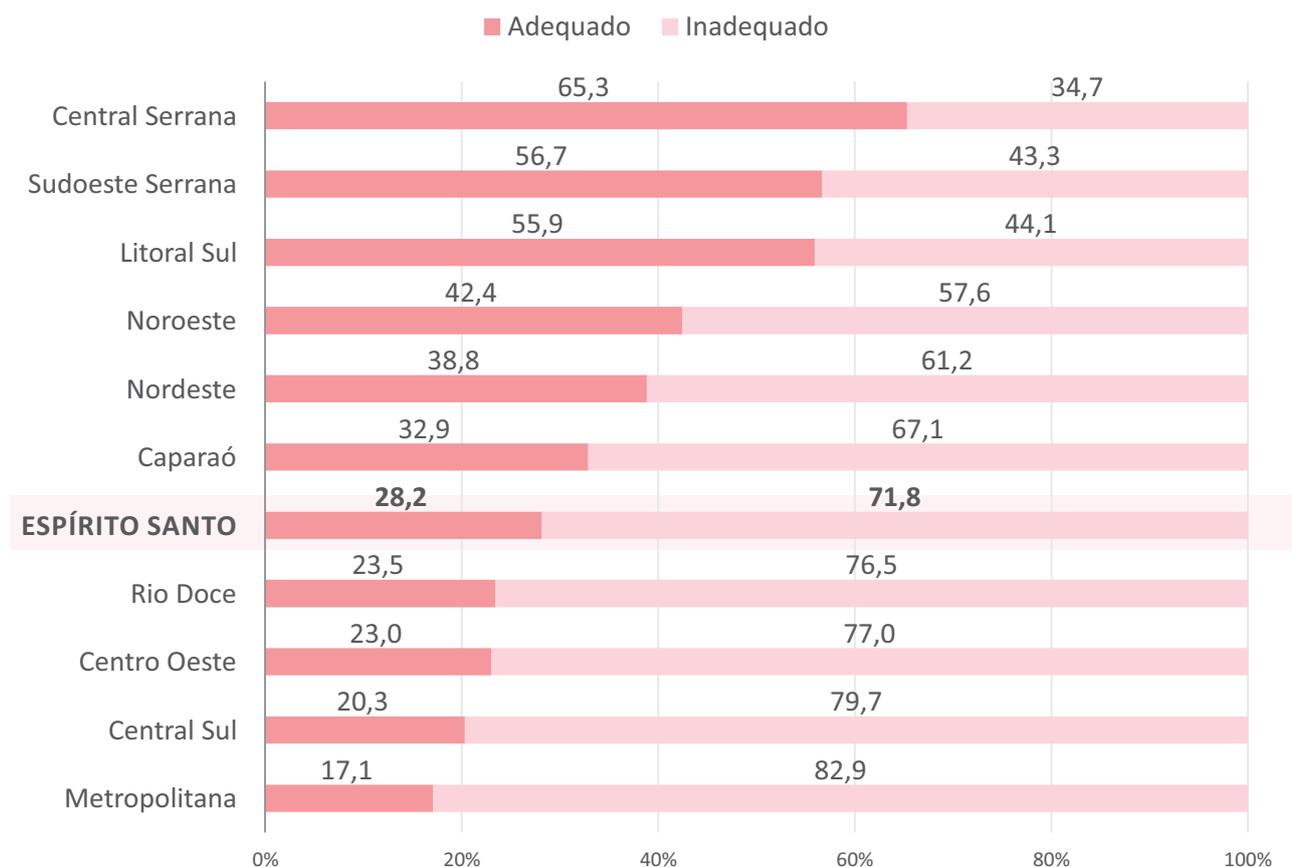
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Esgotamento Sanitário

No Espírito Santo, 28,2% das famílias inscritas no Cadastro Único não possuem esgotamento sanitário adequado (Gráfico 25). Nesse aspecto as microrregiões Central Serrana (65,3%), Sudoeste Serrana (56,7%) e Litoral Sul (55,9%) aparecem com índices mais elevados de inadequação. As microrregiões Noroeste (42,4%), Nordeste (38,8%) e Caparaó (32,9%), apesar de apresentarem inadequação num patamar mais baixo, também apresentam percentuais de esgotamento inadequado acima da média do estado. Em situação de adequação acima da média do estado estão as microrregiões Metropolitana (82,9%), Central Sul (79,7%), Centro Oeste (77,0%) e Rio Doce (76,5%).

A nível de município (Mapa 13), nove apresentaram inadequação superior a 66,1%.

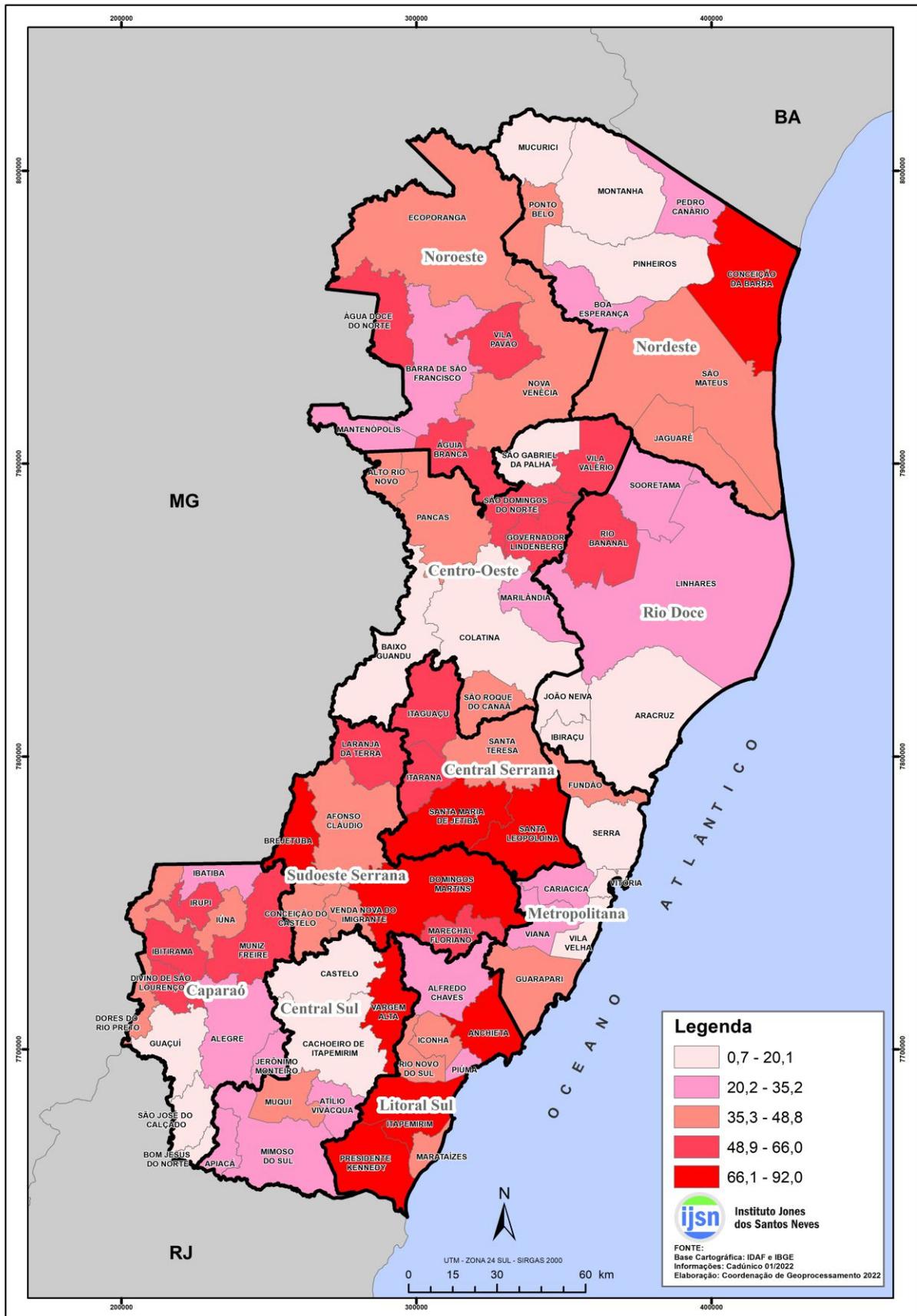
Gráfico 25
 Percentual de famílias que vivem em domicílios com esgotamento sanitário adequado e inadequado, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Esgotamento sanitário inadequado corresponde às categorias: fossa rudimentar, vala a céu aberto, direto para um rio, lago ou mar, outro.

Mapa 13
 Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com esgotamento sanitário inadequado, por município, 2022

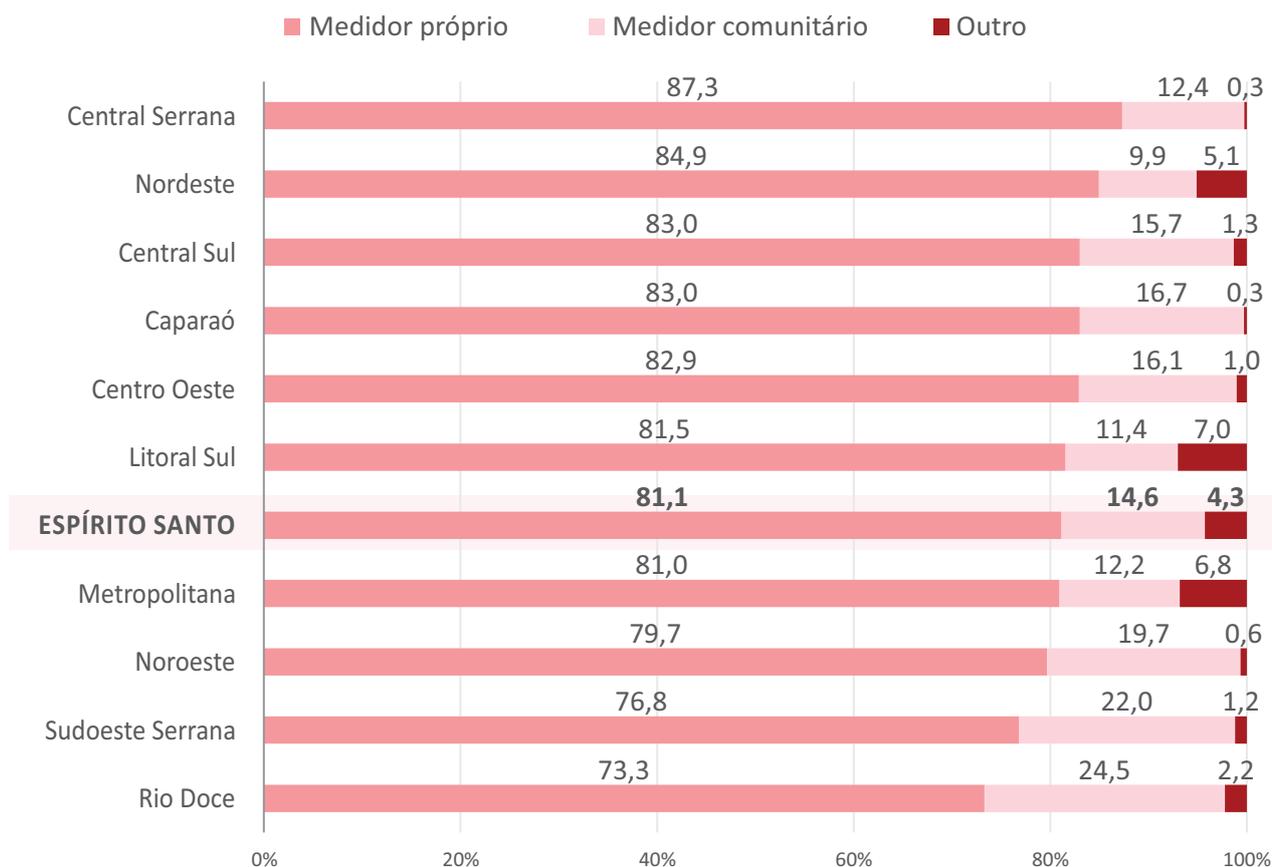


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Iluminação

No Espírito Santo, segundo o Gráfico 26, o acesso à iluminação com energia elétrica apresenta resultados positivos. Somadas as categorias elétricas com medidor próprio e elétrica com medidor comunitário o percentual de acesso do estado alcança 95,7% e as microrregiões com os menores percentuais de acesso foram Metropolitana (93,2%) e Litoral Sul (92,9%). Entretanto, o acesso a esse serviço é feito por medidor comunitário para uma parcela significativa das famílias do estado (14,6%). As microrregiões que apresentaram menor percentual de iluminação elétrica com relógio próprio foram: Rio Doce (73,3%) e Sudoeste Serrana (76,8%). Por outro lado, as Microrregiões que apresentaram maior percentual de iluminação elétrica com relógio próprio foram: Central Serrana (87,3%), Nordeste (84,9%) e Central Sul (83,0%). Com medidor comunitário, destacaram-se: Rio Doce (24,5%), Sudoeste Serrana (22,0%) e Noroeste (19,7%). Na categoria outro, as microrregiões Litoral Sul (7,0%) e Metropolitana (6,8%) apresentaram os percentuais mais elevados.

Gráfico 26
 Percentual de famílias que vivem em domicílios com acesso à iluminação elétrica, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

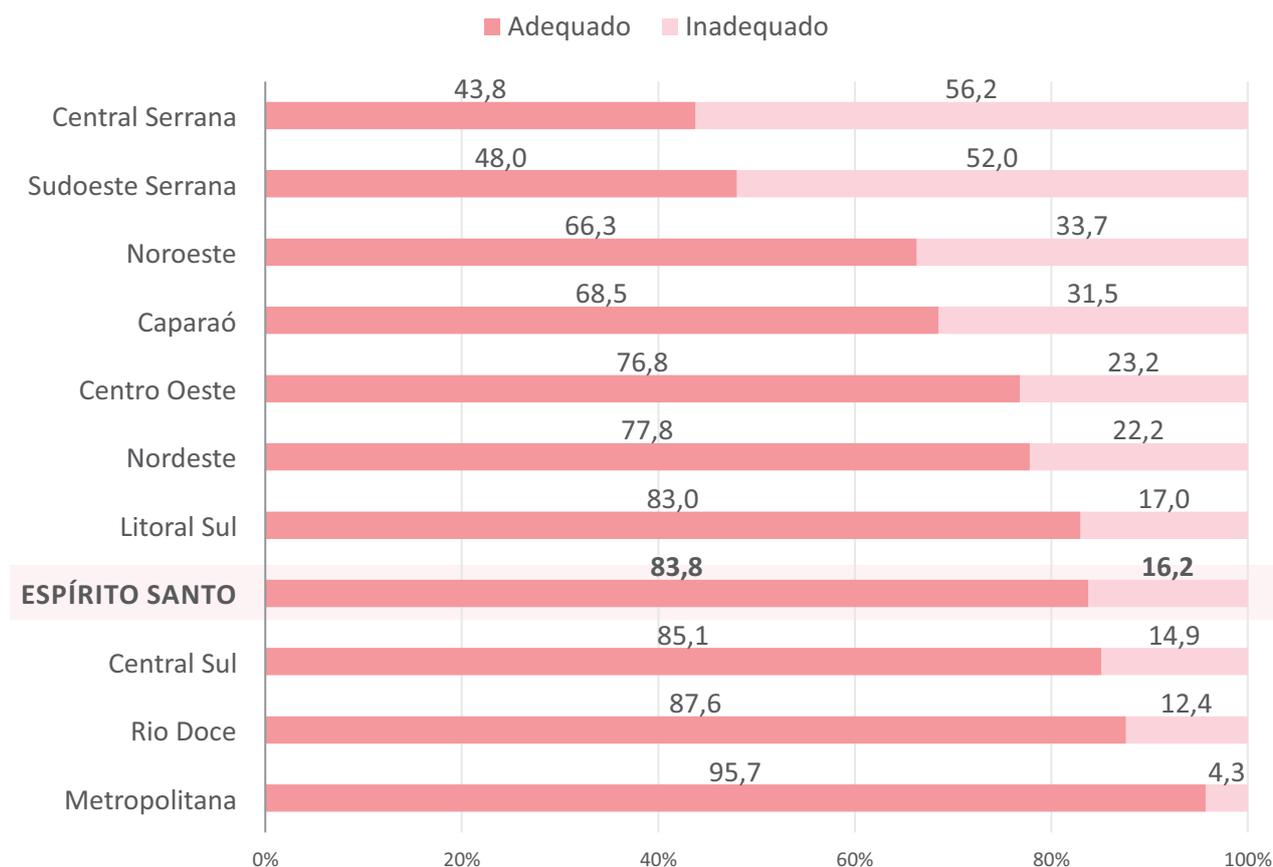
Outro corresponde às categorias: elétrica sem medidor, lampião, vela e outro

Abastecimento de Água

O abastecimento de água adequado é essencial para melhorar as condições de vida da população vulnerável, sobretudo em função do impacto na saúde das famílias nesta condição. O abastecimento adequado de água permanece como uma meta importante, principalmente em algumas microrregiões do estado. No Espírito Santo 16,2% das famílias cadastradas não possuem abastecimento de água adequado (Gráfico 27). As microrregiões onde há maior percentual de famílias cadastradas com abastecimento de água inadequado, são: Central Serrana (56,2%) e Sudoeste Serrana (52,0%). As microrregiões Noroeste (33,7%) e Caparaó (31,5%) também apresentam percentuais de inadequação acima de 30%. Entre as microrregiões com maiores percentuais de abastecimento adequado estão: Metropolitana (95,7%), Rio Doce (87,6%) e Central Sul (85,1%).

A nível de município (Mapa 14), treze apresentam inadequação superior a 50,3%.

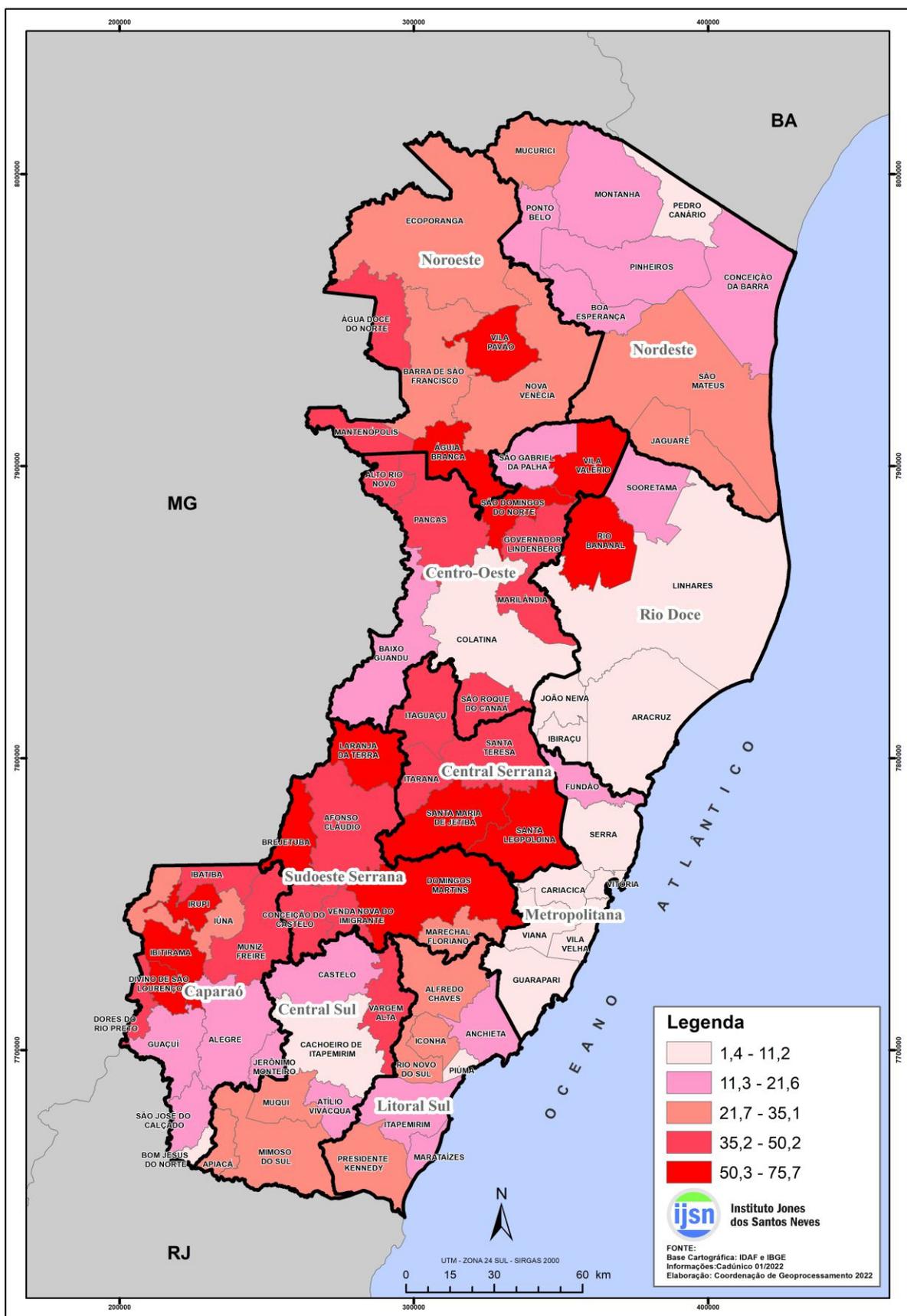
Gráfico 27
Percentual de Famílias que vivem em domicílios com abastecimento de água adequado e inadequado, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Abastecimento de água inadequado: poço/nascente, cisterna e outro.

Mapa 14
 Percentual de famílias inscritas no CadÚnico com o abastecimento de água inadequado, por município, 2022

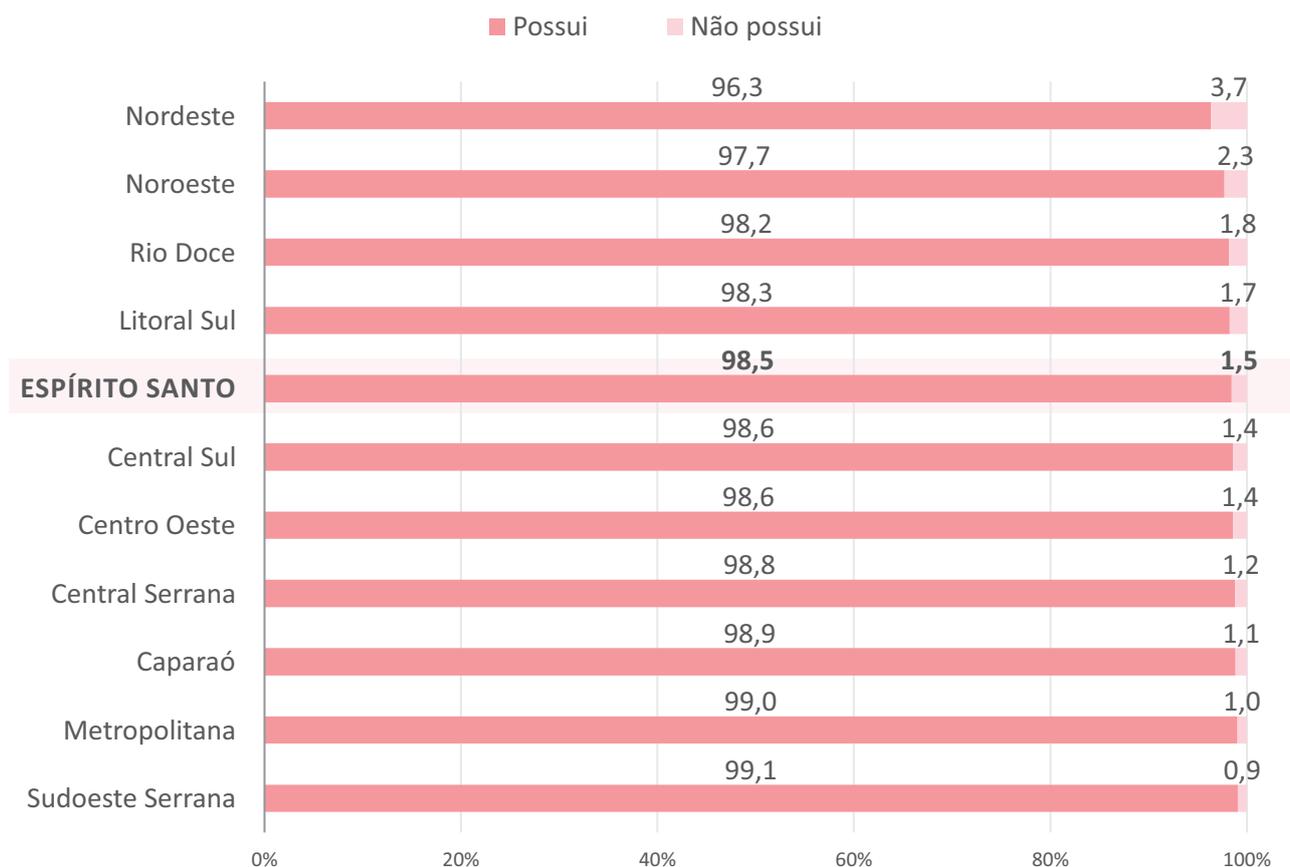


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Água Canalizada

No Espírito Santo, 98,5% das famílias com cadastro no CadÚnico vivem em domicílios com água canalizada (Gráfico 28). Todavia, em algumas microrregiões, o percentual de famílias que ainda não possuem água canalizada é alto, face a sua importância para a saúde e bem-estar, como ocorre nas microrregiões Nordeste (3,7%) e Noroeste (2,3%). Esses percentuais dependem da rede de distribuição, portanto estão relacionados a densidade de moradias nas microrregiões. As microrregiões Sudoeste Serrana e Metropolitana apresentam os maiores percentuais de atendimento, 99,1% e 99,0% respectivamente.

Gráfico 28
Percentual de Famílias que vivem em domicílios com água canalizada,
Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2022

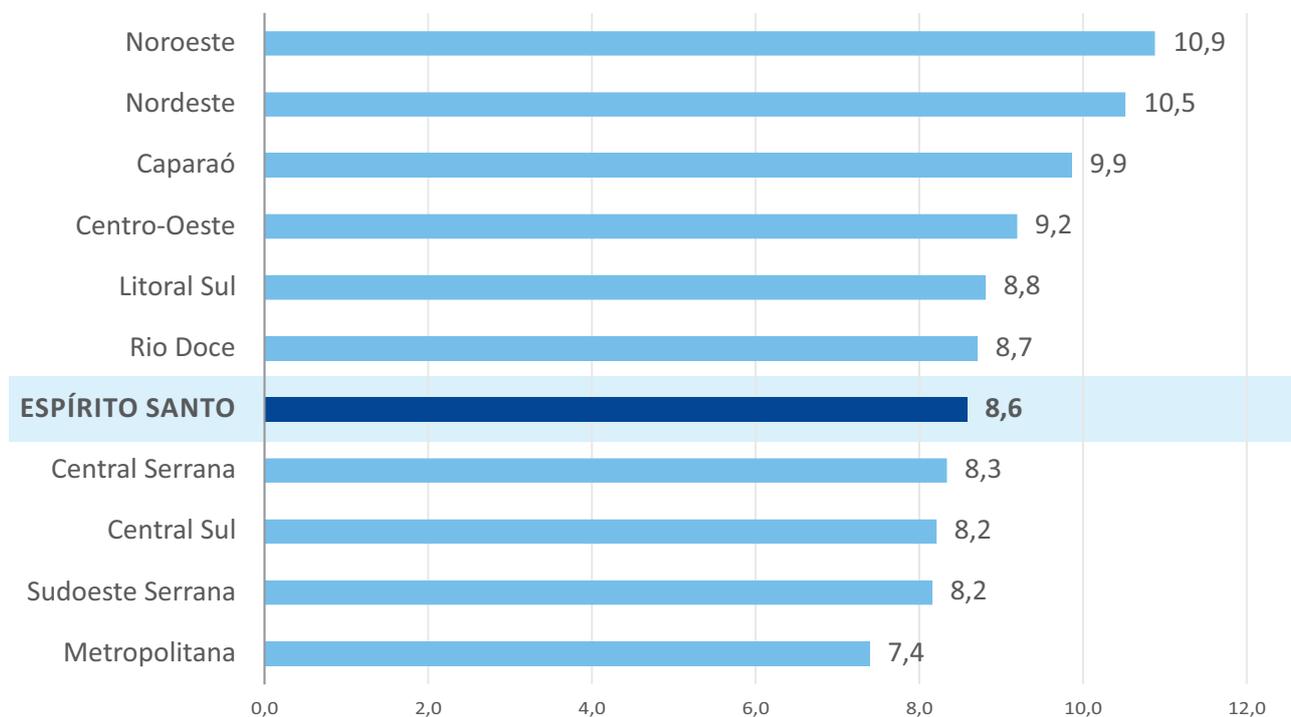
EDUCAÇÃO

Taxa de Analfabetismo

A erradicação do analfabetismo é a primeira diretriz que orienta o Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo: PNE 2014 -2024. Face a importância do problema, sua superação aparece ainda em duas metas do PNE: a meta 5 preconiza alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; a meta 9 propôs elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

No Espírito Santo, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no Cadastro Único, em 2022, diminuiu 0,7 p.p. de 9,3% em 2021 para 8,6%, ou seja, considerando apenas a população inscrita no CadÚnico, o estado ainda tem um grande desafio para alcançar a meta de erradicar o analfabetismo absoluto até 2024 (Gráfico 29). Entretanto, cabe esclarecer que a meta foi estabelecida com base em toda a população e o dado reportado se restringe à população inscrita no Cadastro Único. A microrregião Noroeste apresenta a maior taxa (10,9%), a segunda maior taxa foi registrada pela microrregião Nordeste (10,5%). As microrregiões que apresentaram as menores taxas ficando abaixo da taxa do estado foram, Metropolitana (7,4%), Sudoeste Serrana (8,2%), Central Sul (8,2%) e Central Serrana (8,3%).

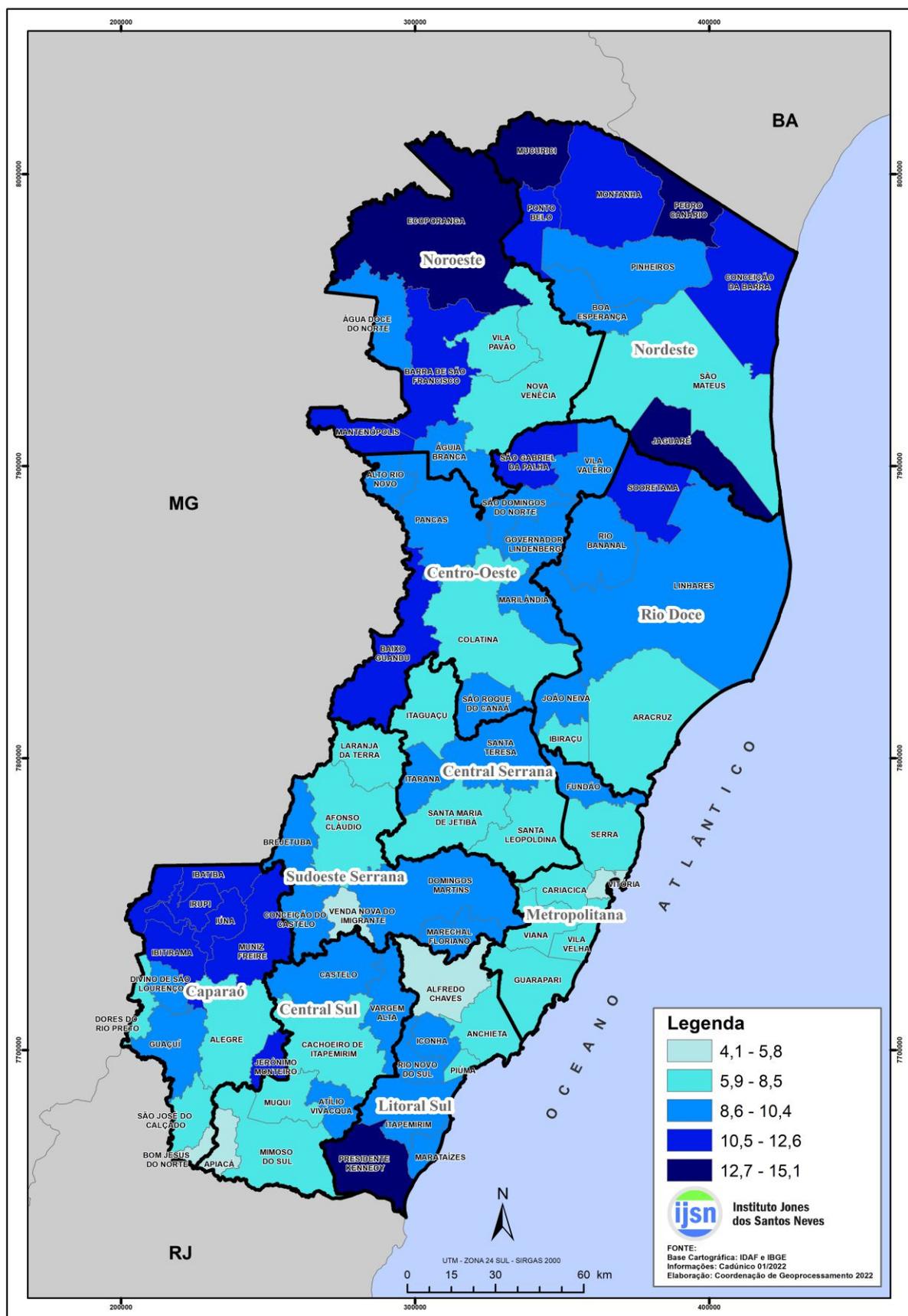
Gráfico 29
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais inscrita no CadÚnico, Espírito Santo e Microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Conforme observa-se no Mapa 15, o município que obteve a menor taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais foi Alfredo Chaves (4,1%). Por outro lado, os municípios com as taxas mais elevadas foram Ecoporanga (15,1%), Pedro Canário (14,7%), Jaguaré (14,1%), Presidente Kenedy (13,9%), Mucurici (13,2%).

Mapa 15
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais inscritas no CadÚnico, por município, 2022

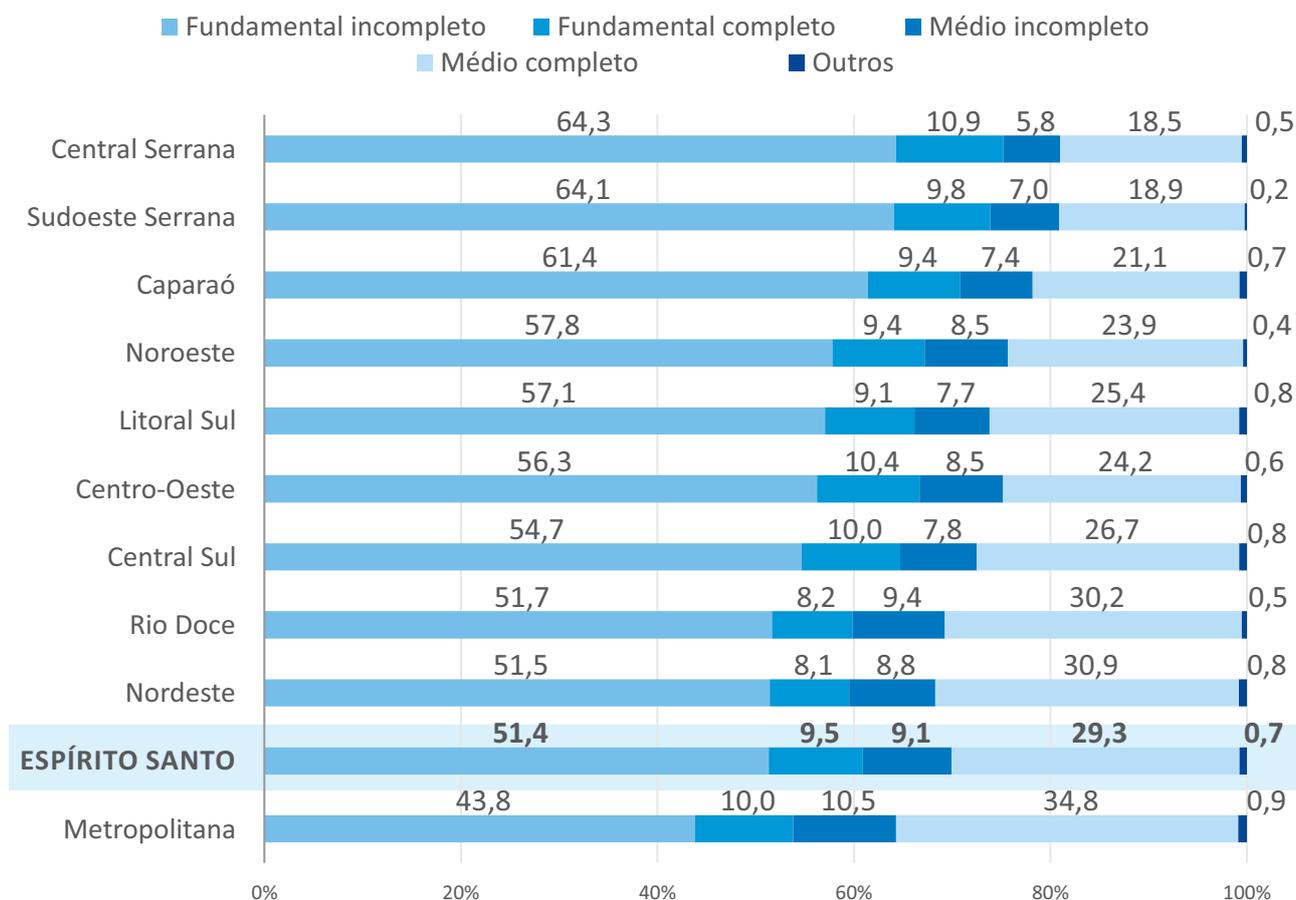


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Escolaridade

No Espírito Santo, segundo o Gráfico 30, mais da metade da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico possui apenas o ensino fundamental incompleto (51,4%). No estado, a parcela dessa população inscrita no cadastro com o ensino médio completo, uma escolaridade que permite aos indivíduos acessarem melhores ocupações no mercado de trabalho, é de 29,3%. Entre as microrregiões, a Metropolitana apresenta a situação menos desfavorável, com 34,8% da população de 25 anos ou mais com o ensino médio completo, 10,0% com o fundamental completo e 43,8% com o fundamental incompleto. Por outro lado, nas microrregiões Central Serrana e Sudoeste Serrana reside a população inscrita no Cadastro Único com a escolaridade mais baixa, onde respectivamente 64,3% e 64,1%, possuem o fundamental incompleto e 18,5 e 18,9 possuem o médio completo. Números próximos foram observados na microrregião Caparaó, onde 61,4% não completaram o ensino fundamental 21,1% concluíram o ensino médio.

Gráfico 30
Escolaridade da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico, Espírito Santo e Microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

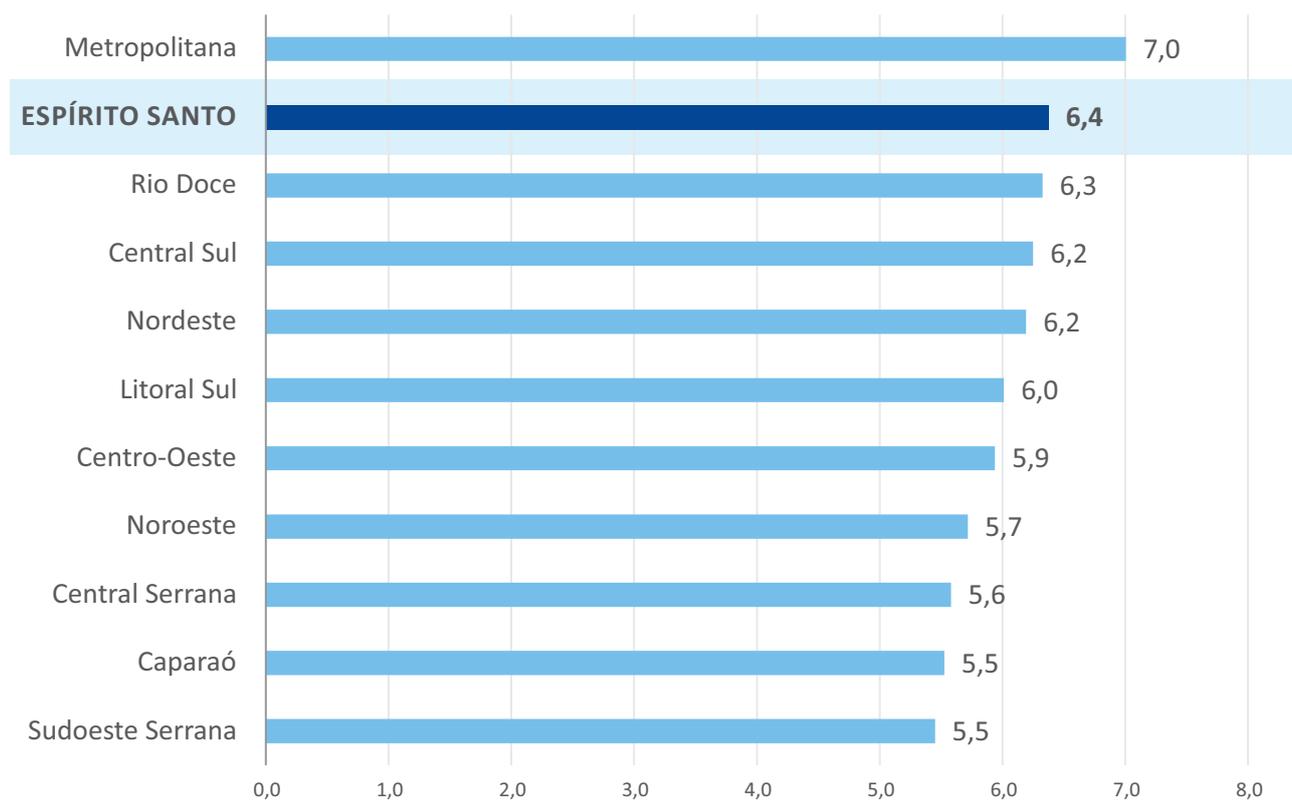
Nota: A categoria Fundamental completo correspondia até o ano de 2006 a 8 anos de estudo, médio completo correspondia a 11 anos de estudo. A categoria outros inclui os itens superior incompleto, superior completo, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais

A população do estado de 25 anos ou mais inscrita no Cadastro Único estudou em média apenas 6,4 anos, ou seja, essa população não possui anos de estudo suficientes para concluir sequer o ensino fundamental (Gráfico 31). No geral, os números apresentados são baixos em todas as microrregiões. A microrregião que apresenta a maior média de anos de estudo é a Metropolitana (7,0) e as menores são Sudoeste Serrana (5,5) e Caparaó (5,5).

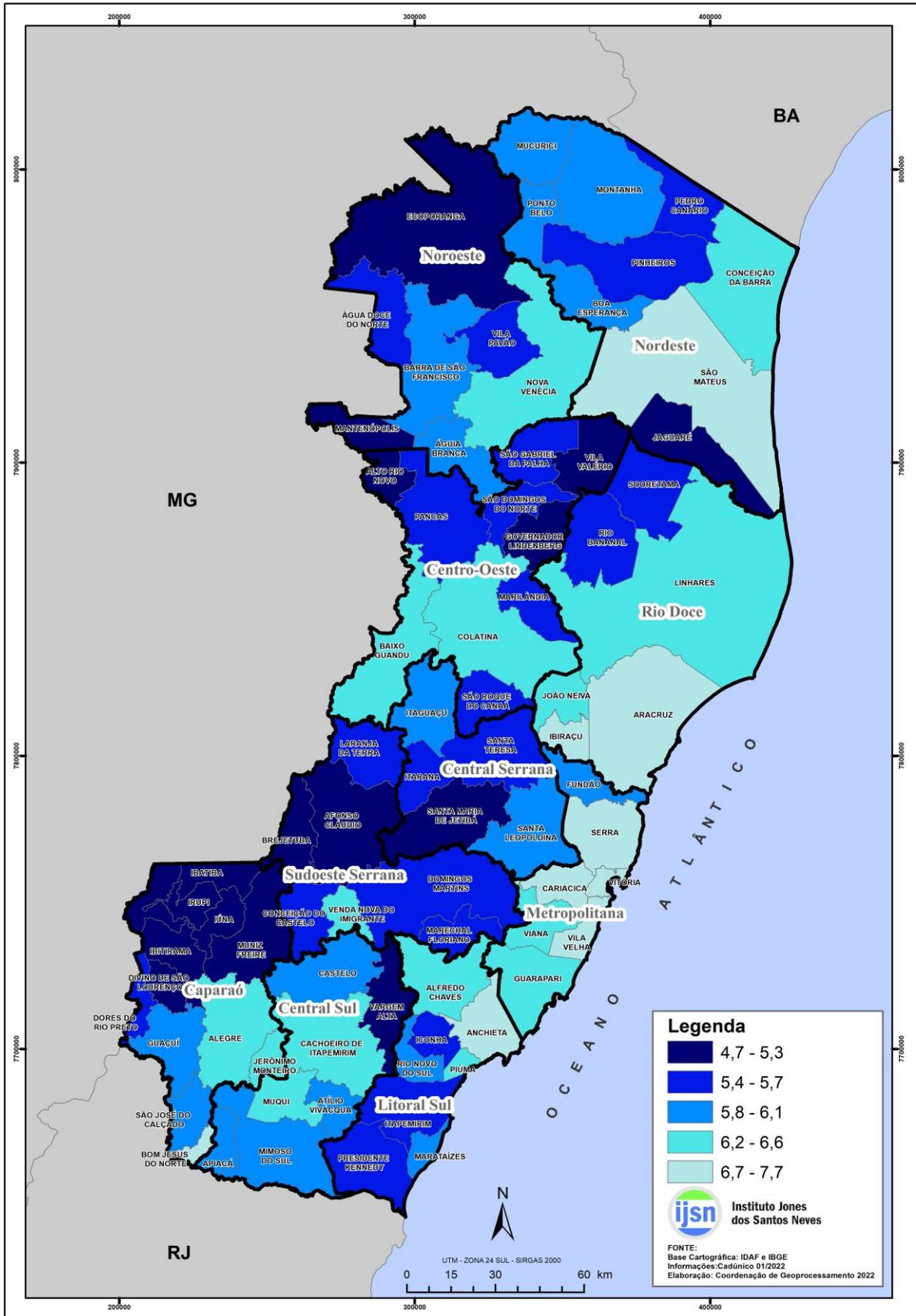
O Mapa 16 descreve a média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais por município. Vitória (7,7), Vila Velha (7,3), Serra (6,9), e Bom Jesus do Norte (6,9), e São Mateus (6,8) registraram as maiores médias entre os municípios do estado. Os municípios com as menores médias de anos de estudo foram: Irupi (4,7), Ibatiba (4,7), Vila Valério (4,8), Lúna (4,8%), Mantenópolis (4,9), Brejetuba (5,0), Divino de São Lourenço (5,0), Governador Lindenberg (5,1), Afonso Claudio (5,1), Ibitirama (5,2), Jaguaré (5,2), Alto Rio Novo (5,2), Vargem Alta (5,2), Santa Maria de Jetibá (5,2), Ecoporanga (5,3) e Muniz Freire (5,3).

Gráfico 31
Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 16
 Média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais inscrita no CadÚnico,
 por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

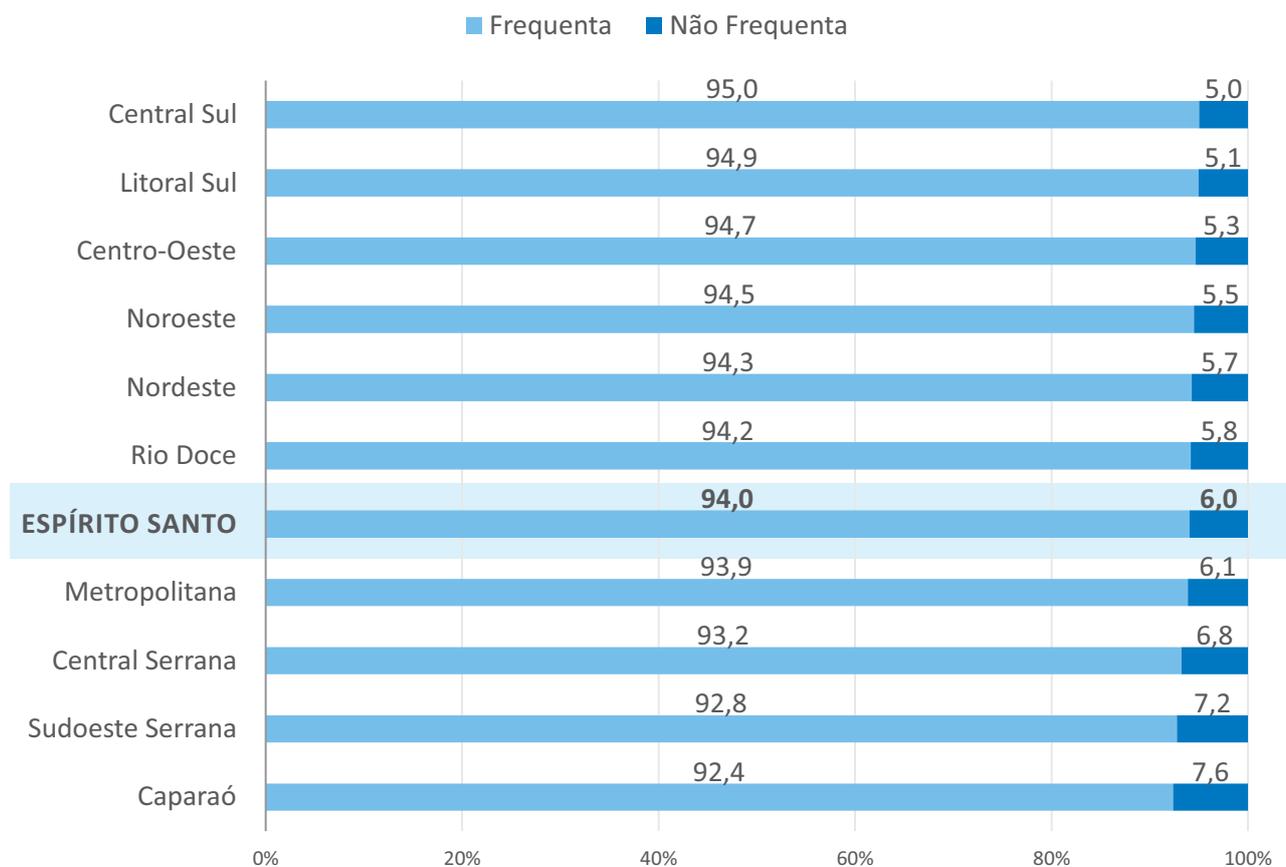
Frequência escolar (4 a 17 anos)

No Espírito Santo, segundo o Gráfico 32, o percentual de pessoas inscritas no CadÚnico com idade entre 4 e 17 anos que frequenta a escola é de 94,0%. Em todas as microrregiões do estado mais de 92% das crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão matriculadas na escola. Entretanto, considerando a obrigatoriedade da educação nessa faixa, o percentual de pessoas que não frequenta a escola permanece desafiador. No estado 6,0% das crianças e adolescentes nessa faixa etária estão fora da escola, na microrregião Metropolitana são 6,1%. O pior cenário ocorre nas microrregiões Caparaó e Sudoeste Serrana, onde respectivamente 7,6% e 7,2% das pessoas em idade escolar estão fora da escola.

O Mapa 17 descreve o percentual de pessoas com idade entre 4 e 17 anos inscritas no CadÚnico que não frequenta a escola, por município. Vargem Alta (2,2%), Rio Novo do Sul (2,8%) e Alfredo Chaves (2,9%) foram os três municípios do estado que registraram os menores percentuais de pessoas fora da escola. Os municípios com os percentuais mais elevados e superiores a 10%, foram: Brejetuba (12,3%), Apiacá (11,5%), Ibitirama (11,1%), Alto Rio Novo (10,7%) e Guaçuí (10,4%).

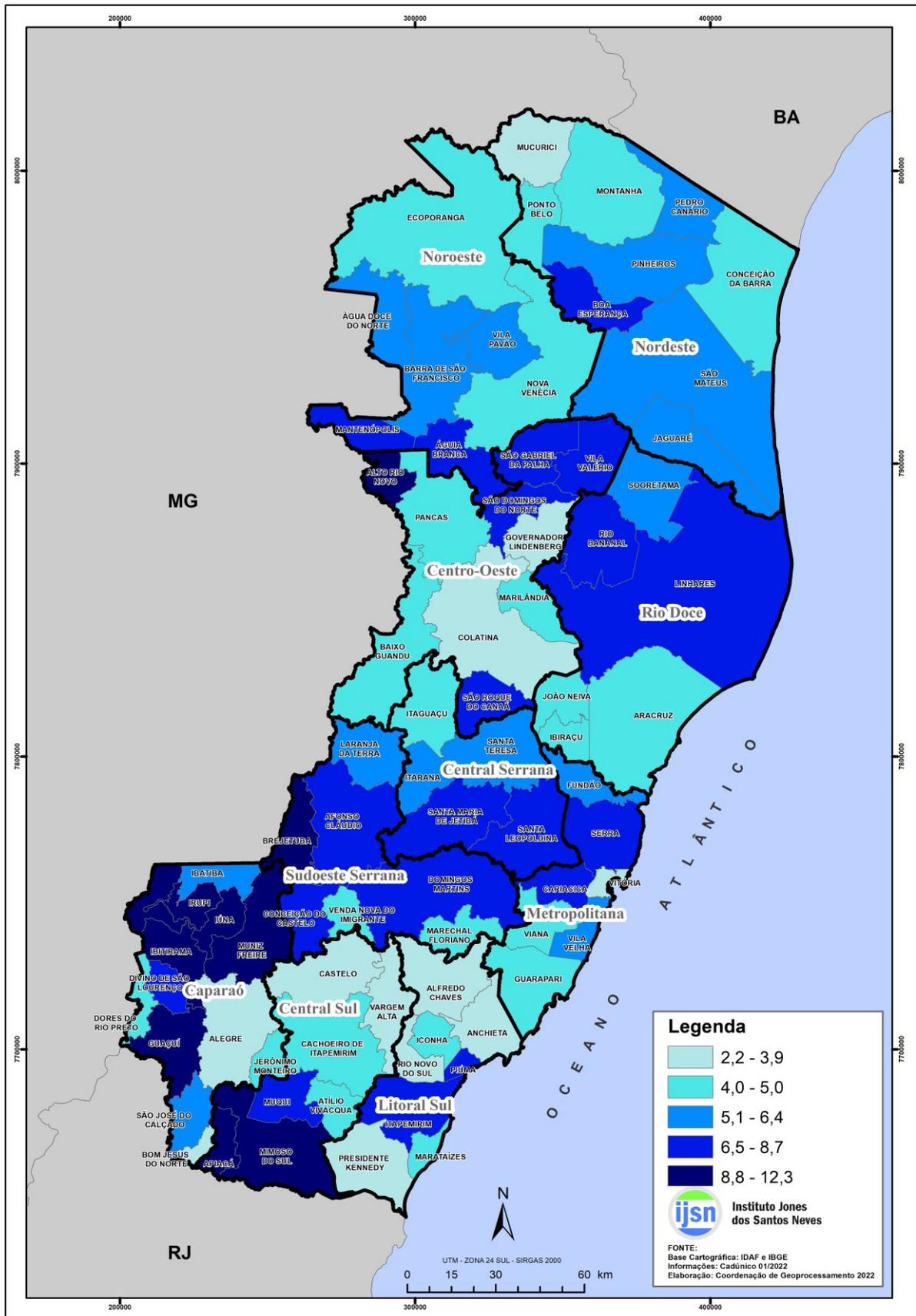
Gráfico 32

Percentual de pessoas com idade entre 4 e 17 anos inscritas no CadÚnico que frequenta a escola, Espírito Santo e microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 17
 Percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico de 4 a 17 anos que não frequentam escola, por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

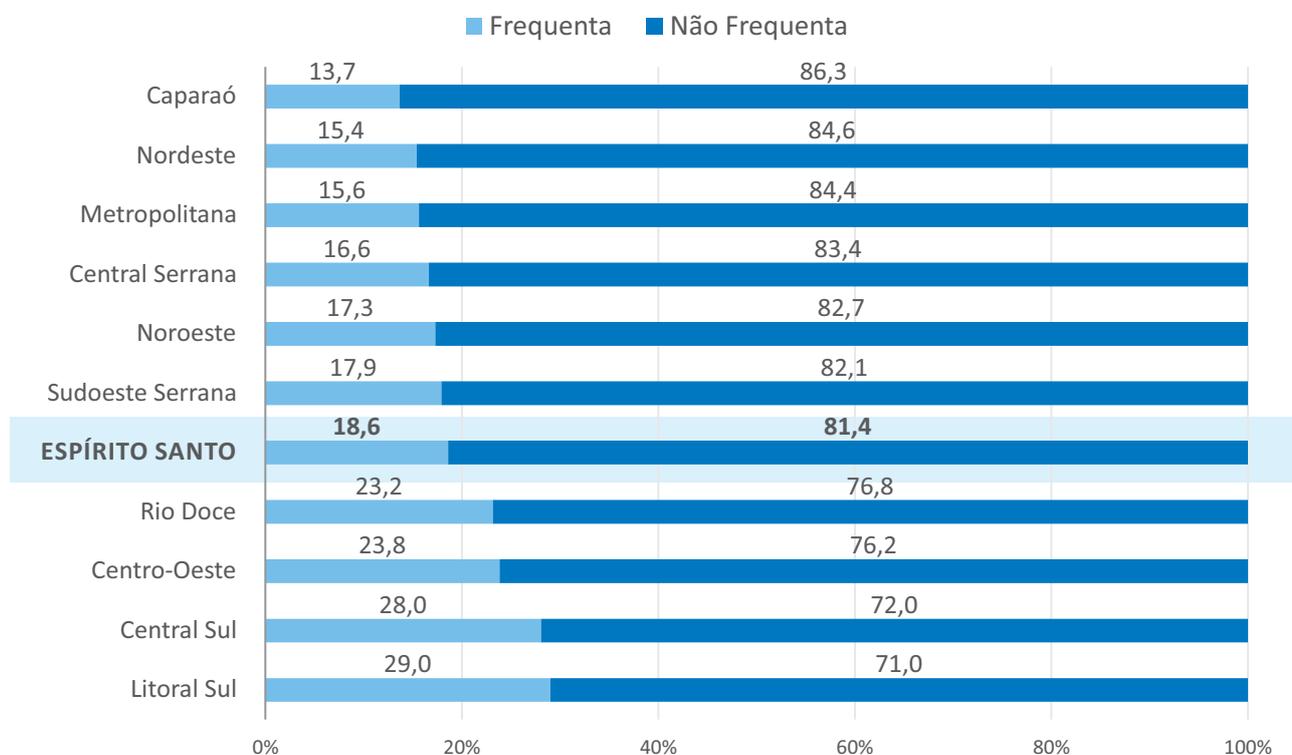
Educação Infantil (0 a 3 anos)

Pesquisas internacionais têm apontado que o ingresso de crianças de 3 anos e de crianças de 0 a 2 anos, nesse último caso sobretudo em creches de boa qualidade, está relacionado ao maior desenvolvimento intelectual das crianças em outras fases da vida. Essa experiência na pré-escola ganha mais importância em se tratando de famílias vulneráveis.⁷ Ressaltasse que entre as famílias cadastradas predomina o arranjo monoparental feminino (32,3%), ou seja famílias que enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado do trabalho por não terem onde deixar os filhos.

No Espírito Santo, 81,4% das crianças inscritas no Cadastro Único com idade até 3 anos não frequentam a escola ou creche (Gráfico 33). Os números são desafiadores em todas as microrregiões. Na microrregião Caparaó, 86,3% das crianças até 3 anos não frequentam a escola ou creche, enquanto, 13,7% deste grupo etário possui acesso à escola. A realidade da microrregião Metropolitana é mais desafiadora, considerando o maior número de crianças cadastradas nessa microrregião, onde 84,4% das crianças até 3 anos estão fora da escola ou creche. A microrregião com a situação menos desfavorável é a Litoral Sul, onde 71,0% das crianças cadastradas não frequentam escola ou creche.

Os dados demonstram a dimensão do desafio de incluir as crianças nessa faixa etária nas creches ou escolas. Desafio assumido pela sociedade brasileira conforme registrado na meta 1 do PNE e do PEE que estabelece: ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da sua vigência. Destaca-se que o acesso à escola para a faixa etária de 0 a 3 anos não é obrigatório.

Gráfico 33
Proporção de crianças de 0 e 3 anos inscritas no CadÚnico que frequentam escola ou creche, Espírito Santo e microrregiões, 2022



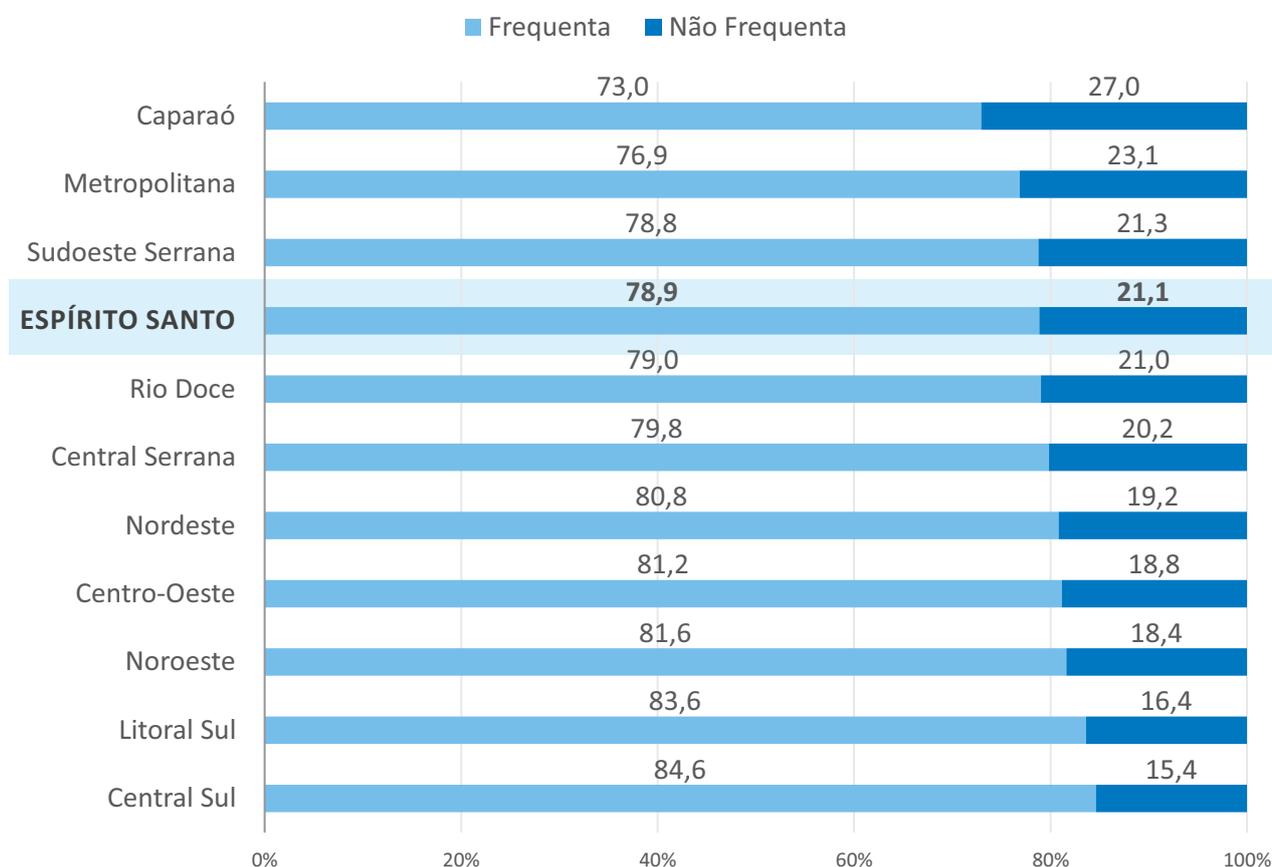
Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

⁷ Versobre em “Os impactos de uma boa creche” disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/09/30/impactosdeuma-boacreche/>

Educação Infantil (4 e 5 anos)

No Espírito Santo, 78,9% das crianças de 4 e 5 anos inscritas no Cadastro Único frequentam a escola (Gráfico 34). A microrregião Central Sul aparece com o percentual mais elevado de frequência das crianças nessa idade (84,6%). As microrregiões Caparaó e Metropolitana aparecem com os percentuais mais elevados de crianças nessa faixa etária que não frequenta a escola (27,0 e 23,1%, respectivamente). Esse cenário exige atenção, uma vez que a matrícula das crianças na escola é obrigatória a partir dos 4 anos de idade. Cabe destacar que a meta 1 do PNE estabelece universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, e os dados do Cadastro único de 2022 demonstram que essa realidade permanece distante de ser alcançada.

Gráfico 34
 Percentual de crianças de 4 e 5 anos inscritas no CadÚnico que frequentam a escola, Espírito Santo e microrregiões, 2022

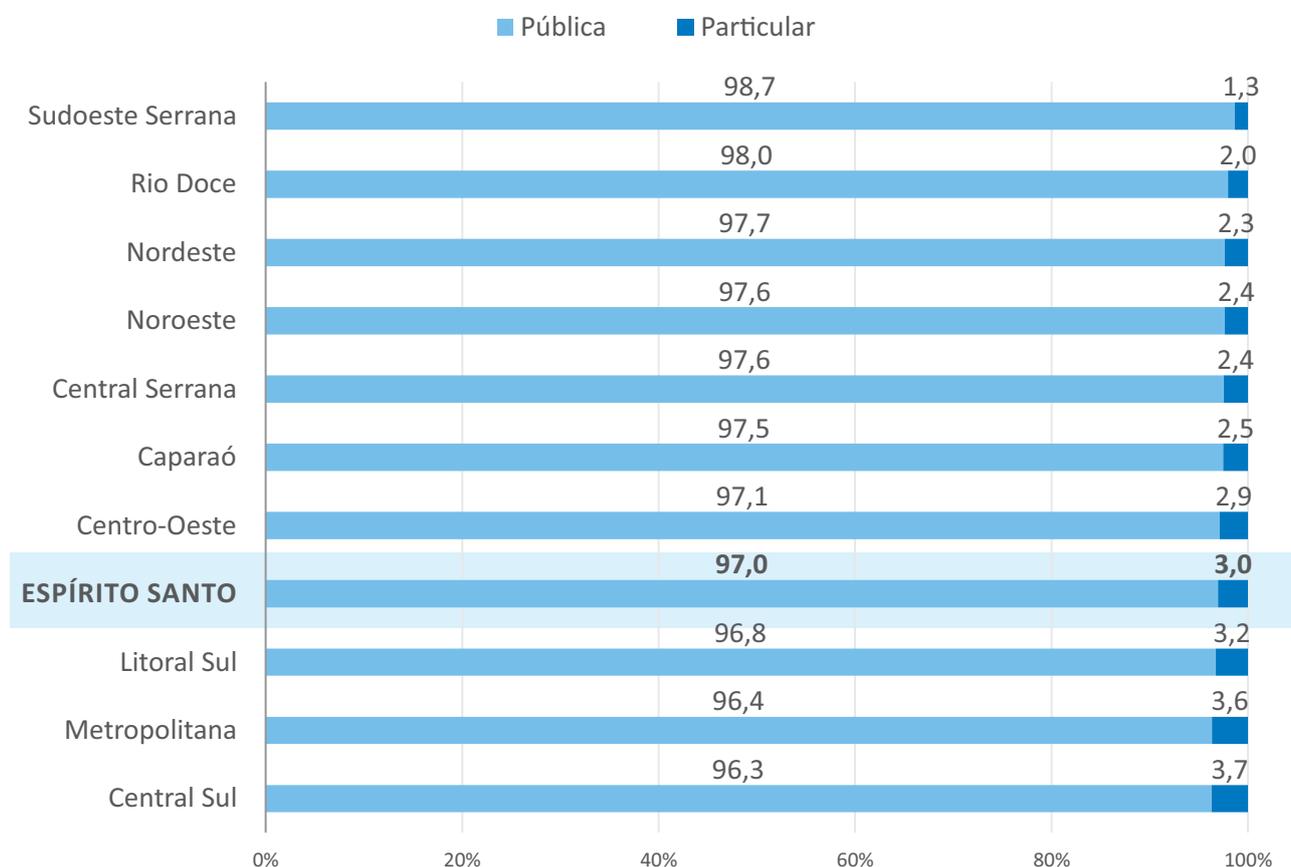


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Rede escolar

Dentre os indivíduos inscritos que frequentam a escola, a maioria estuda na rede pública (Gráfico 35). No estado do Espírito Santo, o percentual de pessoas inscritas no CadÚnico que frequenta a escola pública é 97,0%. Em todas as microrregiões o percentual de estudantes que frequentam escola pública é superior a 96%. Na microrregião Sudoeste Serrana, o percentual de estudantes da rede pública alcança 98,7%. O menor percentual de estudantes que frequentam escola pública foi registrado na microrregião Central Sul (96,3%). A categoria pública inclui as redes municipais, estadual e federal.

Gráfico 35
 Frequência escolar da população, por tipo de rede escolar,
 Espírito Santo e microrregiões, 2022

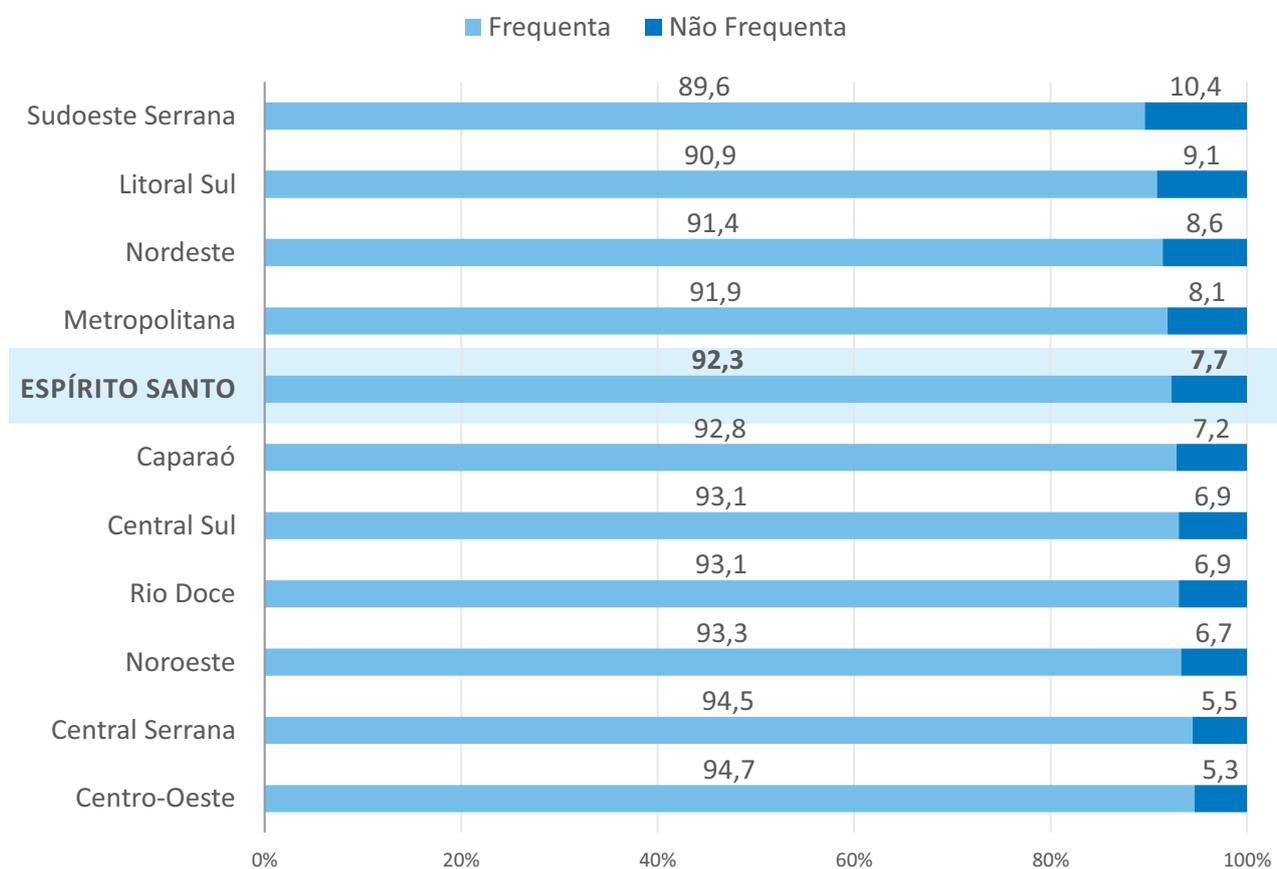


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

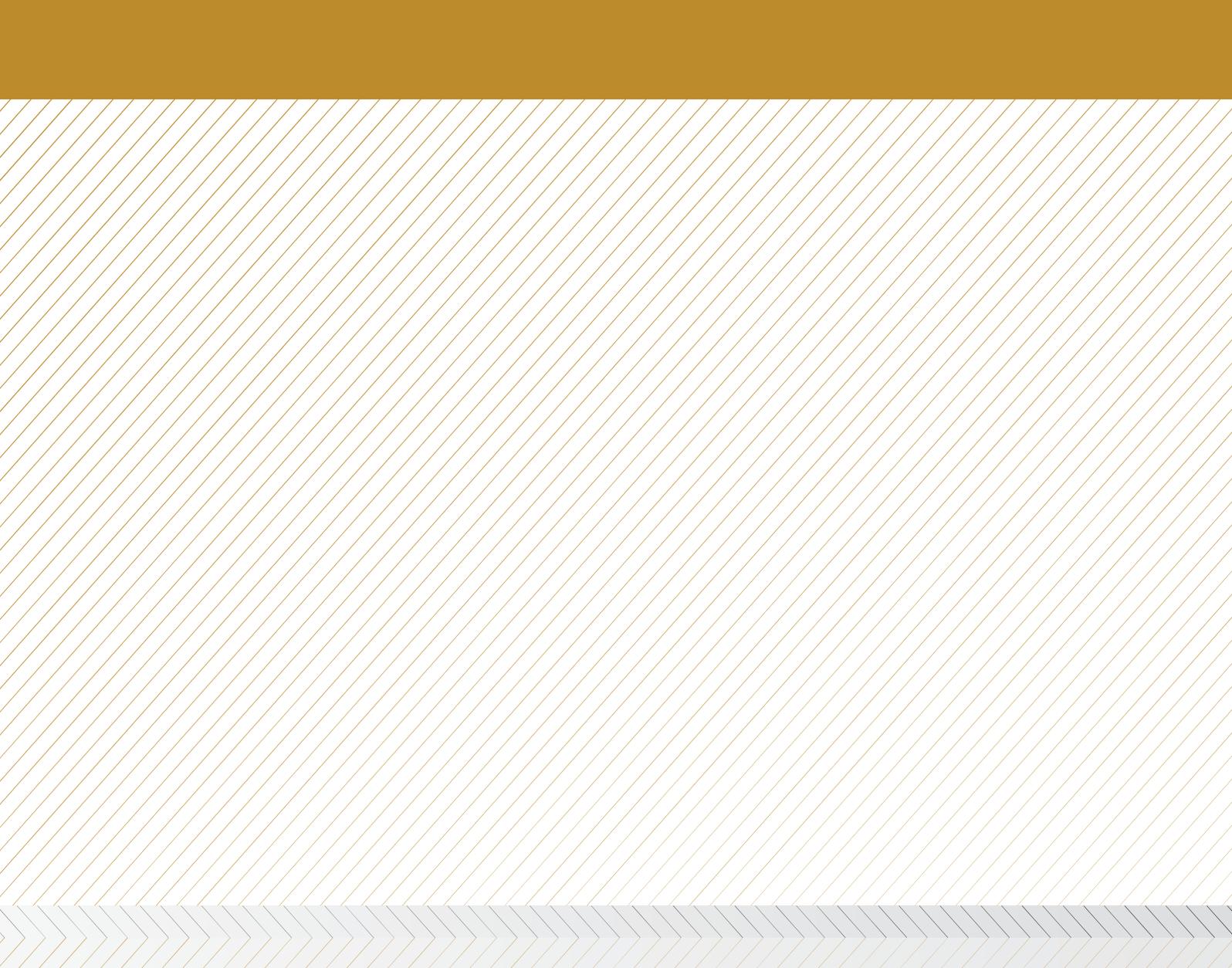
Educação inclusiva

No Espírito Santo, o percentual de pessoas com deficiência inscritas no CadÚnico e idade de 4 a 17 anos que frequenta a escola é de 92,3% (Gráfico 36). Entre pessoas dessa faixa etária, independente da condição de deficiência, o percentual é de 94,0%, uma diferença de 1,7 pontos percentuais. Os maiores percentuais de pessoas com deficiência nessa faixa etária que não frequentam a escola aparecem nas microrregiões Sudoeste Serrana (10,4%), Litoral Sul (9,1%) e Nordeste (8,6%).

Gráfico 36
Proporção de pessoas de 4 a 17 anos, com deficiência, inscritas no CadÚnico, que frequenta a escola, Espírito Santo e microrregiões, 20226



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN



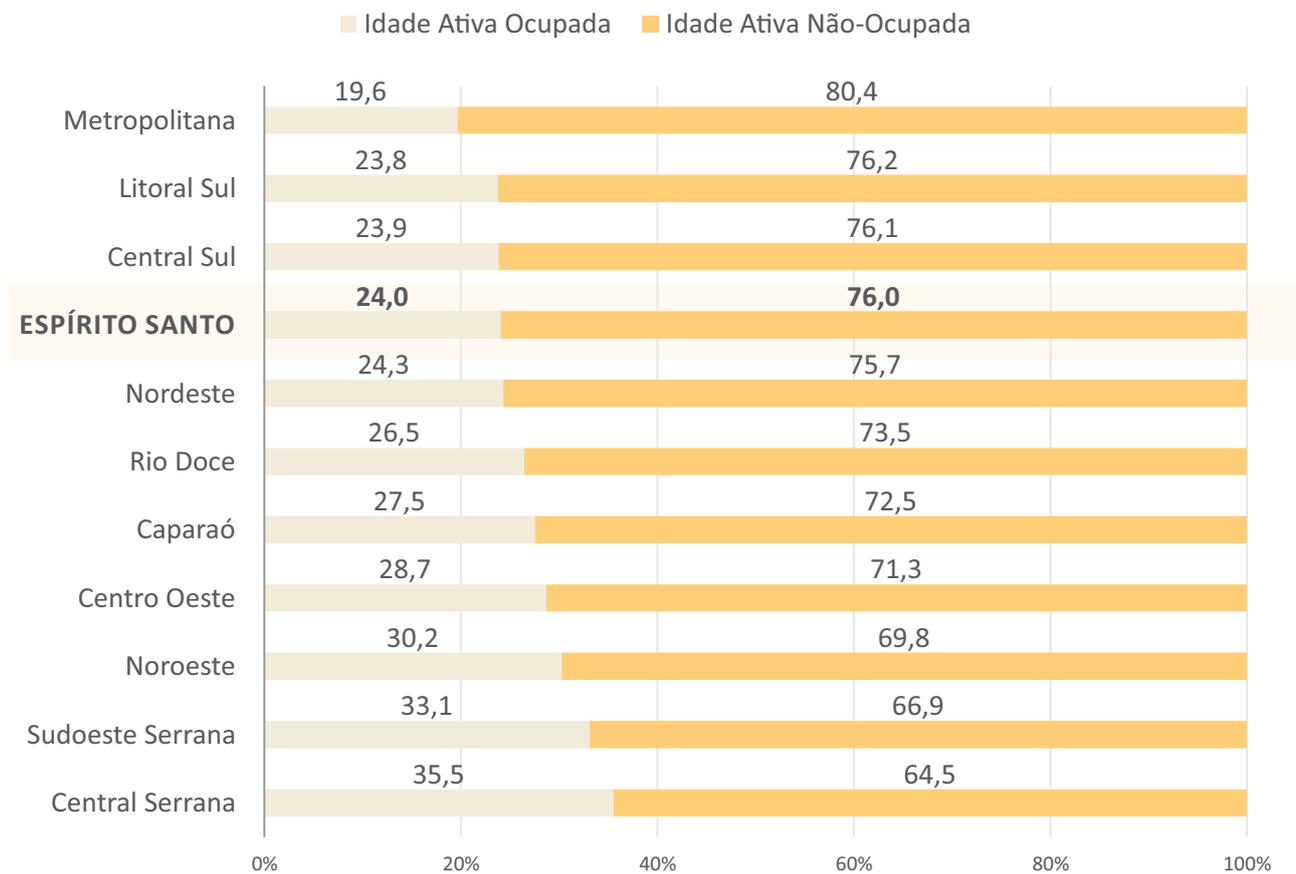
Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2022

MERCADO DE TRABALHO

População em idade ativa (PIA)

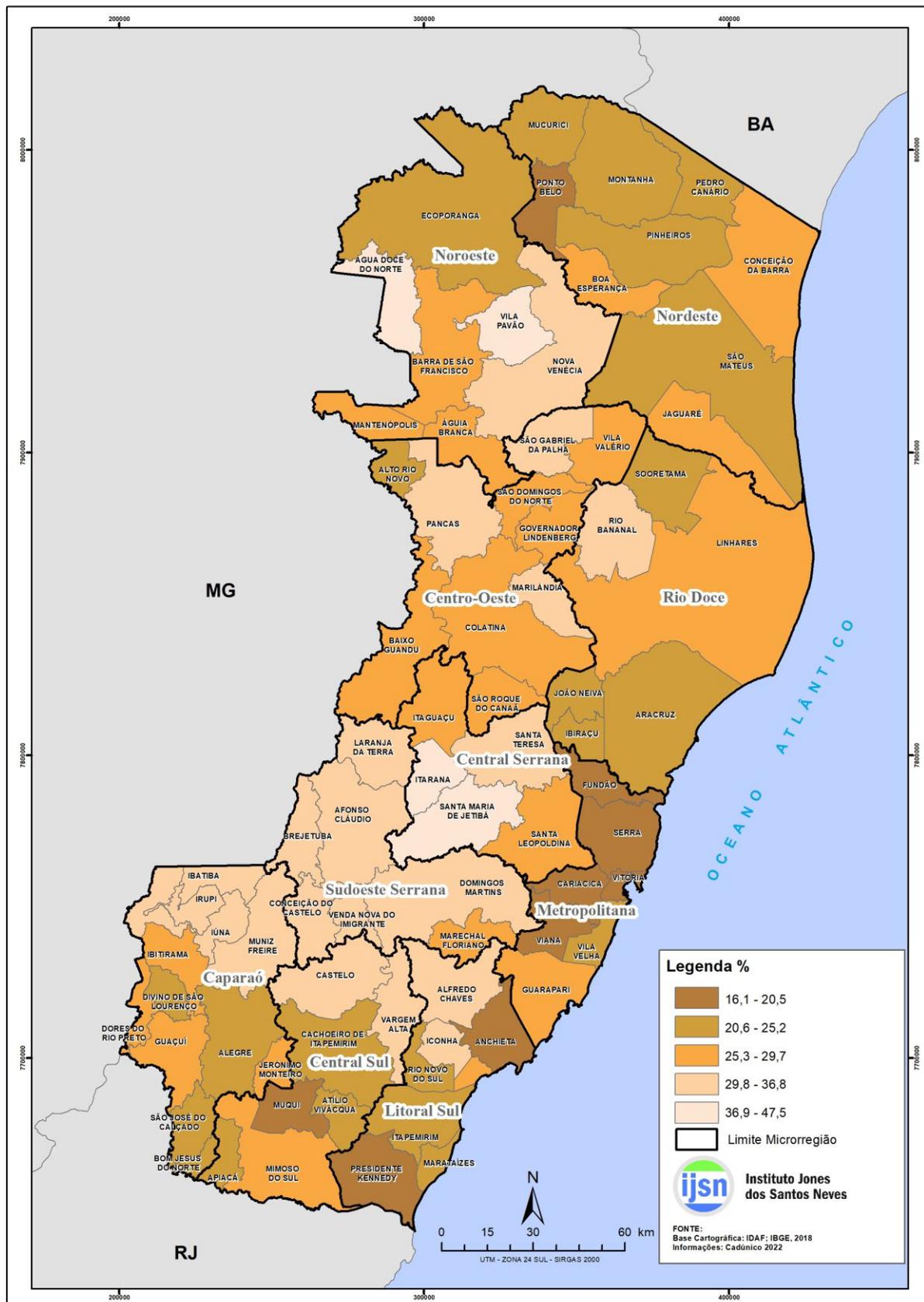
No Espírito Santo, 24,0% das pessoas com cadastro atualizado no CadÚnico e que possuíam 14 anos ou mais de idade (população em idade ativa - PIA), estavam ocupadas (trabalharam na semana passada de referência ou estiveram afastadas do trabalho por algum motivo - doença, falta voluntária, licença, férias, outro). Esse resultado mostra que a grande maioria da PIA (76,0%) se encontrava desocupada (Gráfico 37). A distribuição microrregional mostra que os menores valores da PIA ocupada ocorrem nas microrregiões Metropolitana (19,6%) e Litoral Sul (23,8%) e os maiores valores na Sudoeste Serrana (33,1%) e Central Serrana (35,5%). A análise por município (Mapa 18) mostra que Viana e Vitória são os municípios que tem a menor inserção da PIA no mercado de trabalho (16,1%) enquanto Itarana é o município com maior inserção da PIA (47,5%).

Gráfico 37
População em idade ativa (pessoas a partir dos 14 anos) ocupadas e não ocupadas, Espírito Santo e Microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 18
 Percentual da população em Idade Ativa Ocupada (14 anos ou mais de idade)
 por município, 2022

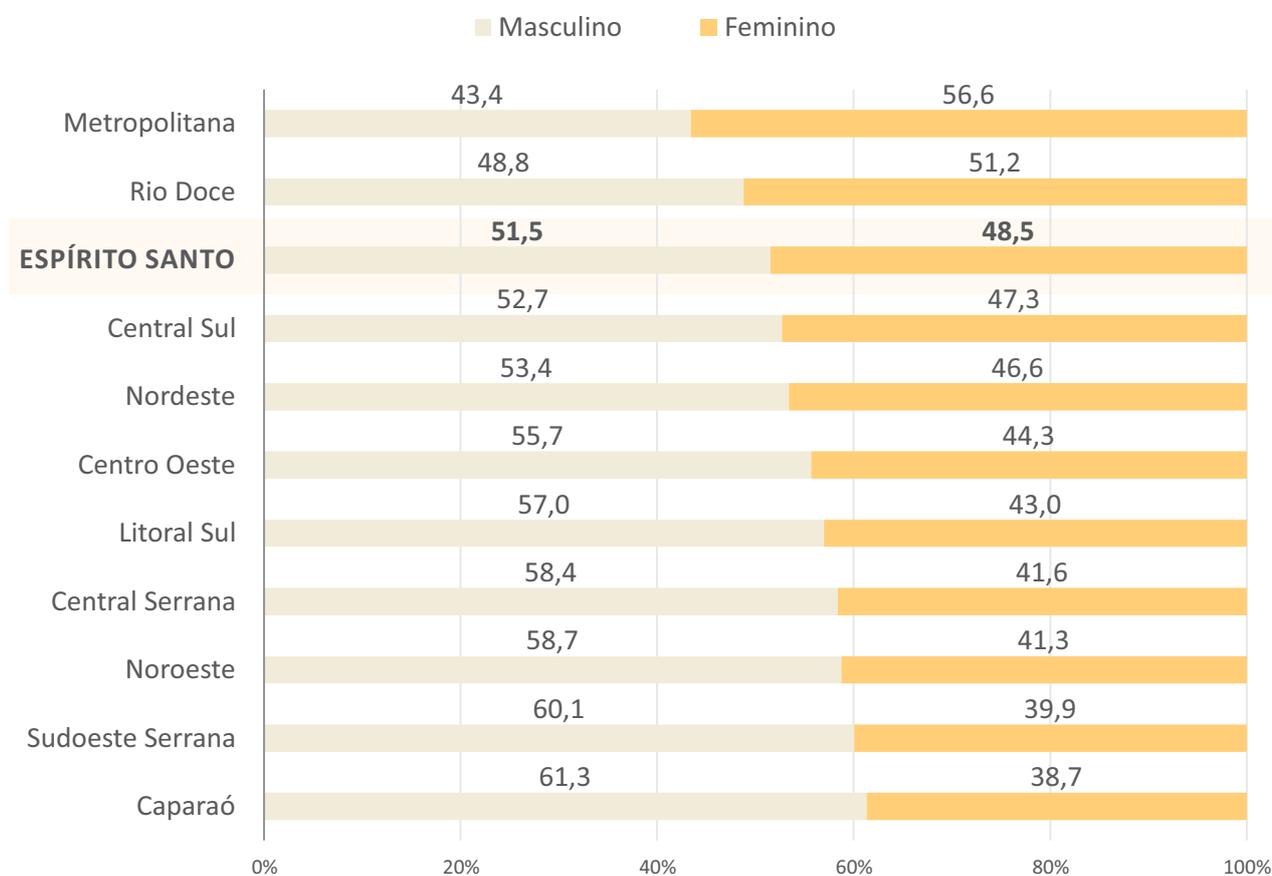


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Distribuição da população em idade ativa ocupada, por sexo

A distribuição dos ocupados com 14 anos ou mais de idade (PIA ocupada), mostra que no Espírito Santo, 51,5% são do sexo masculino e 48,5% do sexo feminino (Gráfico 38). A maior participação de homens é verificada em todas as microrregiões (com exceção das microrregiões Metropolitana e Rio Doce onde a maioria é de mulheres). A microrregião do Caparaó é a que apresenta a maior participação de homens (61,3%), seguida da Sudoeste Serrana (60,1%) e Noroeste (58,7%). As maiores participações femininas estão nas microrregiões Metropolitana (56,6%), Rio Doce (51,2%) e Central Sul (47,3%).

Gráfico 38
Distribuição da PIA ocupada por sexo,
Espírito Santo e Microrregiões, 2022

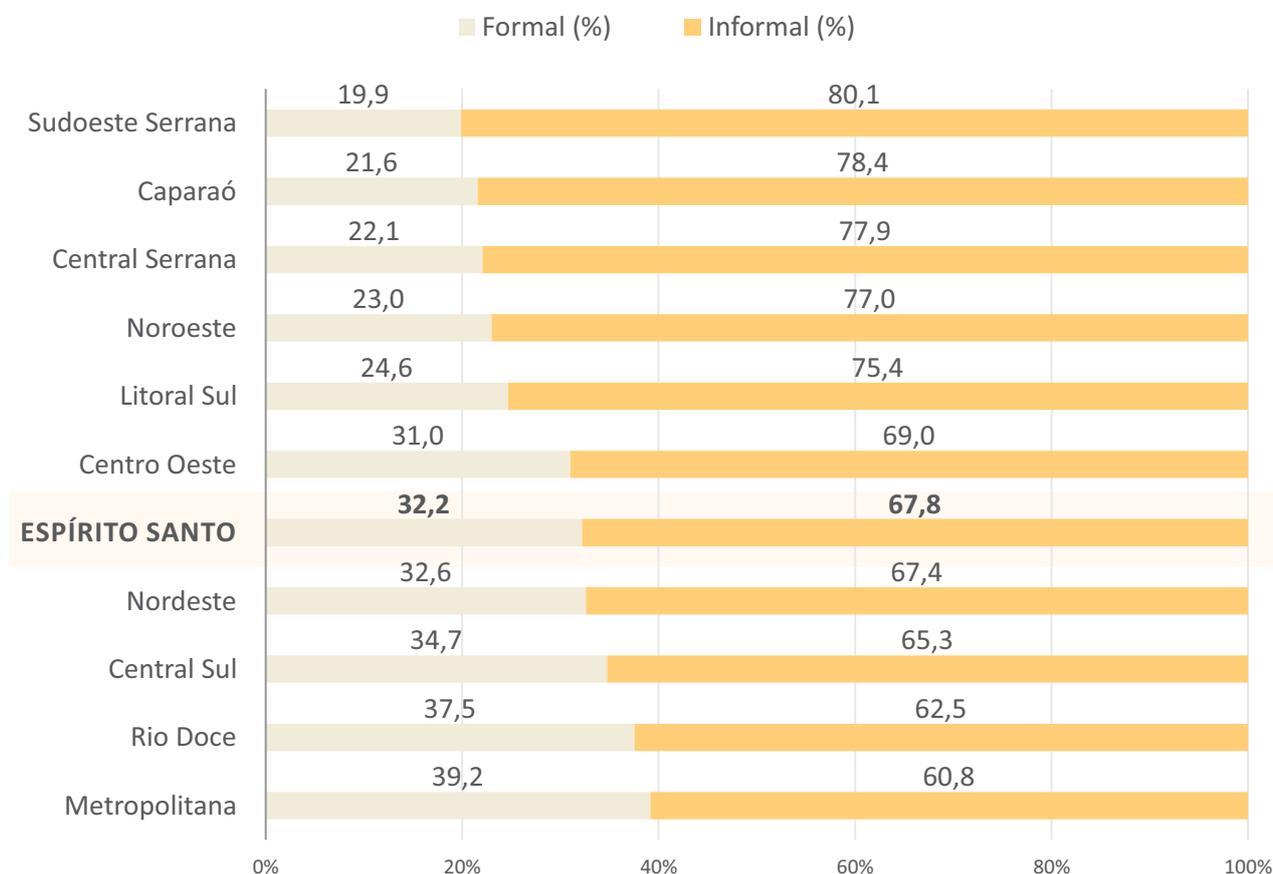


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

População em idade ativa ocupada por setor formal e informal

A condição da ocupação revela altos percentuais de informalidade em todas as microrregiões. No estado a informalidade alcançou 67,8% da PIA ocupada (Gráfico 39). Em relação às microrregiões, as maiores taxas foram verificadas na Sudoeste Serrana (80,1%), Caparaó (78,4%), Central Serrana (77,9%), Noroeste (77,0%) e Litoral Sul (75,4%). A microrregião Metropolitana apresentou a maior taxa de ocupados formais (39,2%). Em 2021 eram 6 microrregiões com informalidade superior à do Estado, mesma quantidade desse ano. A nível de município (Mapa 19) os maiores percentuais de ocupados informais ocorreram em Brejetuba (93,2%), Água Doce do Norte (92,5%), Ibatiba (90,6%), Mantenedópolis (89,5%) e Vila Valério (88,8%). Em Vitória, Ibirapu e João Neiva estão as maiores participações formais (54,7%, 54,6% e 50,0% respectivamente).

Gráfico 39
PIA ocupada por setor formal e informal,
Espírito Santo e Microrregiões, 2022

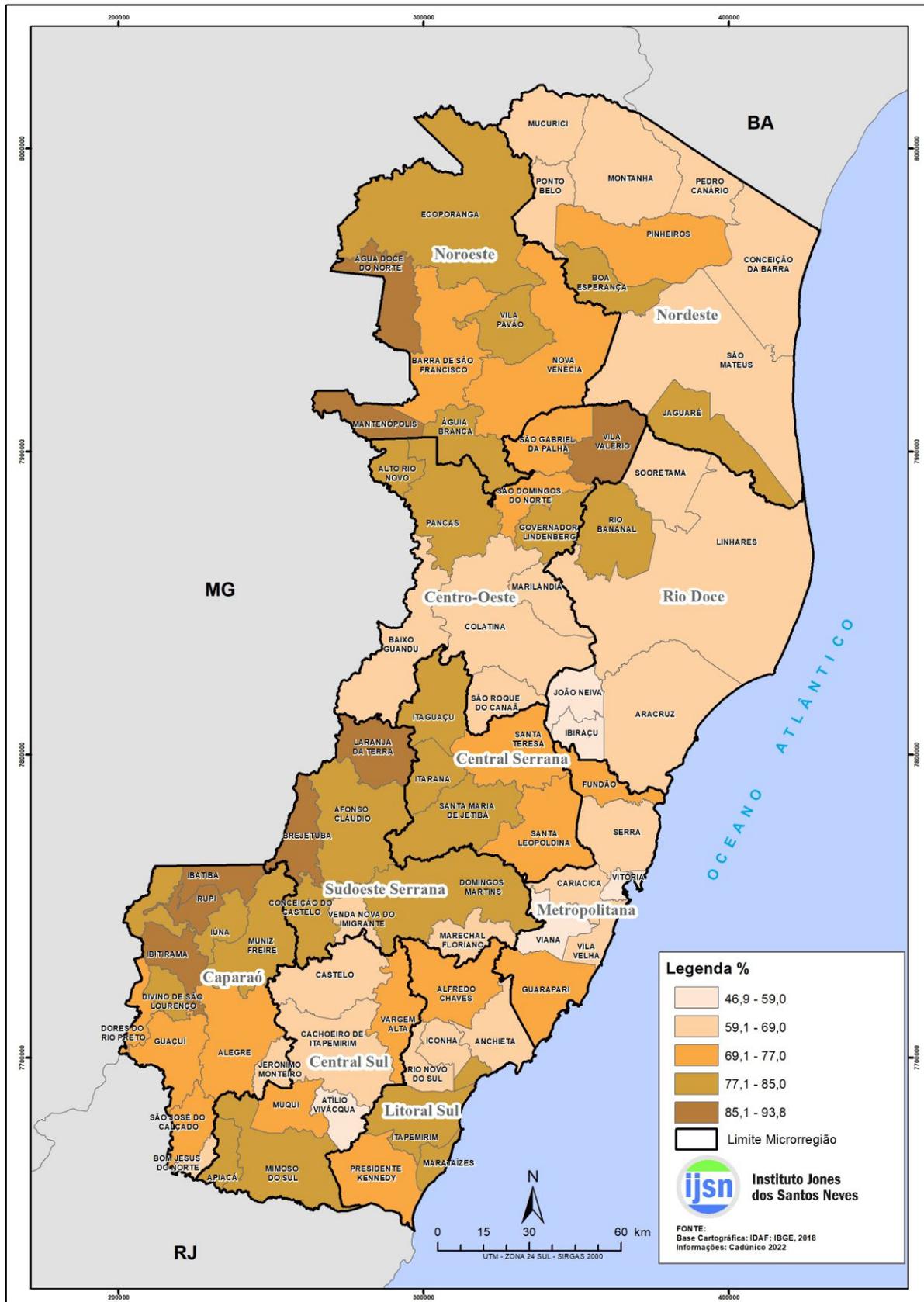


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

A classificação formal/informal agrupou as categorias de posição na ocupação conforme segue:

- . Formal: Empregados com carteira de trabalho assinada, Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, Militar ou Servidor Público, Empregador, Estagiário/Aprendiz
- . Informal: Trabalhador por conta própria (bico/autônomo), Trabalhador temporário em área rural, Empregado sem carteira de trabalho assinada, Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, Trabalhador não-remunerado.

Mapa 19
 Percentual da PIA Inscrita no CadÚnico com ocupação informal por município, 2022

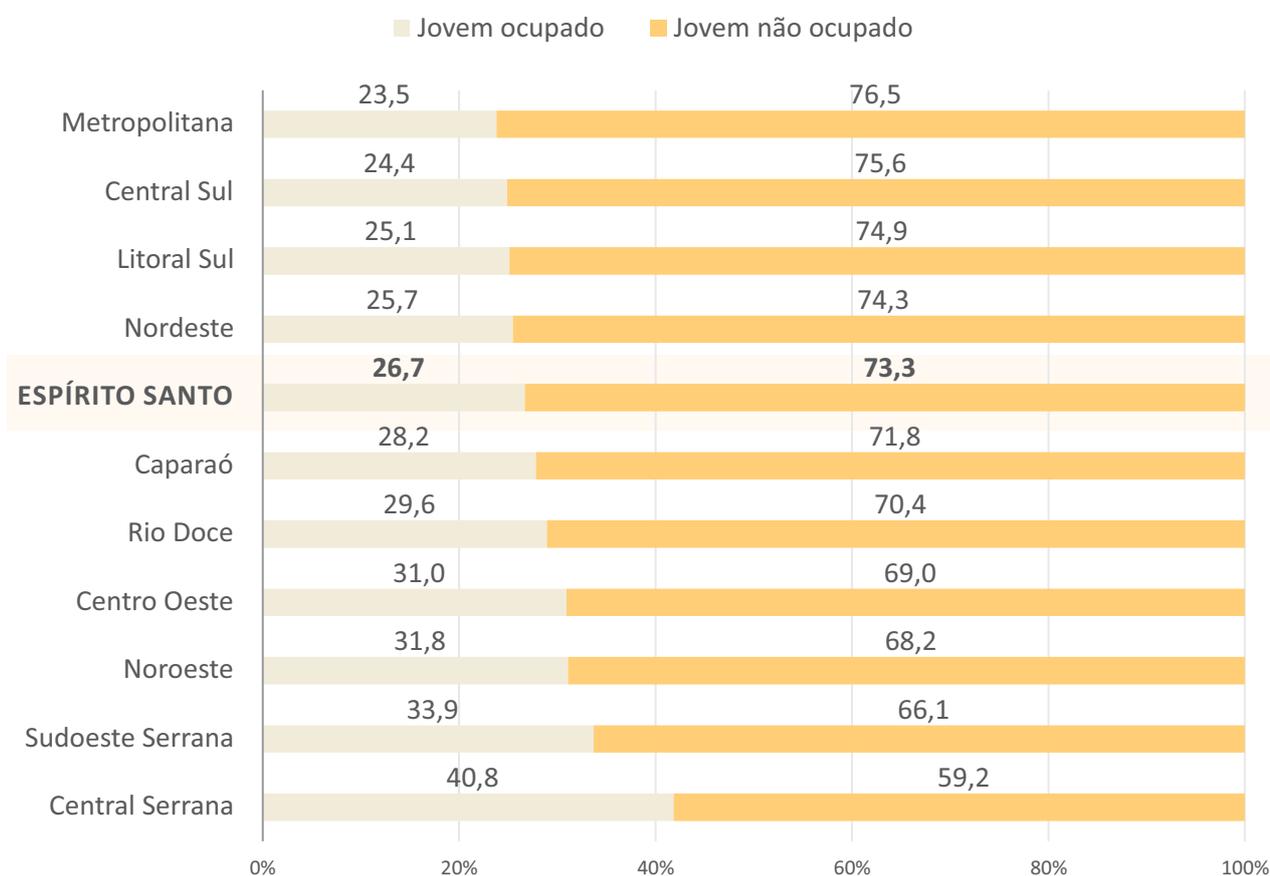


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Situação dos jovens no mercado de trabalho

No Espírito Santo, 26,7% dos jovens com cadastro atualizado no CadÚnico e que possuíam entre 15 e 29 anos de idade, estavam ocupados (trabalharam na semana passada de referência ou estiveram afastadas do trabalho por algum motivo - doença, falta voluntária, licença, férias, outro). Esse resultado mostra que a grande maioria dos jovens se encontrava desocupada (Gráfico 40). As maiores ocupações estão nas microrregiões Central Serrana (40,8%), Sudoeste Serrana (33,9%) e Noroeste (31,8%). Por outro lado, as maiores desocupações estão nas microrregiões Metropolitana (76,5%), Central Sul (75,6%) e Litoral Sul (74,9%). Em relação ao último documento publicado, a situação dos jovens no mercado de trabalho apresentou estabilidade. Em 2021, 26,7% dos jovens no Espírito Santo encontravam-se ocupados, mesmo percentual desse ano. Quatro microrregiões apresentam taxa de ocupação dos jovens abaixo da média estadual.

Gráfico 40
Taxa de ocupação dos jovens de 15 a 29 anos,
Espírito Santo e Microrregiões, 2022

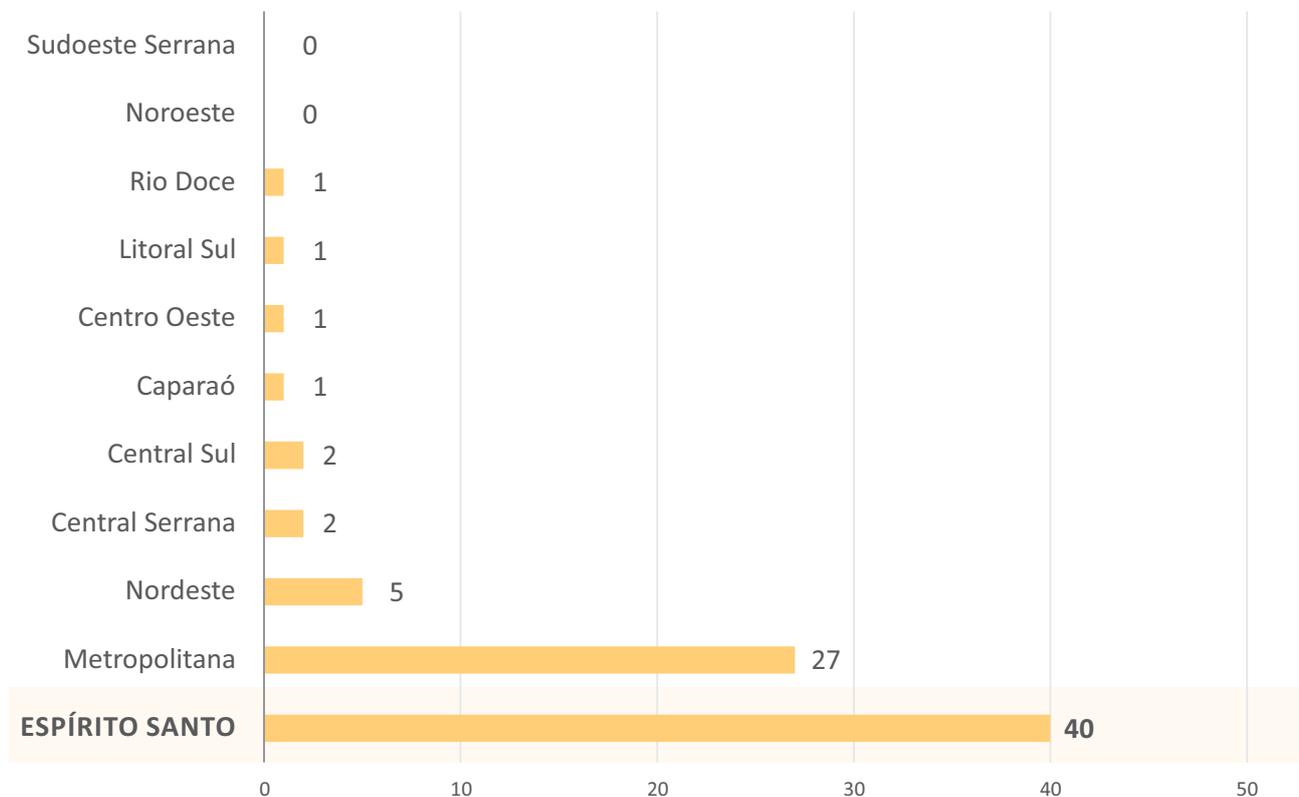


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Trabalho Infantil na família

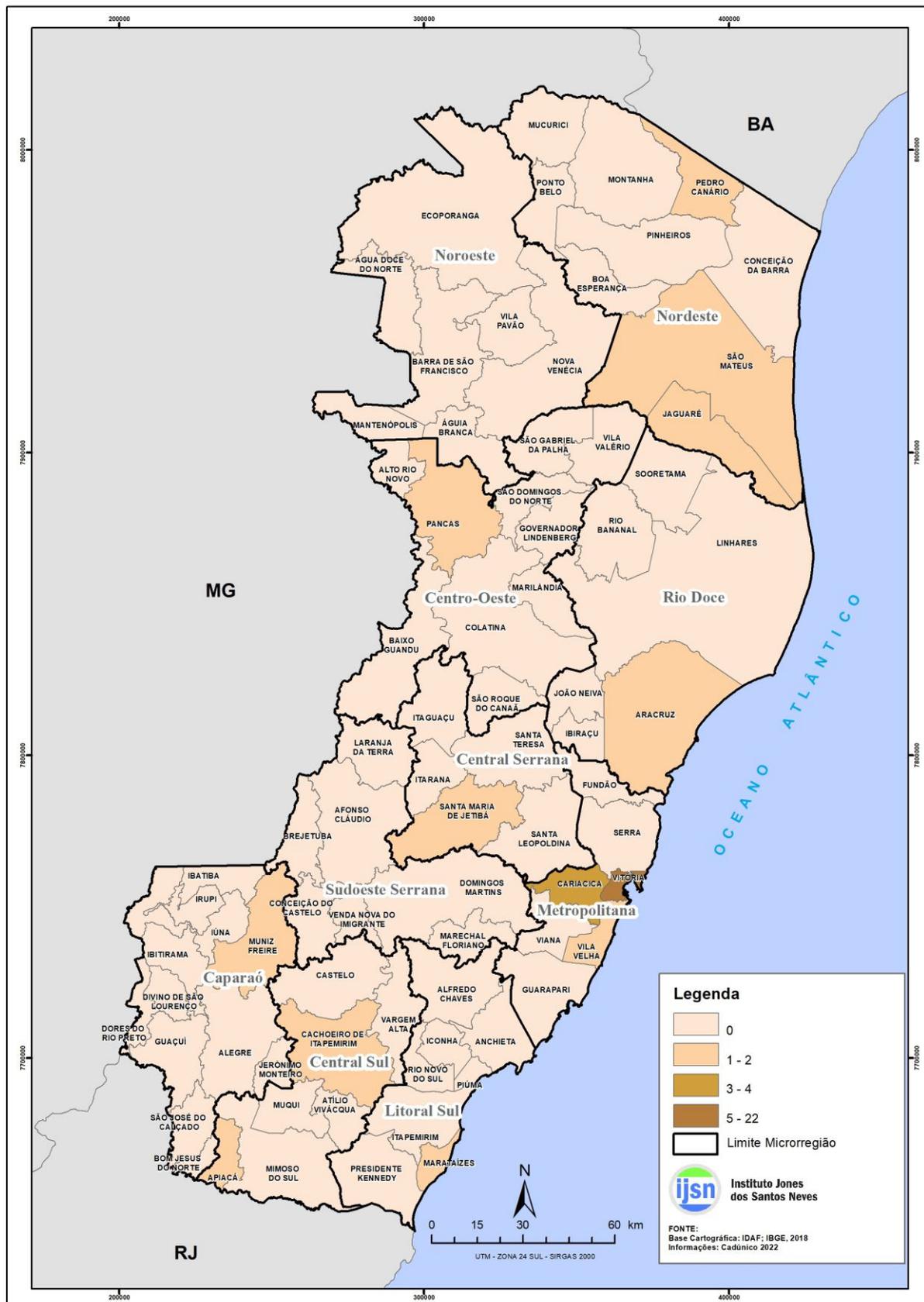
No Espírito Santo, das famílias com cadastrado atualizado no CadÚnico, 40 (0,008% do total) informaram que havia trabalho infantil na família (Gráfico 41). O recorte Microrregional mostra grandes diferenças, variando de 0,00% nas microrregiões Sudoeste Serrana e Noroeste a 0,018% na microrregião Central Serrana. Em valores absolutos destacam-se as microrregiões Metropolitana (27 famílias) e Nordeste (5 famílias). A nível de município (Mapa 20), Vitória (22 famílias) e Cariacica (3 famílias) apresentam o maior número de famílias com trabalho infantil. No total de Estado, 65 municípios não apresentaram casos de trabalho infantil na família.

Gráfico 41
Número de famílias com Trabalho Infantil
Espírito Santo e Microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 20
Número de famílias inscritas no CadÚnico com trabalho infantil, por município, 2022

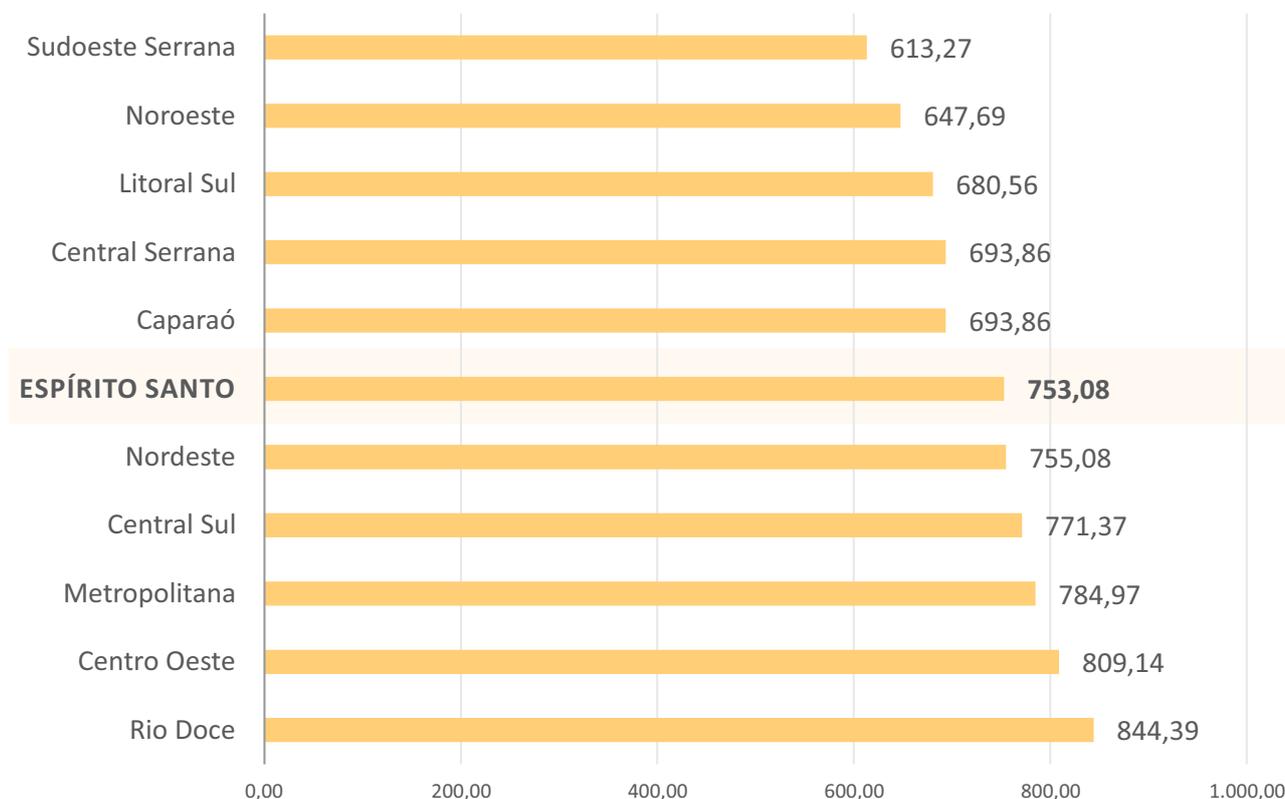


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Rendimento do Trabalho

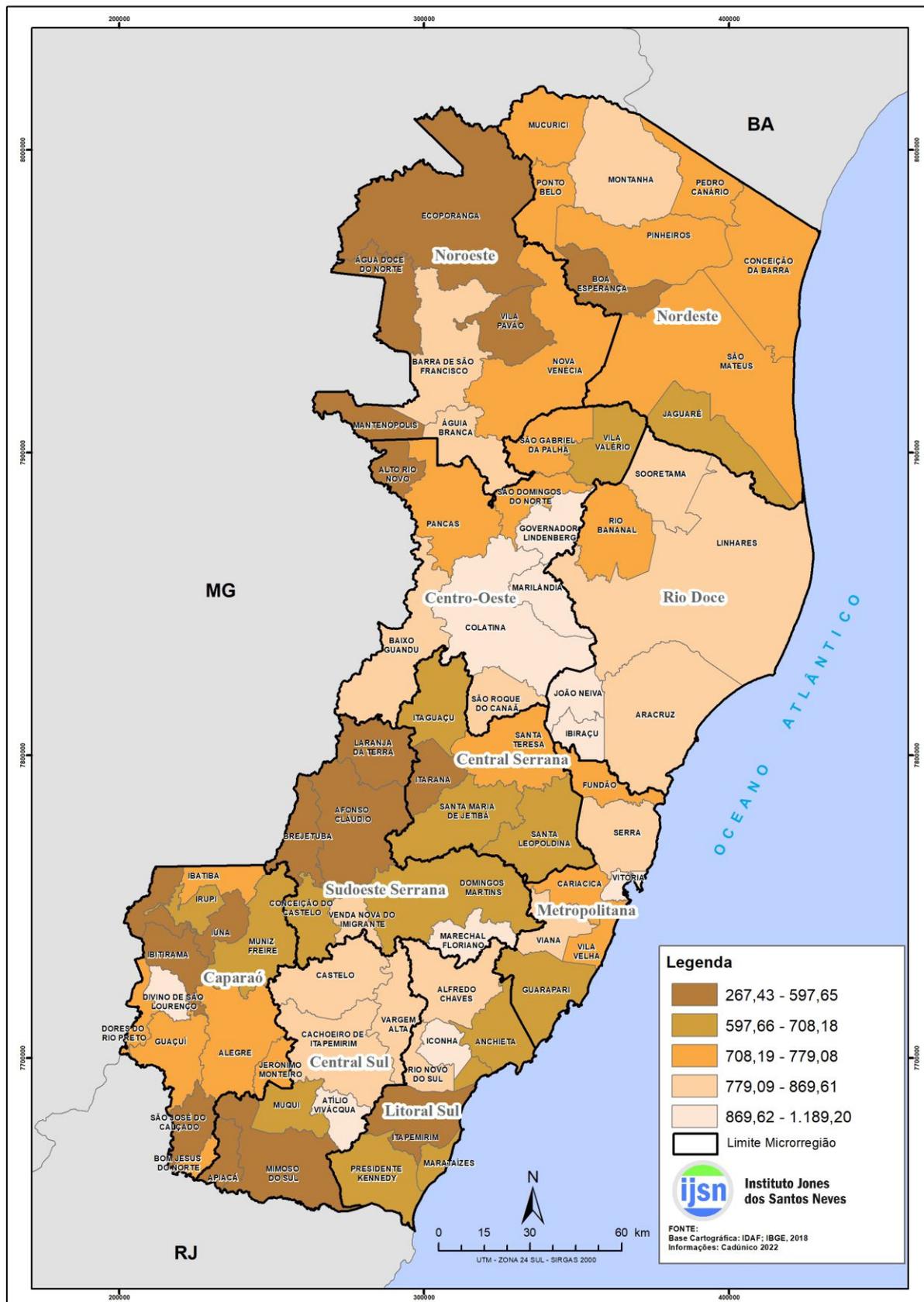
O rendimento médio de todos os trabalhos no Estado foi de R\$753,08. A variação percentual entre o menor valor (microrregião Sudoeste Serrana: R\$613,27) e o maior valor (microrregião Rio Doce: R\$844,39) é de 37,7% (Gráfico 42). Na microrregião Metropolitana, que concentra o maior número de ocupados, a média foi de R\$784,97. A nível de município, observa-se uma diferença ainda maior (344,7% entre a menor e a maior renda média). A maior média (Mapa 21) foi no município de Ibiraçu (R\$1.189,20) enquanto a menor média foi no município de Água Doce do Norte (R\$267,43). Abaixo da renda média do Estado ficaram 5 microrregiões e 44 municípios.

Gráfico 42
Rendimento médio (R\$) de todos os trabalhos da PIA ocupada,
Espírito Santo e Microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 21
Rendimento médio do trabalho da PIA inscrita no CadÚnico, por município, 2022

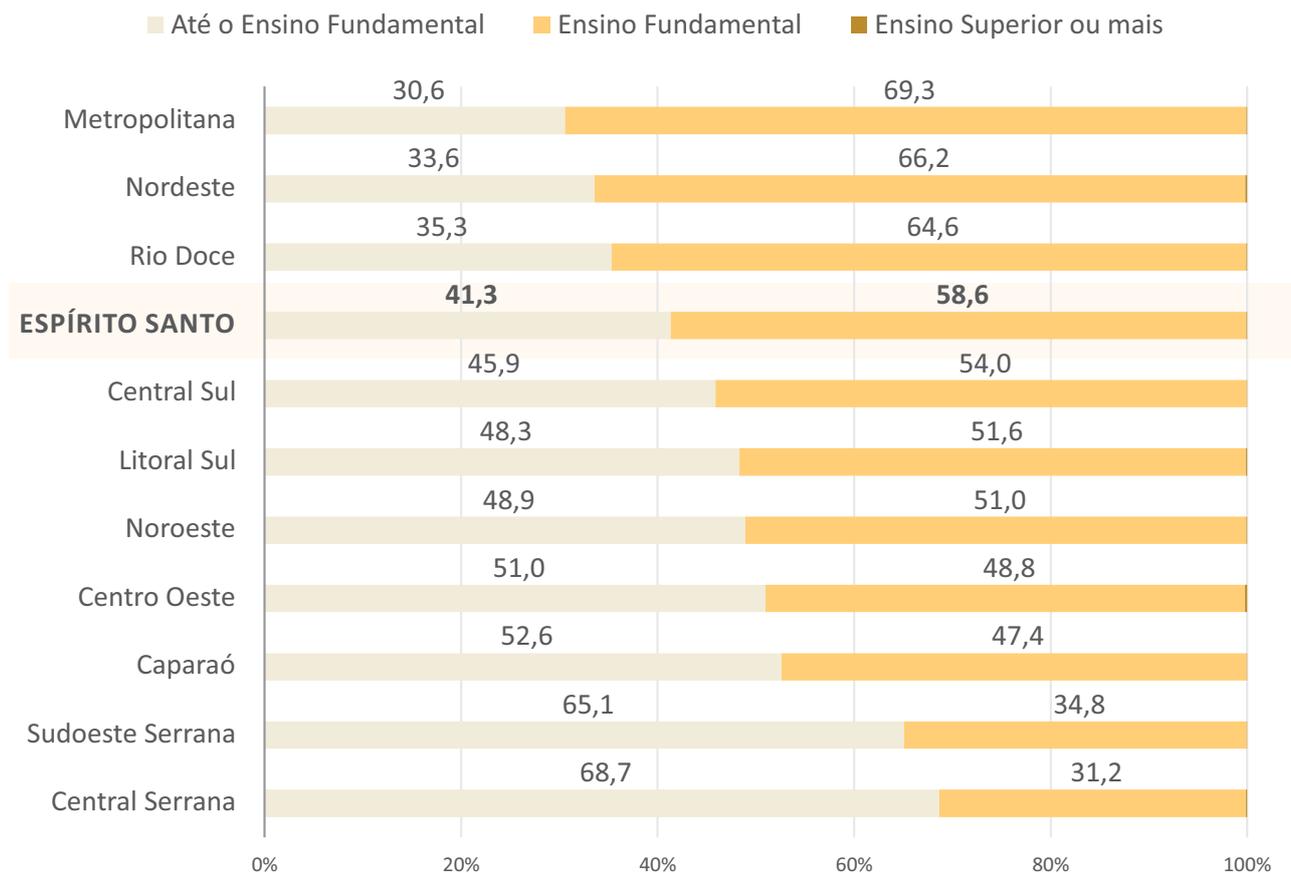


Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mercado de trabalho e escolaridade

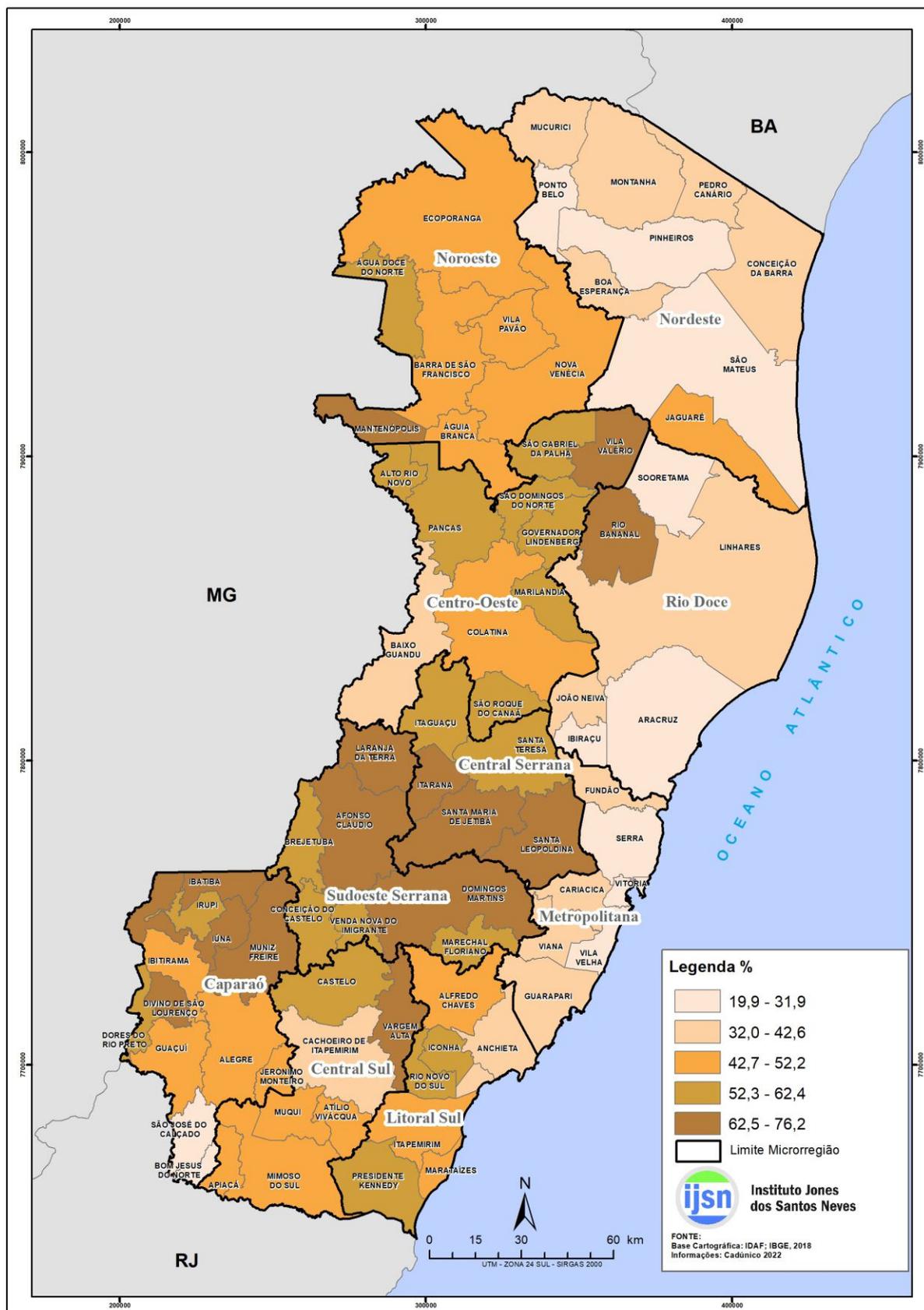
De acordo com o Gráfico 43 no Espírito Santo, 41,3% da população ocupada (25 anos ou mais de idade) apresentavam escolaridade até o Ensino Fundamental completo, 58,6% Ensino Médio completo e apenas 0,1% Ensino Superior ou mais (aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado). O nível Fundamental é predominante em quatro microrregiões, alcançando 68,7% na microrregião Central Serrana e 65,1% na Sudoeste Serrana. Em relação ao Ensino Médio as maiores taxas estão nas microrregiões Metropolitana (69,3%), Nordeste (66,2%) e Rio Doce (64,6%). A nível de microrregião o percentual de graduados também é bem inferior ao dos demais níveis. As microrregiões Nordeste e Centro Oeste apresentaram as maiores taxas (0,2%) com nível Ensino Superior ou mais e a microrregião Caparaó a menor taxa (0,0%). A nível de município (Mapa 22) tem-se Sooretama com o menor percentual de escolaridade até o ensino fundamental (19,9%) e Santa Maria de Jetibá com o maior percentual (76,2%).

Gráfico 43
Curso mais elevado que frequentou e concluiu, população ocupada (25 anos ou mais de idade), Espírito Santo e Microrregiões, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 22
 Percentual da população de 25 anos ou mais de idade ocupada inscrita no CadÚnico que frequentou e concluiu até o Ensino Fundamental, por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2022

ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL (IGO-M)

Índice de Gestão Descentralizada Municipal

O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) é um importante instrumento de promoção e fortalecimento da gestão intersetorial do Programa Auxílio Brasil (PAB)⁸. Serve para aferir a cobertura cadastral e a qualidade da gestão do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), bem como das informações acerca das condicionalidades das áreas de educação e de saúde.

Desde a sua criação em abril de 2006, o Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) é utilizado na estratégia de repasse de recursos adotada pelo Ministério da Cidadania (MC) para estimular os municípios a investir na melhoria da Gestão do então Programa Bolsa Família (PBF). Assim, quanto melhor a gestão do Auxílio Brasil e do Cadastro Único, obedecendo aos critérios abaixo, maior será o índice para cada município e, conseqüentemente, o montante de recursos recebidos.

O IGD-M é calculado com base na multiplicação de quatro fatores. O Índice é obtido pela seguinte fórmula:

$$IGD-M = \text{Fator I} \times \text{Fator II} \times \text{Fator III} \times \text{Fator IV}$$

O **Fator I (fator de operação)** consiste na média aritmética simples das seguintes variáveis:

- a) TAC – Taxa de Atualização Cadastral, que corresponde a divisão do número de cadastros válidos atualizados nos últimos dois anos, pelo número de cadastros válidos, com renda *per capita* até meio salário mínimo no CadÚnico no município.
- b) Do resultado do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, composto pela média aritmética simples das taxas de:
 - i) TAFE – Taxa de Acompanhamento da Frequência Escolar, calculada pela divisão do quantitativo de beneficiários com perfil para acompanhamento da condicionalidade de educação no município e com informações de frequência escolar pelo total de beneficiários com perfil para acompanhamento da condicionalidade de educação no município; e
 - ii) TAAS – Taxa de Acompanhamento da Agenda de Saúde, obtida pela divisão do público com perfil saúde e com informações sobre o cumprimento das condicionalidades de saúde, pelo número total do público com perfil saúde no município.

O **Fator II** expressa a adesão ou não do município ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

O **Fator III** refere-se à apresentação da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M, que indica se o gestor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) registrou no SUASWEB a mencionada comprovação de gastos ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O **Fator IV** consiste na informação da aprovação total da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que indica se este Conselho registrou em sistema específico do Ministério da Cidadania a aprovação integral das contas apresentadas pelo gestor do Fundo Municipal de Assistência Social.

⁸ Programa que substituiu o Bolsa Família, o Auxílio Brasil foi instituído pela [Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021](#) e regulamentado pelo decreto Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021.

Para estar apto a receber o repasse de recursos, o município precisa atender as seguintes condições:

- * Aderir formalmente ao PAB;
- * Aderir ao SUAS (Fator II = 1);
- * Obter os seguintes valores mínimos de:
 - 0,55 (cinquenta e cinco centésimos) para a TAC ($TAC \geq 0,55$);
 - 0,30 (trinta centésimos) para a TAFE e TAAS ($TAFE \text{ e } TAAS \geq 0,30$);
 - Fator I $\geq 0,55$, ou seja, após o cálculo da média aritmética das taxas, atingir o mínimo de 0,55 no índice final;
- * Estar em dia com:
 - O lançamento da comprovação de gastos no SuasWeb (Fator III = 1);
 - A aprovação total da comprovação de gastos pelo CMAS (Fator IV = 1).

Após calcular o IGD municipal com base nos fatores anteriormente descritos, o MC calcula o valor a ser repassado a cada município (ver quadro abaixo). O valor correspondente ao IGD-M é multiplicado por R\$ 3,50 por cadastro válido de família com renda *per capita* de até meio salário mínimo, limitado pela estimativa de famílias consideradas como público alvo do Cadastro Único, publicada pelo MC, com acréscimo dos incentivos, que podem representar um aumento de até 10%.

Portanto, para obter o máximo de recursos, o município precisa alcançar IGD-M igual a 1, manter em seu cadastro um número de famílias com perfil CadÚnico igual ao estimado pelo MC e fazer jus aos incentivos que fomentam a boa gestão do Programa Auxílio Brasil (PAB).

O Mapa 23 apresenta os dados do IGD municipal divididos em seis classes. Em março de 2022 (com exceção dos municípios de Alegre, Marataízes, Mucurici, Rio Bananal, Vila Pavão e Vila Valério, que obtiveram IGD-M = 0), o menor IGD-M dos municípios capixabas foi 0,77, obtido por Marechal Floriano e o maior foi 0,94, alcançado por Alfredo Chaves. Os outros quatro municípios com maiores IGD-M do estado foram: Muqui, Presidente Kennedy e Conceição da Barra (os três com 0,92) e Barra de São Francisco (0,90).

Todos os municípios do Espírito Santo têm, em suas respectivas medidas, deixado de receber parte dos recursos previstos pelo MC para repasse, uma vez que não alcançaram o valor de IGD-M = 1,0, conforme pode ser observado, a seguir, no Mapa do IGD-M. Considera-se aqui a hipótese de atender a todos os critérios. Entretanto, as causas do não atendimento dos critérios por parte dos municípios, o que certamente pode incluir diferentes motivos, não serão analisadas nesse texto.

Fórmula utilizada para obter o valor mensal a ser transferido pelo MC aos municípios: Recurso a ser transferido = IGD-M x R\$ 3,50 por cadastro válido atualizado + incentivos

Onde:

- *IGD-M é o índice de gestão descentralizado, que varia entre 0 e 1;*
- *O nº de cadastros válidos leva em conta as famílias com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, com cadastros atualizados nos últimos dois anos, até o limite da estimativa do número de famílias identificadas como público-alvo do Cadastro Único no município;*
- *Os Incentivos são equivalentes a: 5%, proporcionais ao acompanhamento das famílias beneficiárias em fase de suspensão de condicionalidades, será repassado o incentivo máximo de 5% para os municípios que não tiverem famílias em fase de suspensão; 5% quando o município tiver 100% dos dados referentes ao prefeito, prefeitura, Controle Social e à Coordenação Municipal do Programa Auxílio Brasil (PAB) atualizados no Sistema de Gestão do PAB (SIGPAB) há menos de um ano.*

Sobre o IGD-M e a transferência de recursos do MC ver em: Caderno do IGD-M 2022 disponível em https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/caderno-do-igd-do-auxilio-brasil-1/cadernodoIGD_M_118221.pdf

Tabela 01
**Repasso de recursos financeiros do Ministério da Cidadania (MC)
 aos Municípios da Região Metropolitana Grande Vitória – ES**

Município	Teto Mês 03/2022	Valor repassado no mês (R\$)	Recursos perdidos (R\$)	% de Recursos Perdidos
Fundão	5.391,75	1.430,00	3.961,75	73,5
Viana	22.633,00	9.860,27	12.772,73	56,4
Guarapari	35.486,75	18.646,48	16.840,27	47,5
Vila Velha	84.961,50	51.304,70	33.656,80	39,6
Cariacica	113.412,00	78.790,68	34.621,32	30,5
Vitória	57.775,25	47.461,69	10.313,56	17,9
Serra	118.537,25	98.714,99	19.822,26	16,7

Fonte: Ministério da Cidadania (MC), última atualização disponível, março de 2022.
 Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN.

A título de exemplo da perda de recursos dos municípios do estado, são apresentados os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (Tabela 1).

Os dados da Tabela 1 demonstram a importância que o IGD-M, somado à busca ativa para o cadastramento das famílias de modo a alcançar o limite de famílias estimado pelo MC e a atualização do cadastro das famílias com perfil CadÚnico, têm no repasse de recursos financeiros pelo MC aos Municípios.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, o município de Fundão aparece com o maior percentual de recursos perdidos no mês de março de 2022, com 73,5%, seguido pelos municípios de Viana (56,4%), Guarapari (47,5%) e Vila Velha (39,6%). Na região, o município que menos perdeu recursos foi Serra (16,7%).

Esses dados apontam para a necessidade de melhorar a qualidade da gestão do Cadastro Único e do PAB de modo a ampliar, tanto a fatia de recursos apropriados, quanto a efetividade no gasto com os programas sociais, questões que estão de certo modo relacionadas.

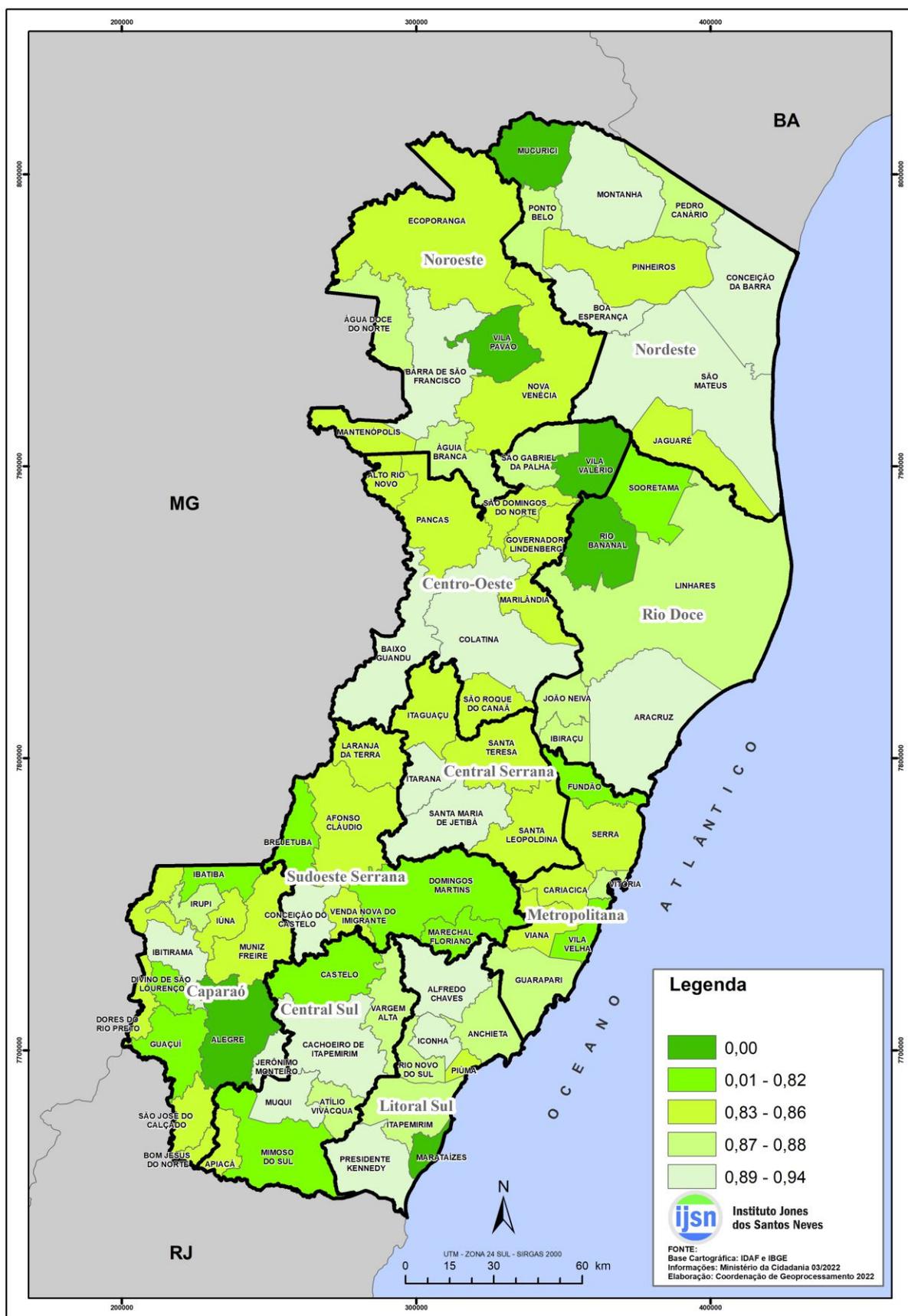
O Gráfico 44 ilustra a situação geral do Espírito Santo, representando o percentual de recursos repassados e não repassados aos municípios capixabas.

Gráfico 44
(IGD) Percentual de recursos repassados e perdidos, Espírito Santo

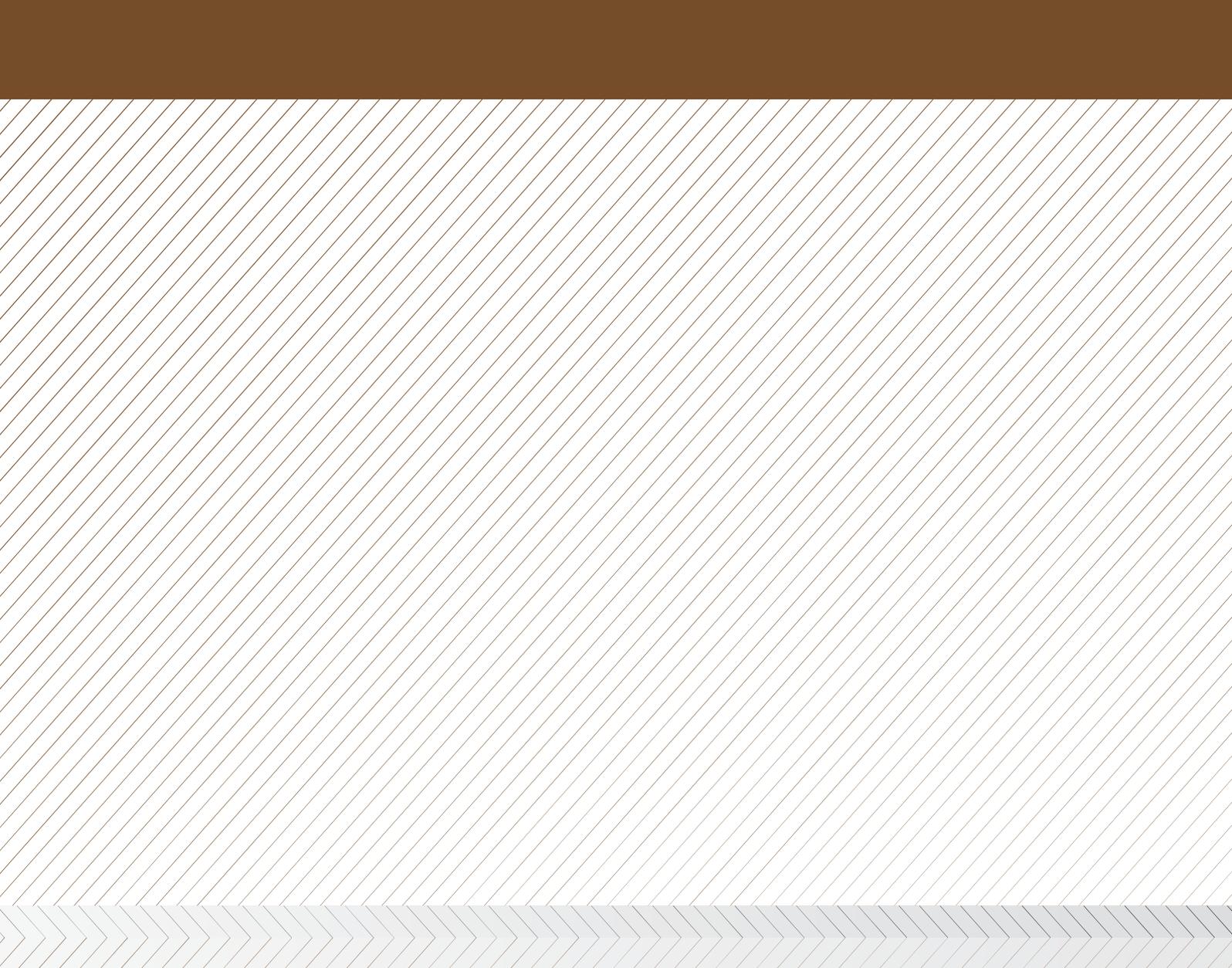


Fonte: Ministério da Cidadania (MC), março de 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 23
Índice de Gestão Descentralizada Municipal, março de 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2022

**ÍNDICE DE
DESENVOLVIMENTO
DA FAMÍLIA (IDF)
COM BASE NO CadÚNICO**

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) com base no CadÚnico

A abordagem da pobreza como um fenômeno multidimensional que engendra características sociais, econômicas, culturais, políticas e territoriais é consensual seja na academia, nas agências multilaterais ou nas instituições governamentais. Em função da complexidade desse fenômeno e do número de fatores que interagem na configuração de uma determinada situação de pobreza, entende-se que ela deve ser tratada sempre a partir de uma perspectiva multicausal.

Claro está que o enfoque na insuficiência de renda não basta para um entendimento mais abrangente dessa questão. O fato é que outros fatores contribuem para ampliar ou diminuir a exposição dos indivíduos aos riscos característicos de uma situação de pobreza. Dimensões como o acesso ao conhecimento, condições de saúde, habitação entre outras, impactam de modo diverso essa questão, portanto, precisam ser observadas de forma integrada no âmbito das políticas públicas.

Certamente a gestão e a reunião dos ativos mobilizados para lidar com uma situação de pobreza é importante e, especialmente no caso do Brasil, isso está diretamente relacionado com a família e com os arranjos familiares, conforme corrobora a Política Nacional de Assistência Social (PNAS): “vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias” (2004, p.43).⁹

O índice de desenvolvimento da família (IDF)¹⁰ consiste em um índice que visa sintetizar diferentes dimensões da pobreza. Nesse aspecto não há novidade já que existem outros índices sintéticos como, por exemplo, o IDH cujo lançamento pelo PNUD contribuiu para iniciar uma mudança na tendência historicamente dominante de se tratar a pobreza como insuficiência de renda. Desde então, o uso de indicadores sintéticos que abrangem múltiplas dimensões da pobreza tornou-se mais relevante.

Uma das principais características do IDF é a possibilidade de agregação. O fato de ter a família como unidade de análise permite que o IDF seja calculado por grupos sociais e demográficos diversos. Exemplificando, pode-se calcular o IDF dos negros, das crianças e dos idosos, bem como dos beneficiários de programas sociais. Ademais, o fato de todos os seus indicadores serem agregáveis permite obter o IDF de um país a partir da média ponderada dos IDFs dos estados, diversamente do que ocorre com o IDH.

O IDF calculado neste Perfil com base no CadÚnico é composto por 6 dimensões, 27 componentes e 65 indicadores (em anexo). Os 65 indicadores obedecem à sistemática de respostas *sim* ou *não*. Cada *sim* é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento. O IDF pode variar entre 0 (para as famílias que se encontram na pior situação possível) e 1 (para as famílias que alcançam uma situação menos vulnerável no contexto do CadÚnico).

O IDF é um indicador importante para a análise da pobreza, por permitir a mensuração do contexto vivido por cada família a partir de diferentes dimensões. Entretanto, no caso do cálculo com base no CadÚnico, deve-se atentar para o fato de que a qualidade do índice, ou a sua capacidade de se aproximar de fato da realidade das famílias de um determinado grupo ou território, dependerá da qualidade do cadastro. Assim, um município cujo cadastro possui uma base mais abrangente em relação ao público alvo e é constantemente atualizado, algo positivo em termos de política social, pode apresentar um IDF inferior ao de outro município simplesmente pelo fato de incluir em sua base um número maior de famílias mais vulneráveis.

⁹ MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica – NOB/SUAS

¹⁰ Sobre o IDF consultar: O Índice De Desenvolvimento Da Família (IDF). Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf>

As dimensões que compõem o IDF fornecem amplas possibilidades de monitoramento dos efeitos das políticas sociais voltadas à superação da pobreza, o que o torna um instrumento importante a ser utilizado pelos gestores de tais políticas.

Neste documento serão apresentados o IDF do estado e das microrregiões, dos anos 2022 (Tabela 2) e 2021 (Tabela 3) e suas respectivas dimensões, além do IDF para cada município, através dos Mapas (24 e 25).¹¹

O IDF do Espírito Santo apresentou uma pequena variação negativa (-0,003) de 0,711 em 2021, para 0,709 em 2022. Houve variação positiva nas dimensões acesso ao conhecimento (+0,009) e ausência de vulnerabilidade (+0,004), e variação negativa nas dimensões condições habitacionais (-0,017), acesso ao trabalho (-0,007) e disponibilidade de recursos (-0,005). Os índices apresentaram variação negativa em 9 das 10 microrregiões do estado. A única microrregião a apresentar variação positiva foi a Sudoeste Serrana (0,001) que saiu da 6ª posição em 2021 (0,712) e passou a ocupar a 5ª posição no ranking em 2022 (0,713). A maior variação negativa ocorreu na Central Sul (-0,005) que ocupava a 3ª posição em 2021 (0,723) e passou a ocupar a 4ª posição no ranking em 2022 (0,718). Nas microrregiões Litoral Sul, Metropolitana e Central Serrana os índices variaram em -0,004, -0,003, e -0,003 respectivamente. As menores variações ocorreram nas microrregiões Noroeste (0,001), que subiu da 8ª para a 7ª posição no ranking em 2022, e Rio Doce (-0,001) que permaneceu na segunda posição.

A comparação dos IDFs dos municípios capixabas dos anos 2022 e 2021 revela que houve variação negativa em 49 municípios, ao passo que 4 municípios não apresentaram variação e 25 municípios apresentaram índices com variações positivas.

Os municípios que apresentaram as maiores quedas no IDF foram: Piúma (-0,021), Águia Branca (-0,019), Iconha (-0,012), Ibiraçu (+0,010), Alto Rio Novo (-0,009), São José do Calçado (-0,009), Bom Jesus do Norte (-0,009), Alegre (-0,008), Cachoeiro do Itapemirim (-0,008). Os municípios que obtiveram as maiores variações positivas no IDF, entre 2022 e 2021, foram: Ponto Belo (+0,013), Água Doce do Norte (+0,008), São Roque do Canaã (+0,008), Marechal Floriano (+0,007), Dolores do Rio Preto (+0,006), Guaçuí (+0,005), Ecoporanga (+0,005).

Em 2021, os cinco maiores IDFs municipais no estado eram: Venda Nova do Imigrante (0,766), Iconha (0,755), Colatina (0,752), Ibiraçu (0,745) e Castelo (0,745). Em 2022, os cinco primeiros municípios capixabas no Ranking do IDF foram: Venda Nova do Imigrante (0,764), Colatina (0,752), Iconha (0,743), Itarana (0,742) e Castelo (0,740).

Cabe lembrar que a variação do IDF é reflexo da mudança de diversas condições de vulnerabilidade capturadas a partir das múltiplas dimensões que constituem o índice e que extrapolam a insuficiência de renda. Uma variação positiva não significa necessariamente a superação da pobreza mensurada pelo critério da renda, embora esse seja um dos subcomponentes da dimensão disponibilidade de recursos. O IDF permite aferir o desenvolvimento da família de uma perspectiva ampliada, combinando diferentes aspectos da sua realidade que contribuem de forma sinérgica para a superação da vulnerabilidade.

¹¹ O IDF por município pode ser obtido no compêndio de dados do perfil da pobreza, documento em Excel cujo link será disponibilizado na página desse Perfil ou no site da SETADES: <https://setades.es.gov.br/IDF>

Tabela 02
Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2022

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2016	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		0,709	0,748	0,623	0,460	0,544	0,984	0,895
Centro-Oeste	1º	0,730	0,763	0,610	0,526	0,608	0,985	0,891
Rio Doce	2º	0,726	0,752	0,612	0,516	0,593	0,984	0,901
Central Serrana	3º	0,720	0,755	0,603	0,539	0,634	0,984	0,806
Central Sul	4º	0,718	0,781	0,623	0,458	0,552	0,988	0,906
Sudoeste Serrana	5º	0,713	0,758	0,594	0,524	0,601	0,980	0,820
Caparaó	6º	0,712	0,762	0,598	0,481	0,573	0,983	0,876
Noroeste	7º	0,706	0,769	0,589	0,468	0,589	0,986	0,834
Nordeste	8º	0,705	0,761	0,606	0,443	0,557	0,986	0,878
Litoral Sul	9º	0,702	0,745	0,613	0,453	0,544	0,988	0,869
Metropolitana	10º	0,700	0,729	0,646	0,428	0,496	0,982	0,923

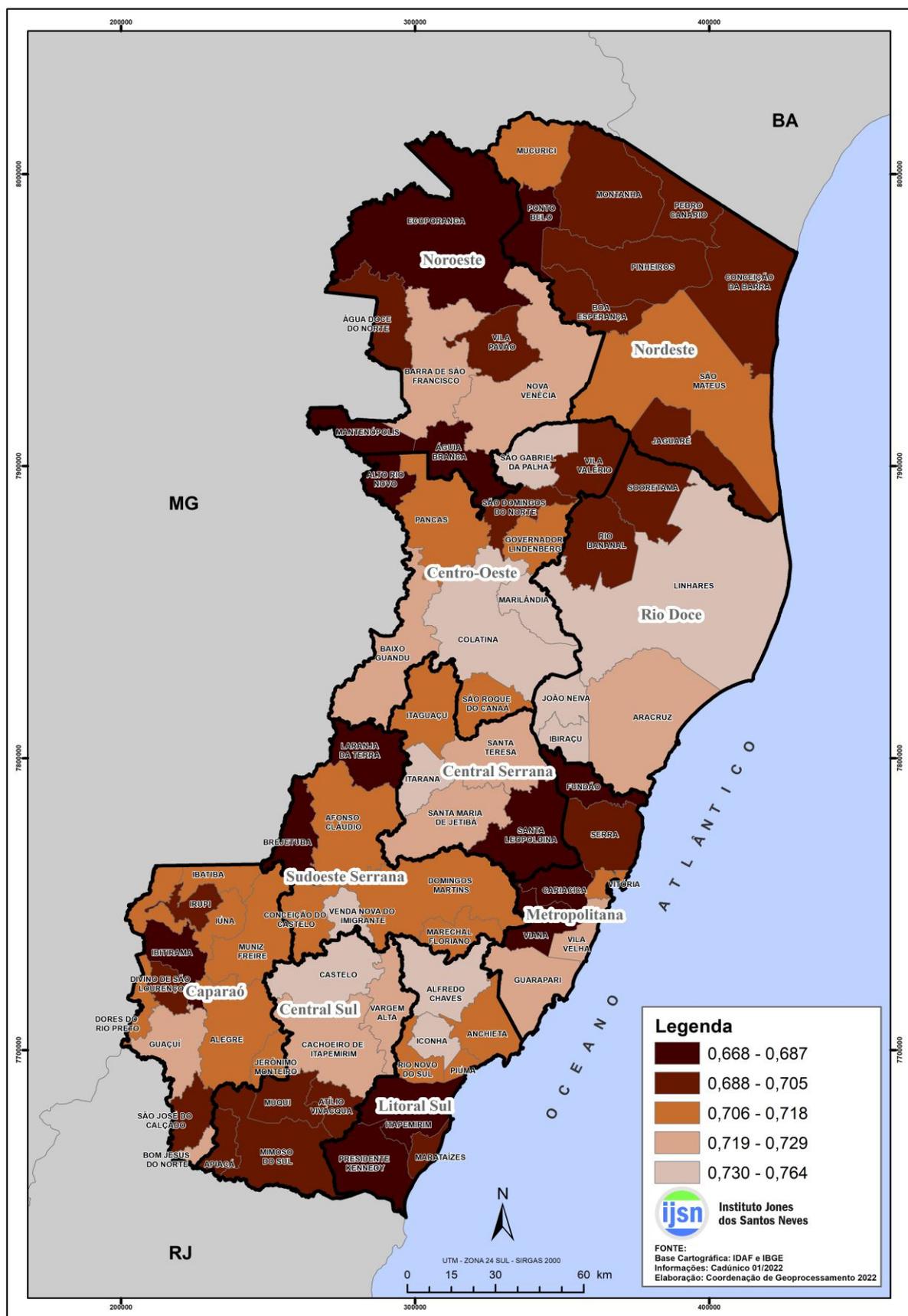
Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2022. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Tabela 03
Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2021

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2017	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		0,711	0,744	0,614	0,468	0,549	0,984	0,912
Centro-Oeste	1º	0,732	0,760	0,605	0,531	0,610	0,985	0,902
Rio Doce	2º	0,727	0,749	0,601	0,518	0,594	0,984	0,920
Central Sul	3º	0,723	0,777	0,618	0,469	0,565	0,989	0,923
Central Serrana	4º	0,723	0,752	0,597	0,548	0,638	0,985	0,819
Caparaó	5º	0,714	0,757	0,588	0,493	0,575	0,982	0,889
Sudoeste Serrana	6º	0,712	0,756	0,585	0,528	0,593	0,978	0,832
Nordeste	7º	0,707	0,756	0,596	0,451	0,559	0,987	0,891
Noroeste	8º	0,707	0,766	0,581	0,475	0,587	0,987	0,845
Litoral Sul	9º	0,706	0,743	0,605	0,462	0,551	0,987	0,886
Metropolitana	10º	0,703	0,724	0,637	0,434	0,502	0,982	0,945

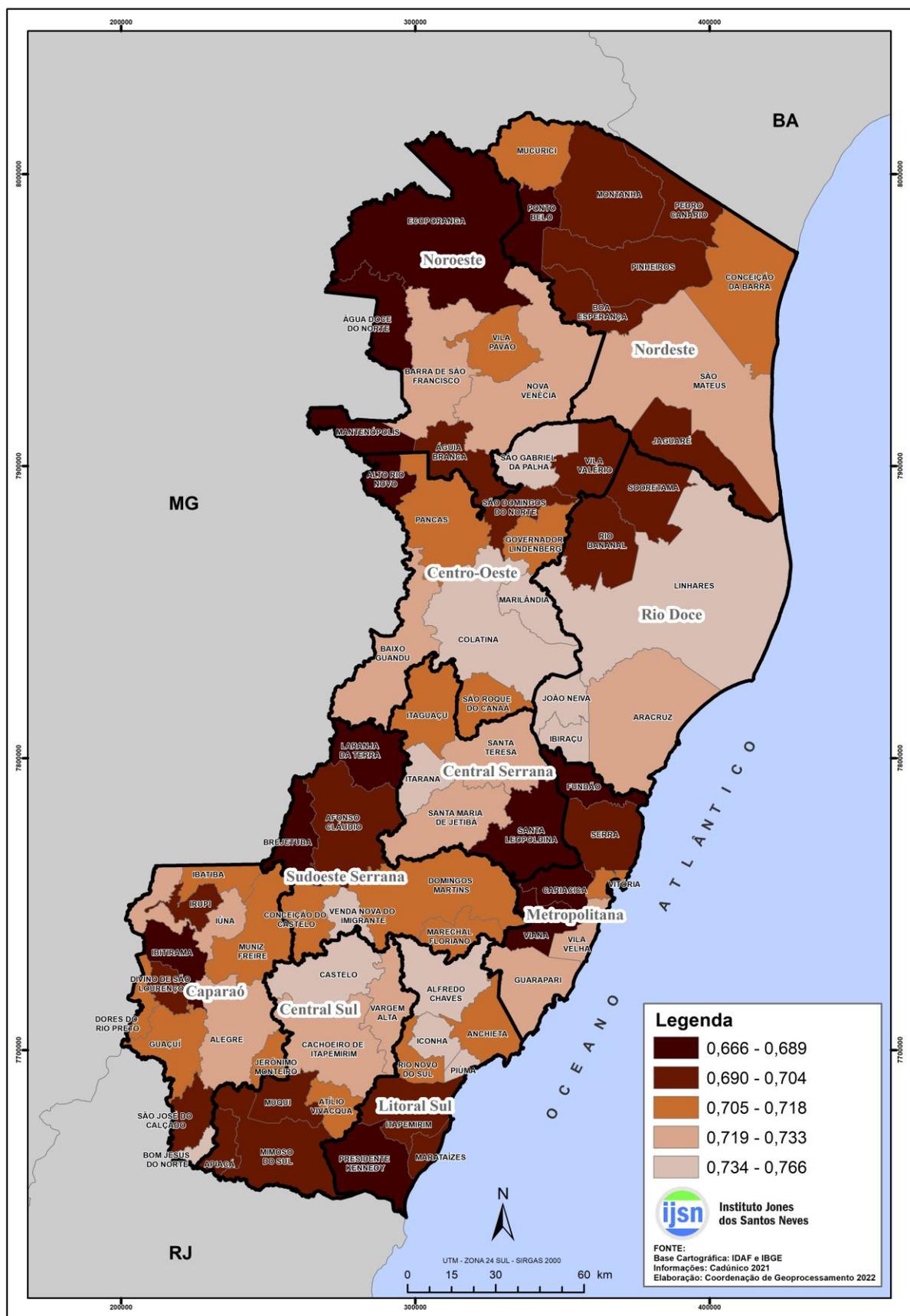
Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2021. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Mapa 24
Índice de Desenvolvimento da Família, por município, 2022



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

Mapa 25
Índice de Desenvolvimento da Família, por município, 2021



Fonte: CadÚnico, janeiro de 2022. Elaboração: Coordenação de Geoprocessamento – CGEO/IJSN

REFERÊNCIAS

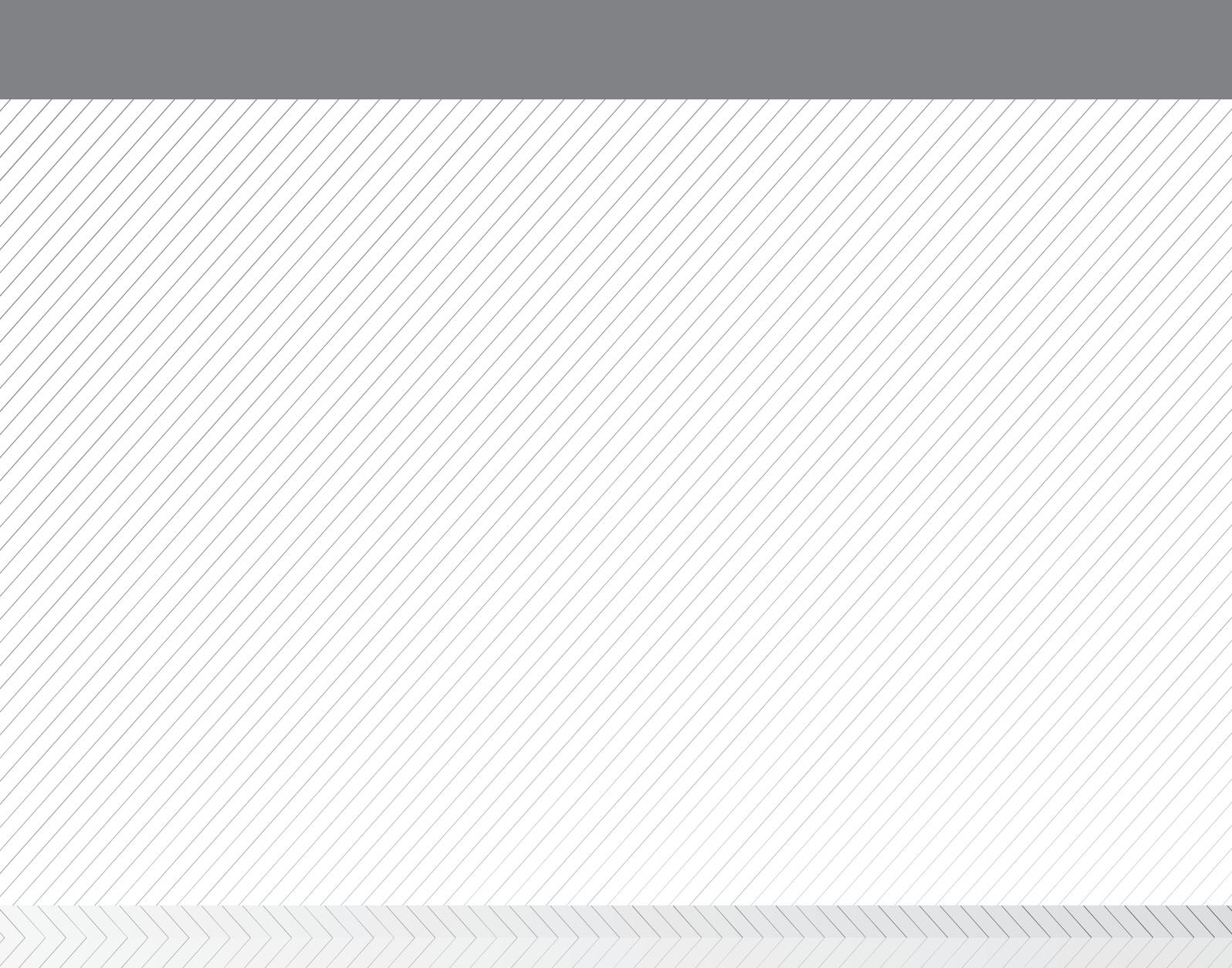
BRASIL. Ministério da Cidadania. CADERNO DO IGD-M : Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil aos Municípios. 2022. Disponível em https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/caderno-do-igd-do-auxilio-brasil-1/cadernodoIGD_M_118221.pdf

COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; COSTA, Genivalda Cordeiro. Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2016, vol.54, n.3

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 39)

MALUF, R.; MATTEI, L. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCI, B. (Orgs.) "Pobreza Rural: Concepções, determinantes e proposições para construção de uma agenda de políticas públicas". 2011, Brasília, Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura (IICA), V FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, Série desenvolvimento rural sustentável

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2006.



Perfil da Pobreza no Espírito Santo:
Famílias Inscritas no CadÚnico 2022

ANEXOS

Anexo 01¹²
IDF – Dimensão 1: Ausência de vulnerabilidade

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores	Definição dos indicadores
1 Ausência de vulnerabilidade	Media dos 7 subcomponentes
1 1 Crianças, adolescentes e jovens	Media dos 3 indicadores
1 1 1 Ausência de crianças	Ausência de crianças de 0 a 6 anos na família
1 1 2 Ausência de criança ou adolescente	Ausência de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos na família
1 1 3 Ausência de criança ou adolescente ou jovem	Ausência de Crianças, adolescentes e jovens de 0 a 17 anos na família
1 2 Portadores de deficiência e idosos	Média dos 3 indicadores
1 2 1 Ausência de portadores de deficiência	Ausência de portadores de deficiência na família
1 2 2 Ausência de idoso	Ausência de idosos de 65 ano e mais na família
1 2 3 Ausência de pessoas na família internada ou abrigada em hospital, em casa de saúde, asilo, orfanato ou estabelecimento similar	Ausência de pessoas na família internada ou abrigada em hospital, em casa de saúde, asilo, orfanato ou estabelecimento similar
1 3 Dependência econômica	Média dos 2 indicadores
1 3 1 Presença de cônjuge	Presença de cônjuge na família
1 3 2 Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	Mais da metade dos membros da família encontra-se em idade ativa de 16 a 64 anos.
1 4 Presença de jovem ou adulto	Média dos 3 indicadores
1 4 1 Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais na família
1 4 2 Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 18 anos ou mais na família
1 4 3 Presença de pelo menos uma pessoa com 21 anos ou mais	Presença de pelo menos uma pessoa com 21 anos ou mais na família
1 5 Convivência familiar	Média dos 2 indicadores
1 5 1 Ausência de crianças com até 9 anos que não são filho ou enteado do responsável pela unidade familiar	Ausência de crianças com até 9 anos que não são filho ou enteado do responsável pela unidade familiar
1 5 2 Ausência de crianças de até 9 anos que seja "outro parente" ou "não parente"	Ausência de crianças de até 9 anos que seja "outro parente" ou "não parente" do responsável pela unidade familiar
1 6 Migração	Média dos 2 indicadores
1 6 1 Responsável pela família nasceu nesse município	Responsável pela família nasceu nesse município
1 6 2 Ausência de criança ou adolescente com até 14 anos que nasceu em outro município	Ausência de criança ou adolescente com de 0 a 14 anos que nasceu em outro município na família
1 7 Comunidades tradicionais	Igual ao indicador
1 7 1 Família que não é indígena nem quilombola	Família que não é indígena nem quilombola

continua

¹²A tabela IDF (Anexo 1) foi originalmente elaborada a partir de uma consultoria do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade para o Instituto Jones dos Santos Neves para a produção inicial do IDF que desde então passou a ser integralmente calculado pelo IJSN.

Anexo 01
IDF – Dimensão 2: Acesso ao conhecimento

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
2	Acesso ao conhecimento			Média dos 2 subcomponentes
2	1	Analfabetismo		Média dos 5 indicadores
2	1	1	Ausência de adultos analfabetos	Ausência de adultos com mais de 17 anos analfabetos na família
2	1	2	Ausência de adultos analfabetos funcionais	Ausência de adultos com mais de 17 anos analfabetos com menos de 4 anos de estudo na família
2	1	3	Presença de pelo menos um apessoa com 15 anos ou mais alfabetizada	Presença de pelo menos um apessoa com 15 anos ou mais alfabetizada na família
2	1	4	Presença de pelos menos uma pessoa com 15 anos ou mais que frequenta ou tenha frequentado a escola	Presença de pelos menos uma pessoa com 15 anos ou mais que frequenta ou tenha frequentado a escola na família
2	1	5	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada, que frequenta ou tenha frequentado a escola	Presença de pelo menos uma pessoa com 15 anos ou mais alfabetizada, que frequenta ou tenha frequentado a escola na família
2	2	Escolaridade		Média dos 3 indicadores
2	2	1	Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	Presença de pelo menos um adulto com mais de 17 anos com ensino fundamental completo na família
2	2	2	Presença de pelo menos um adulto com secundário completo	Presença de pelo menos um adulto com mais de 17 anos com ensino médio completo na família
2	2	3	Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	Presença de pelo menos um adulto de 17 anos ou mais com alguma educação superior na família
2	2	4	Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	Presença de pelo menos um adulto de 17 anos ou mais com alguma educação superior na família

continua

Anexo 01
IDF – Dimensão 3: Acesso ao trabalho

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores			Definição dos indicadores
3	Acesso ao trabalho		Média dos 3 subcomponentes
3	1	Disponibilidade de trabalho	Média dos 2 indicadores
3	1	1 Presença de pelo menos um membro em idade ativa	Presença de pelo menos um membro em idade ativa de 16 a 64 anos na família
3	1	2 Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupados na semana anterior a pesquisa	Mais da metade dos membros em idade ativa de 16 a 64 anos encontra-se ocupados na semana anterior a pesquisa
3	2	Qualidade do posto de trabalho	Média dos 2 indicadores
3	2	1 Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	Presença de pelo menos um ocupado no setor formal na família
3	2	2 Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola na família
3	3	Remuneração	Média dos 5 indicadores
3	3	1 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo na família
3	3	2 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos na família
3	3	3 Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos na família

continua

Anexo 01
IDF – Dimensão 4: Disponibilidade de recursos

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores			Definição dos indicadores
4	Disponibilidade de recursos		Média dos 4 subcomponentes
4	1	Existência de renda e despesas	Média dos 3 indicadores
4	1	1 Família tem alguma despesa mensal	Família com alguma despesa mensal
4	1	2 Família possui alguma renda, excluindo-se as transferências	Família que possui alguma renda, excluindo-se as transferências
4	1	3 Família possui alguma renda	Família que possui alguma renda
4	2	Extrema pobreza	Média dos 3 indicadores
4	2	1 Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza	Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza
4	2	2 Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza	Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha de extrema pobreza
4	2	3 Despesa com alimentos, higiene e limpeza superior a linha de extrema pobreza	Despesa com alimentos, higiene e limpeza superior a linha de extrema pobreza
4	3	Pobreza	Média dos 2 indicadores
4	3	1 Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza	Despesa familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza
4	3	2 Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza	Renda familiar <i>per capita</i> superior a linha da pobreza
4	4	Capacidade de geração de renda	Igual ao indicador
4	4	1 Maior parte da renda familiar não advém de transferências	Maior parte da renda familiar não advém de transferências

continua

Anexo 01
IDF – Dimensão 5: Desenvolvimento infantil

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores				Definição dos indicadores
5	Desenvolvimento infantil			Média dos 3 subcomponentes
5	1	Trabalho precoce		Média dos 3 indicadores
5	1	1	Ausência criança com menos de 12 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 12 anos trabalhando na família
5	1	2	Ausência com menos de 14 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando na família
5	1	3	Ausência criança ou adolescente com menos de 16 anos trabalhando	Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando na família
5	2	Acesso à escola		Média dos 3 indicadores
5	2	1	Ausência de criança de 4-6 anos for a da escola	Ausência de criança de 4-6 anos for a da escola na família
5	2	2	Ausência de criança de 7-14 aos for a da escola	Ausência de criança de 7-14 aos for a da escola na família
5	2	3	Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos for a da escola	Ausência de pelo menos uma criança de 7-17 anos for a da escola na família
5	3	Progresso escolar		Média dos 2 indicadores
5	3	1	Ausência de criança com até 14 anos com mais de 2 anos de atraso	Ausência de criança com até 14 anos com mais de 2 anos de defasagem na família
5	3	2	Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	Ausência de pelo menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto na família

continua

Anexo 01
IDF – Dimensão 6: Condições habitacionais

IDF/ Componentes/ subcomponentes/ indicadores		Definição dos indicadores
6	Condições habitacionais	Média dos 8 subcomponentes
6 1	Propriedade do domicílio	Média dos 3 indicadores
6 1 1	Domicílio particular ou coletivo	Domicílio particular ou coletivo
6 1 2	Domicílio particular permanente ou improvisado	Domicílio particular permanente ou improvisado
6 1 3	Domicílio particular permanente	Domicílio particular permanente
6 2	Déficit habitacional	Igual ao indicador
6 2 1	Densidade de até 2 moradores por dormitório	Há até 2 moradores por cômodo servindo de dormitório no domicílio
6 3	Abrigabilidade	Igual ao indicador
6 3 1	Material de construção permanente	Domicílio com material de construção permanente
6 4	Acesso adequado à água	Média dos 2 indicadores
6 4 1	Acesso adequado à água de rede geral de distribuição	Domicílio tem abastecimento de água proveniente de rede geral de distribuição
6 4 2	Acesso adequado à água	Domicílio tem acesso adequado à água
6 5	Acesso adequado à esgotamento sanitário	Média dos 2 indicadores
6 5 1	Domicílio possui banheiro ou sanitário	Domicílio possui banheiro ou sanitário
6 5 2	Esgotamento sanitário adequado	Domicílio com esgotamento sanitário adequado
6 6	Acesso à coleta de lixo	Média dos 2 indicadores
6 6 1	Lixo coletado de forma direta	Lixo coletado de forma direta
6 6 2	Lixo coletado de forma direta ou indireta	Lixo coletado de forma direta ou indireta
6 7	Acesso a eletricidade	Média dos 2 indicadores
6 7 1	Acesso à eletricidade com medidor de uso	Domicílio com acesso à eletricidade com medidor de uso
6 7 2	Acesso à eletricidade	Domicílio com acesso à eletricidade
6 8	Pavimentação	Média dos 2 indicadores
6 8 1	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total
6 8 2	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial
6 8 3	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial	Domicílio localizado em trecho de logradouro com caçamba/pavimentação total ou parcial

Fonte: Estimativas produzidas com base no CadÚnico, 2016. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Anexo 02

Mapa 26 – Divisão Regional do Espírito Santo: Microrregiões de Planejamento

